

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Reabilitação Urbana na Envolvente da Igreja de S. Pedro de Barcarena

Helga Eliane Silva de Sousa

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadores:

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampayo, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Reabilitação Urbana na Envolvente da Igreja de S. Pedro de Barcarena

Helga Eliane Silva de Sousa

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientadores:

Doutora Paula Cristina André dos Ramos Pinto, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampayo, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Reabilitação Urbana na Envolvente da Igreja de
S. Pedro de Barcarena

Este trabalho segue as normas do novo acordo ortográfico da língua portuguesa e cumpre as “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para os Trabalhos de Projeto realizados na Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura, do Mestrado Integrado em Arquitetura”, estabelecidas pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. As referências bibliográficas presentes ao longo deste trabalho estão de acordo com a Norma Portuguesa 405.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família. Especialmente aos meus pais, Fernando Jorge e Elisabete e à minha irmã Zuleica, que me deram todo o apoio e motivação durante todo o meu percurso académico. Sempre estiveram presentes, ajudando-me a ultrapassar as dificuldades e compartilhando as felicidades. Muito obrigada pela oportunidade de crescimento académico e pessoal.

A minha profunda gratidão às minhas professoras orientadoras.

À Professora Mafalda Sampayo pela dedicação, disponibilidade, paciência e partilha de conhecimentos.

À Professora Paula André pela sabedoria, dedicação, entusiasmo e disponibilidade. Sem o vosso constante apoio e orientação este trabalho não teria sido possível.

Gostaria de agradecer à Câmara Municipal de Oeiras, pela cedência dos desenhos técnicos da igreja de S. Pedro de Barcarena utilizados neste trabalho.

Agradeço aos meus colegas de curso, especialmente os que estiveram comigo nesta longa caminhada.

O meu profundo agradecimento a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretização da presente dissertação.

Por fim agradeço ao meu amor, Edmilson pelo incentivo, cumplicidade e pelo carinho incondicional.

RESUMO

Situada no antigo núcleo de Barcarena, a igreja Matriz de S. Pedro de Barcarena destaca-se do aglomerado pelas suas proporções e pela sua implantação no território, tendo sua fachada principal voltada para as margens da Ribeira de Barcarena. Apesar desta situação privilegiada, não existe um espaço público qualificado agregado à igreja que valorize este núcleo que tem estado num processo lento de degradação. Por este motivo o presente projeto propõe a reabilitação urbana na envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena, com um conjunto de intervenções que visam criar um espaço público coeso, que coloca em destaque elementos de carácter público, conectando-os, de modo a criar um núcleo de edifícios de interesse histórico e patrimonial. Este núcleo é constituído pela igreja, o edifício da antiga Casa da Cooperativa do Pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena e o lavadouro. Ao conjunto das intervenções propostas pertencem: adro da igreja; novos acessos ao espaço público; criação de um espaço público em plataforma; reabilitação da Casa da Cooperativa para receber o programa de um Centro de Dia. Procurou-se integrar a paisagem natural, marcada pelo atravessamento da Ribeira de Barcarena, com o espaço público pela criação de um passeio junto às margens da Ribeira, que se inicia no lavadouro, e pela implementação de hortas comunitárias.

Assim, este trabalho tem como objetivo principal explicar o processo de desenho urbano e de investigação que é realizado na concretização do projeto de espaço público para a envolvente da igreja de S. Pedro. Pelo que, faz-se necessário perceber como a reabilitação urbana pode ajudar a recuperar a imagem global de uma área periurbana, como é o caso de Barcarena, e como o estudo dos conceitos de espaço público e paisagem podem contribuir para esta estratégia de reabilitação urbana. Para isso, aplicou-se uma metodologia de trabalho que começa a partir do contacto com o território pela realização de documentação gráfica e fotográfica, bem como pela recolha documental, seguida de revisão de literatura que compreende a recolha e análise de bibliografia referente ao tema. E por fim a proposta de projeto, auxiliada de memória descritiva e complementada com peças desenhadas a diferentes escalas.

Este projeto ambiciona recuperar a dimensão simbólica do espaço público de Barcarena. Para atingir este propósito propõe-se a criação de mais ligações entre a cota da igreja com a cota inferior da Ribeira, passando pela cota intermédia do espaço público criado. São desenhados novos acessos, para que seja possível aceder ao espaço público a partir de diversos pontos do núcleo, tornando toda a zona mais coesa.

Palavras-chave: reabilitação urbana, espaço público, paisagem, igreja de Barcarena, Oeiras.

ABSTRACT

Located in the former nucleus of Barcarena, the main church of S. Pedro de Barcarena stands out from the cluster due to its proportions and its implantation in the territory, with its main façade facing the banks of the Ribeira de Barcarena. Despite this privileged situation, there is no qualified public space added to the church that values this nucleus that has been in a slow process of degradation. For this reason the present project proposes urban rehabilitation in the surroundings of the church of S. Pedro de Barcarena, with a set of interventions that aim to create a cohesive public space, which highlights elements of public character, connecting them in order to create a nucleus of buildings of historical and patrimonial interest. This nucleus is made up of the church, the building of the former Staff Cooperative House of the Fábrica da Pólvora de Barcarena and the washhouse. To the set of proposed interventions belongs: church yard; new accesses to the public space; creation of a public space in platform; rehabilitation of the Cooperative House to receive the program of a Day Centre. The aim was to integrate the natural landscape, marked by the crossing of the Ribeira de Barcarena, with the public space by creating a walk along the banks of the Ribeira, which begins at the washhouse, and by implementing community gardens.

Thus, this work has as its main objective to explain the process of urban design and research that is carried out in the implementation of the project of public space for the surroundings of S. Pedro church. Therefore, it is necessary to understand how urban rehabilitation can help to recover the global image of a peri-urban area, such as Barcarena, and how the study of the concepts of public space and landscape can contribute to this strategy of urban rehabilitation. To this end, a working methodology has been applied that starts from the contact with the territory through the production of graphic and photographic documentation, as well as the collection of documents, followed by a literature review that includes the collection and analysis of bibliography on the subject. And finally, the project proposal, aided by descriptive memory and complemented with pieces designed at different scales.

This project aspires to recover the symbolic dimension of Barcarena's public space. To achieve this purpose, it is proposed to create more connection between the level of the church and the lower level of the Ribeira, passing through the

intermediate level of the public space created. New accesses are designed so that it is possible to access the public space from various points in the nucleus, making the whole area more cohesive.

Keywords: urban rehabilitation, public space, landscape, church of Barcarena, Oeiras.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DAS IMAGENS	x
ÍNDICE DAS TABELAS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS	xiv
APRESENTAÇÃO	1
0. INTRODUÇÃO	3
0.1 Tema	3
0.2 Objetivos	6
0.3 Estado da arte	7
0.4 Estrutura do trabalho	22
0.5 Metodologia	23
0.6 Contributos	25
1. CAPÍTULO I	26
VISÃO DA MACRO À MICROESCALA – OEIRAS E BARCARENA	26
1.1 Análise do território geográfico de Oeiras	26
1.2 História e geografia política de Oeiras	29
1.3 Uso do Solo em Oeiras	35
1.4 Contexto histórico da freguesia de Barcarena	37
1.5 A igreja de S. Pedro de Barcarena	40
1.5.1 Breve cronologia da igreja de S. Pedro de Barcarena	40
1.5.2 Reconstituição da história da igreja de S. Pedro de Barcarena	44
1.6 A Ribeira de Barcarena	52
2 CAPÍTULO II	56

A REABILITAÇÃO URBANA EM ÁREA PERIFÉRICA – BARCARENA.	56
2.1 Reabilitação urbana e Periferia urbana – Definições e conceitos fundamentais.	56
2.2 O Espaço público como unificador do tecido urbano.	71
2.3 A Paisagem e a sua importância na reabilitação urbana.	78
3 CAPÍTULO III	85
O PROJETO DA REABILITAÇÃO URBANA - ENVOLVENTE DA IGREJA DE S. PEDRO DE BARCARENA	85
3.1 Memória descritiva	85
3.1.1 O contexto da envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena	85
3.1.2 O conceito do projeto do espaço público da igreja de S. Pedro de Barcarena	94
3.1.3 O programa de um “Centro de Dia” nas construções da antiga Cooperativa dos trabalhadores da FPB	100
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
5.1. Bibliografia geral	108
5.2. Notícias de Jornais	111
ANEXOS	112
Anexo A – Ficha da Unidade Curricular de PFA	113
Anexo B – Workshop PFA com atelier RUA	119
Anexo C - Enunciado do exercício PFA	126
Anexo D – Desenhos da Igreja de S. Pedro de Barcarena	133

ÍNDICE DAS IMAGENS

Figura 1 - Localização do Município de Oeiras na Região de Lisboa e Vale do Tejo. (FONTE: Grupo de trabalho da Macroescala)	28
Figura 2 - Divisões administrativa do Município de Oeiras – Freguesias (Fonte: CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - Oeiras, factos e números . Oeiras: Município de Oeiras, 2013. p. 45)	33
Figura 3 Barcarena: património recuperado. /Recorte de Imprensa. (Fonte: Jornal da Região, [S.l.], A. 7, nº 320 (2003-08-28), p.3)	43
Figura 4 - Mais uma prova de que em redor da igreja de S. Pedro foi no passado um cemitério. /Recorte de Imprensa (Fonte: A Voz de Tercena, Aº. XXVI, nº 651 (2001-04-06), p. 4.)	43
Figura 5 - Fotografia da Igreja de S. Pedro de Barcarena antes da sua recuperação em 2003. (FONTE: retirada do sítio do SIPA pertencente à DGPC, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11876)	45
Figura 6 - Ficha técnica da igreja de São Pedro de Barcarena (FONTE: coleção Santos Simões, retirada do sítio da Gulbenkian, disponível em https://digitale.gulbenkian.pt/digital/collection/jmss/id/6025).....	45
Figura 7 - Igreja de São Pedro, na Barcarena, em restauro: DGEMN intervém na cobertura, /Recorte de Imprensa (Fonte: Jornal A Capital, Lisboa, A. 36, nº 11193 (2003-08-08), p.7).....	47
Figura 8 - Fotografia da pintura sobre tela presente no teto da nave da igreja de S. Pedro de Barcarena restaurada em 2009 (FONTE: retirada do sítio IN SITU Conservação de Bens Culturais, LDA, disponível em http://www.insitu.pt/barcarena.html).....	48
Figura 9 - Desenho do projeto de alteração da Casa da Cooperativa, 1933. (FONTE: MIRANDA, Ana Catarina [et all] - Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos ara a sua história, 1895-1986. Câmara Municipal de Oeiras, 2001, p. 23)	50
Figura 10 - Antiga casa da Cooperativa. A casa encontra-se em ruína (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)	51
Figura 11- A Ribeira de Barcarena e os principais núcleos urbanos adjacentes, no concelho de Oeiras. (Fonte: SANTOS, Andreia Marisa Pereira - Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras . Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado. p. 29)	54

Figura 12 - A Ribeira de Barcarena no seu percurso junto à igreja de S. Pedro de Barcarena. (Fonte: Fotografia da autora em Maio de 2020)	55
Figura 13 - A Ribeira de Barcarena no seu percurso junto à Quinta de São Miguel. (Fonte: Fotografia da autora em Maio de 2020)	55
Figura 14 - Proposta da reabilitação urbana sobreposto à situação atual.	59
Figura 15 - Elementos urbanos e rurais coabitam o mesmo espaço na área periurbana de Barcarena. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)	63
Figura 16 - Antigas quintas e lavadouro podem ser observadas. Edifícios habitacionais e hortas coabitam o mesmo espaço, em segundo plano. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)	63
Figura 17 - Planta de “cheios e vazios” de Barcarena, com a igreja de S. Pedro destacada. Pode-se notar uma baixa densidade de edificado, resultando em espaços vazios e especulativos característicos das periferias urbanas. (FONTE: autora)	64
Figura 18 - evolução do território de Barcarena desde 1947 até 2019. (FONTE: Grupo de trabalho da Macroescala)	67
Figura 19 - Edifício da Junta de freguesia de Barcarena no Largo 5 Outubro, década 1960. Torres da igreja de S. Pedro em segundo plano. (FONTE: Arquivo digital CMO.).....	74
Figura 20 - Inauguração do chafariz de Barcarena no Largo 5 Outubro, junto à junta de freguesia, em 1892. (FONTE: Arquivo digital CMO)	74
Figura 21 - O chafariz de Barcarena no largo 5 Outubro, junto do edifício da Junta de freguesia, com igreja ao fundo. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020).....	75
Figura 22 - O chafariz de Barcarena no largo 5 Outubro, junto do edifício da Junta de freguesia, atualmente. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)	75
Figura 23 - Paisagem na envolvente da Igreja Matriz de S. Pedro - Barcarena. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020).....	79
Figura 24 - Igreja de S. Pedro de Barcarena destaca-se na paisagem urbana. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020).....	84
Figura 25- Igreja de S. Pedro de Barcarena situada numa plataforma a meia-encosta com seu alçado principal voltado para o vale da Ribeira de Barcarena. (FONTE: autora)	87
Figura 26 - Jardim Conde Rio Maior (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)	88
Figura 27- -Antiga Casa da Cooperativa à cota da Ribeira (+36 m) e a igreja em segundo plano sob a plataforma a meia-encosta. (FONTE: fotografia da autora em março 2020).....	89
Figura 28 - Interior do lavadouro. (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)	90
Figura 29 - Pequenas habitações, com características da arquitetura vernacular salaia da região da Estremadura (Fonte: Fotografia da autora em março 2020).....	91

Figura 30 - Junta de Freguesia de Barcarena (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)	91
Figura 31 - Antigo edifício do corpo dos Bombeiros Voluntários de Barcarena (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)	92
Figura 32 – Atual edifício dos Bombeiros (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)	92
Figura 33 - Edifícios de habitação coletiva dos finais do século XX. Traseiras da igreja. (FONTE: fotografia da autora).....	93
Figura 34 - Planta da Proposta, destacando o piso térreo da Igreja da Casa da Cooperativa e do lavadouro.....	98
Figura 35- Corte transversal à Ribeira.....	98
Figura 36 - Maquete de estudo da proposta à escala 1/200	99
Figura 37- Maquete de estudo da proposta à escala 1/200. Relação topográfica entre a frente da igreja, o jardim Conde Rio Maior (à esquerda) o espaço público proposto, e a antiga Casa da Cooperativa.....	99

ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1: Fundamentação teórica.....	8
Tabela 2- Distribuição da população de Oeiras por grandes grupos etários, censos 1960, 1981, 1991, 2001, 2011. (Fonte: PIMENTEL, Teresa – Município de Oeiras: Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040 . Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013. p. 8).....	28
Tabela 3: Cronologia da Igreja de Barcarena.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CMO – Câmara Municipal de Oeiras

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

DGOTDU- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

FA-UL – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

FPB – Fábrica da Pólvora de Barcarena

FUC – Ficha da Unidade Curricular

IGP - Instituto Geográfico Português

PFA - Projeto Final de Arquitetura (Unidade Curricular de Projeto de Arquitetura do 5º ano do ISCTE-IUL)

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

PSPCACO - Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é realizado, no ano letivo 2019/2020, na unidade curricular de Projeto Final de Arquitetura (Anexo A - FUC), do Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL. PFA é uma unidade curricular compreendida como um espaço de experimentação e investigação, que termina o segundo ciclo de estudos do MIA do ISCTE-IUL. Um dos seus objetivos é a reflexão e consolidação do que são as práticas arquitetónicas, incluindo a investigação.

Esta unidade é anual e organiza-se em cinco ateliers com professores distintos. Cada atelier é coordenado por um professor da área do projeto e outros dois professores de áreas diversificadas. Assim, o atelier onde desenvolvemos o presente projeto é coordenado pela docente Mafalda Sampayo com a colaboração das docentes Paula André e Soraya Genin. Cada turma realiza um conjunto de “trabalhos de projeto”, em que as vertentes teóricas e práticas contribuem para um mesmo objetivo.

Neste atelier, os trabalhos desenvolvidos organizaram-se primeiramente em grupo, e posteriormente em grupo e individualmente. Para além disto, realizamos um workshop de uma semana intensiva que decorreu no mês de Março. Este workshop foi organizado pela Área Científica de Arquitetura e envolveu as várias turmas e os vários docentes de PFA. Neste workshop realizou-se o desenvolvimento de um projeto de arquitetura, respondendo a uma problemática claramente circunscrita, colocada por um convidado externo. No nosso caso o atelier do workshop foi dirigido pelos arquitetos Francisco Garcia de Freitas, Luís Valente, Paulo Borralho e Rui Didier, os sócios do Atelier RUA. O exercício proposto foi de reconverter um edifício, implantado numa zona residencial, a partir de três conceitos chaves: reativar, reabilitar e reinterpretar (Anexo B).

Assim, no âmbito da unidade curricular de PFA, este trabalho visa a obtenção do grau de mestre em Arquitetura. O enunciado do PFA (Anexo C - Exercício) intitulado “Espaço Natural, Infraestruturas e Espaço Público – O caso Taguspark/Fábrica da Pólvora” desafiou-nos a reconhecer e construir um pensamento crítico sobre um território vasto - o concelho de Oeiras, porém

fragmentado, que apresenta várias especificidades, e para que a partir desse conhecimento fossemos capazes de propor soluções ajustadas às necessidades do local.

Este trabalho tem por tema a **Reabilitação urbana na envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena**, e pretende adotar uma estratégia de reabilitação urbana que visa unificar o espaço público contíguo à igreja de S. Pedro de Barcarena, estendendo-o até às margens da Ribeira de Barcarena, valorizando a paisagem ao redor do núcleo urbano da igreja, melhorando assim a imagem global da freguesia de Barcarena.

Como estratégia de melhoramento do tecido do núcleo de Barcarena, mais especificamente dos vazios na envolvente da Igreja de S. Pedro, foi fundamental para esta investigação, a pesquisa de três temas teóricos de suporte à mesma: a reabilitação urbana, o espaço público e a paisagem. Desta investigação surge o interesse de abordar o tema da reabilitação urbana em particular em áreas periurbanas sobre o qual recai este ensaio escrito.

0. INTRODUÇÃO

0.1 Tema

O tema deste ensaio escrito, incide sobre a *reabilitação urbana*. Em virtude da investigação para a realização do Projeto Final de Arquitetura, surgiu o interesse pela reabilitação urbana num contexto periurbano como é o caso da freguesia de Barcarena, no concelho de Oeiras.

Foi-nos proposto trabalhar no concelho de Oeiras e compreender o território como um todo e para tal foi necessário perceber o modo como este evoluiu e como se tem relacionado com os concelhos limítrofes. Este foi um ponto de partida do trabalho de grupo.

Ao visitar os territórios propostos no enunciado do exercício de PFA e ao explorar as áreas envolventes, nomeadamente da freguesia de Barcarena, nasceu o interesse de trabalhar sobre a zona designada como Núcleo Antigo de Barcarena, junto à igreja paroquial de S. Pedro de Barcarena.

Segundo o Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras (PSPCACO), a igreja de S. Pedro de Barcarena é classificada como um património arquitectónico religioso. Barcarena também é atravessada pela Ribeira homónima, o que faz com que o lugar tenha interesse tanto a nível ambiental como a nível de património edificado. Não obstante estes atributos, foram identificados alguns problemas que merecem ser considerados.

Percebeu-se que a área em estudo tem sofrido ao longo dos tempos, uma degradação e desvalorização da sua imagem. Por este motivo o núcleo antigo de Barcarena figura na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo¹ como sendo uma “Área consolidada a requalificar”. Isso aconteceu, em parte, devido a forma como a própria freguesia evoluiu nos anos recentes, tornando-a numa área basicamente residencial, sem interesse profissional ou cultural, num meio parcialmente urbanizado, ou seja, numa periferia. Deste modo, o tema da reabilitação urbana pareceu muito pertinente para esse local.

¹ Planta de Ordenamento, Classificação e Qualificação do Solo. Fonte: PDM de Oeiras, disponível em <http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/epl>

A igreja mencionada acima, constitui um edifício importante para freguesia em diversos aspetos. Ela possui uma implantação peculiar no território. A sua fachada principal está virada para a paisagem (para a Ribeira de Barcarena) e na fachada traseira passa a Rua Joaquim Sabino de Sousa. Observando as cartas militares e as fotografias aéreas antigas (Cartas Militares dos anos - 1856, 1893, 1932, 1935, 1942, 1954, 1970, 1992, 2009, e Fotografias aéreas dos anos – 1947, 1958, 1965, 1977, 1996, 2001, 2010, 2019) podemos ver a presença do percurso adossado à igreja, que segundo algumas fontes, que está implantada neste território desde o século XIII². Até 1992 as marcas do passado são a estrada que passa adossada à igreja, o próprio edifício religioso e poucas habitações que foram sendo implantadas junto à estrada perto da igreja. Após esse período, o núcleo desenvolve-se e adensa-se, continuando a igreja de costas para o núcleo urbano. A mesma localiza-se num ponto estratégico do território destacando-se do aglomerado, caracterizado por pequenas casas vernaculares. Algumas destas casas também têm as fachadas principais voltadas para o vale da Ribeira de Barcarena e não para o interior da freguesia.

Desta forma, perde-se a oportunidade de existir um Largo adossado à igreja que poderia gerar um espaço público de permanência, onde as pessoas poderiam conviver umas com as outras ou simplesmente repousar. Esta falta de espaço público qualificado, possível aglutinador de pessoas, condiciona os habitantes de Barcarena.

Assim, este projeto visa reabilitar a área envolvente da igreja de Barcarena, melhorar os acessos, bem como propor a criação de um jardim público como parte integrante desta reabilitação.

Constitui um constrangimento o fato das margens da Ribeira de Barcarena se encontrarem sujas e em estado de degradação. A Ribeira teve outrora um papel muito importante para a freguesia homónima e, entretanto, hoje ela é pouco aproveitada. Não há possibilidade de proximidade com a mesma, exceto na parte recuperada da Fábrica da Pólvora de Barcarena.

Por isso, a reabilitação das margens da Ribeira é tão importante quanto a criação de um espaço público unificado, a tal ponto que ambas as intervenções possam estar ligadas e dependerem uma da outra. De facto, o potencial natural deste lugar e um

²CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano de salvaguarda do património construído e ambiental do concelho de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal Oeiras, 1999, p. 197

futuro espaço público na envolvente da igreja de S. Pedro devem fazer parte da estratégia de reabilitação urbana deste núcleo.

Assim sendo, o projeto surge como forma de resposta a um problema a nível do tecido urbano, daí a necessidade de investigar o tema da reabilitação urbana. Segundo o “Vocabulário do Ordenamento do Território” este conceito designa o “processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras e conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de habitabilidade, conservando, porém, o seu carácter fundamental”³. É interessante notar que a reabilitação urbana visa conservar o caráter fundamental do local, constituindo um ponto importante e determinante na escolha do tema da nossa investigação.

A área de estudo abrange a igreja de S. Pedro de Barcarena e o núcleo ao qual esta pertence, uma vez que o projeto consiste em reabilitar a frente da igreja que se encontra nas margens da Ribeira. O projeto é o desenho urbano de um espaço público com um jardim. Através deste espaço público pretendemos resolver várias situações urbanas: i) uma relação de cotas – articular a cota onde está implantada a igreja com a cota da Ribeira de Barcarena; ii) a expansão do jardim Conde Rio Maior ; iii) um passeio público junto à Ribeira de Barcarena, fazendo a ligação entre o Lavadouro e o edifício da Cooperativa dos trabalhadores da Fábrica da Pólvora de Barcarena e iv) o desenho de um conjunto de hortas comunitárias. Todos estes itens são pensados para a qualificação do núcleo central de Barcarena.

³ DGOTDU - “**Vocabulário do Ordenamento do Território**”. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, p. 153.

0.2 Objetivos

Este ensaio escrito tem como objetivo principal explicar o processo de desenho urbano e de investigação que é realizado na concretização de um projeto de espaço público para a envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena.

Nesta investigação pretende-se problematizar a importância dos vazios urbanos, mais especificamente do espaço público, bem como a reabilitação urbana para que estes espaços se tornem espaços inclusivos, fornecendo qualidade de vida às populações, de modo a responder uma questão principal: Como é que podemos integrar a reabilitação dos espaços públicos nas políticas da cidade e fomentar qualidade de vida urbana?

Para tal, é necessário perceber como a reabilitação urbana pode ajudar a recuperar a imagem global de um núcleo que tem estado num processo lento de degradação.

Também, a investigação pretende compreender o modo como se realiza uma reabilitação urbana numa zona que não é completamente urbana. Iremos ver se esta questão é abordada da mesma forma como ela é abordada num espaço urbano consolidado. Para isso, torna-se necessário compreender como o conceito de reabilitação urbana surge, como evolui e ainda perceber como é aplicado.

Esta investigação tem também como objetivo desmistificar a ideia de que para melhorar uma área urbana é preciso apenas construir novos edifícios. Antes pelo contrário, pretende mostrar que uma reabilitação pode passar pela criação de espaços públicos, ou melhoramento destes (se já existirem) transformando a experiência das pessoas que vivem no local.

Neste caso, ao propor um espaço público como resultado da reabilitação urbana na envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena e às margens da Ribeira de Barcarena, pretendemos obter um impacto positivo no quotidiano de quem disfruta destes espaços. Esta intervenção pretende oferecer espaço público qualificado, que possa contribuir para uma maior qualidade de vida dos moradores de Barcarena e conseqüentemente valorizar a imagem da área em estudo. Portanto, esta investigação visa enriquecer o projeto com estratégias que contribuem para soluções mais acertadas e adequadas.

0.3 Estado da arte

No processo de análise do território do concelho de Oeiras, nomeadamente no que diz respeito à nossa área de estudo – a envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena, encontramos diferentes contributos metodológicos para o processo de entendimento da mesma. Estes contributos seguem abordagens distintas na análise deste estudo. Tais abordagens fundamentam-se na **reabilitação urbana**, no desenho urbano do **espaço público** e na **paisagem**. Salientamos em seguida vários autores, enquadrados nos temas que analisamos, pelos seus contributos metodológicos na análise do tema desta investigação. Como se pode ver na tabela 1, para este estudo contribuíram, primeiramente, os investigadores que abordam a reabilitação urbana através duma análise conceptual do tema. O segundo conjunto de autores procura averiguar a importância do espaço público na construção da cidade, e o terceiro conjunto de autores contribui para o entendimento da paisagem e da necessidade de a valorizarmos.

Tabela 1: Fundamentação teórica

Autor	Ano	Texto	Reabilitação Urbana	Espaço Público	Paisagem
Moreira	2007	Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos	X		
Moura, [et al]	2006	A Revitalização Urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo	X		
Fernandes	2008	Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra	X		
Borja	2012	Espacio público y derecho a La ciudad		X	
Hermany e Cruz	2019	Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano		X	
Pinto	2015	Coesão urbana: o papel das redes de espaço público		X	
Marques	2018	Reabilitação do Espaço Público		X	
Ricart e Remesar	2013	Reflexiones sobre el espacio público		X	
Carneira	2017	Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público urbano do Município de Oeiras: Caso de estudo: Figueirinha		X	X
Sgard	2010	Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun			X
Pérez	2000	Paisaje Urbano en Nuestras Ciudades			X
Santos	2018	Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena			X

O título deste ensaio - **Reabilitação urbana na envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena**, reflete a importância atribuída à reabilitação urbana e ao seu conceito. Para tal, considera-se importante perceber quando surgiu este conceito, como é aplicado e o que o diferencia de outros processos que transformam a cidade, como a regeneração, a requalificação ou a revitalização urbana.

Visto que a **reabilitação urbana** é adotada como uma estratégia que engloba outras intervenções no tecido urbano do núcleo de Barcarena, é necessário aprofundar o conhecimento acerca do quadro conceitual sobre o **espaço público** e sobre **paisagem**. Desta forma, a investigação foca-se nesses três conceitos e como eles se conectam e contribuem para um bem comum.

Existem vários artigos científicos que abordam temas relativos à requalificação urbana e a outras intervenções análogas. Um deles é o artigo da geógrafa Graça Moreira, intitulado *“Requalificação Urbana - Alguns Conceitos Básicos”*⁴. Neste artigo, a autora apresenta a evolução de um conjunto de conceitos relacionados com as intervenções de requalificação dos espaços urbanos consolidados que demasiadas vezes são mal aplicados.

Assim sendo, Graça Moreira caracteriza cada um dos seguintes conceitos: requalificação, reabilitação, reanimação, recuperação e renovação urbana e também caracteriza os conceitos de industrialização e pós industrialização, pois só após a industrialização e conseqüentemente com todas as transformações nas cidades, que os conceitos acima referidos ganham ênfase e começam a ser valorizados nas políticas urbanas⁵.

É importante realçar que, segundo Moreira, em Portugal o termo requalificação urbana só aparece no fim dos anos 80. Mesmo assim, até 1998 apareciam os termos revitalização, reabilitação ou recuperação nos vocabulários urbanísticos para referir o processo de requalificação urbana, pois este último era um termo recente e ainda não constava nesses vocabulários⁶.

⁴ MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos**. Nº 05. Lisboa (2007), p. 117-129.

⁵ MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos**. Nº 5. Lisboa. 2007. p. 117-129.

⁶ MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos**. Nº 5. Lisboa. 2007. p. 117.

O conceito da requalificação urbana desenvolveu-se desde então e continua em evolução ao longo do tempo, para dar resposta aos problemas que surgem no tecido urbano. Por isso, o artigo de Moreira apresenta uma série de componentes, como aspetos económicos, sociais, ambientais, físicos e de imagem, que estão abrangidos neste processo. O conceito não é unanimemente aceite, mas a requalificação urbana é defendida por Moreira `` como algo ligado à recuperação económica com aumento de postos de trabalho, enriquecimento da população nas áreas em estudo, melhoria das condições físicas do espaço público e do parque habitacional, com conseqüente reflexo na imagem que a cidade passa para o exterior ou ainda a qualidade ambiental da mesma''⁷.

Apesar do título do presente projeto ser a **reabilitação urbana**, é importante assimilar o conceito de **requalificação urbana** que compreende também a reabilitação de centro urbanos e ambos os conceitos estão intrínsecos à transformação da cidade. Contribuem para melhorar as condições do seu uso ao mesmo tempo que respeitam a sua imagem global. Desta feita, este artigo de Moreira informa para a realização deste projeto, pois define e diferencia conceitos de intervenção urbanística parecidos, fornece o contexto histórico em que surgem e auxilia no bom uso destes mesmos conceitos. Pois, para propormos uma reabilitação urbana é preciso estarmos conscientes do que está envolvido neste processo.

No artigo ``*A Revitalização Urbana - Contributos para a Definição de um Conceito Operativo*''⁸, à semelhança do artigo apresentado anteriormente, os autores abordam o conceito de revitalização urbana dentro do contexto de conceitos da mesma família: requalificação, reabilitação, renovação, etc.

Deste modo, os autores explicam que ao contrário do conceito de **renovação urbana** que ``é marcado pela ideia de demolição do edificado e conseqüente substituição por construção nova, geralmente com características morfológicas e tipológicas diferentes, e/ou com novas actividades económicas adaptadas ao processo

⁷ MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos**. Nº 5. Lisboa. 2007. p. 124.

⁸ MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 15-34. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

Este artigo faz parte de um relatório mais vasto intitulado Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das atuações a concretizar no QREN.

de mudança urbana⁹, o conceito de **reabilitação urbana** evita a destruição do tecido urbano mas promove a sua habilitação e a sua readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana.

Assim, a reabilitação urbana enfatiza um carácter mais residencial, e geralmente está ligada a estas duas intervenções complementares: uma no edificado, reabilitando edifícios habitacionais e outros tipos de edifícios, incluindo mesmo a construção de novos equipamentos, bem como a demolição de alguns elementos; e outra na paisagem urbana, incluindo espaços de transição como o espaço público contíguo ao residencial, pois os processos de reabilitação urbana surgem muitas vezes associadas ao melhoramento do espaço público.

Segundo Moura (et al)¹⁰, quando se trata de intervenções no tecido como a reabilitação urbana, as políticas urbanas são orientadas de acordo com as preocupações com o património histórico-arquitectónico e com a manutenção da população nos centros das cidades. Desta forma, este artigo foi importante para esta investigação porque mais uma vez esclareceu as características específicas de cada um dos conceitos citados acima e mostrou que a reabilitação visa transformar um tecido urbano degradado ou abandonado num tecido que se readapta às mudanças que ocorrem na cidade, sem causar uma mudança radical no tecido. Este ponto em específico foi fundamental para a escolha da estratégia de reabilitação urbana neste projeto.

Jordi Borja no seu texto *“Espacio público y derecho a la ciudad”*¹¹ apresenta questões relacionadas com o espaço público, a cidade, o direito à cidade e as problemáticas que estas enfrentam. Devido a uma vasta obra publicada, Borja é

⁹ MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 18. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

¹⁰ MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 15-34. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

¹¹ BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**. Barcelona, 2012. [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstrebalsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordiborja.pdf

citado em vários trabalhos acadêmicos que abordam o tema do espaço público e a sua complexidade.

Neste artigo¹² Borja aborda primeiramente a crise do **espaço público** que manifesta-se na ausência, abandono ou degradação e na privatização do espaço público, uma vez que este espaço expressa a democracia, por ser de uso coletivo, e é diversificado, sendo também onde se constrói uma memória coletiva: “O espaço público expressa a democracia na sua dimensão territorial. (...) É onde a memória coletiva é construída e várias identidades e fusões em processo se manifestam.”¹³ (BORJA, 2012, p. 1).

Assim, a degradação do espaço público põe em causa o direito à cidade de cada cidadão. Porém, o **direito à cidade** e **espaço público** democrático são dois lados da mesma moeda, defende Borja, uma vez que os dois conceitos foram revalorizados, não obstante as práticas institucionais e mediáticas as questionarem.

Nas cidades atuais é tendência a privatização e o enfraquecimento dos espaços públicos. A crise do espaço público resulta das atuais diretrizes de urbanização que produzem “espaços fragmentados, lugares (ou não-lugares) mudos ou lacônicos, ... guetos classistas, áreas marcadas por medo ou marginalização”¹⁴.

Outra questão expressa por Borja é a problemática da desagregação da cidade nas periferias, provocando uma perda de qualidade do espaço público, quando este espaço se converte “em estradas, ou áreas turísticas e de lazer, ou museus, ou centros administrativos vazios, ou em ruas ou bairros fechados”¹⁵. Pode acontecer também o

¹² BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**”. Barcelona, 2012. [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstrebalsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordi_borja.pdf

¹³ BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**”. Barcelona, 2012. p. 1. [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstrebalsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordi_borja.pdf

¹⁴ BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**”. Barcelona, 2012. p 18 [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstrebalsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordi_borja.pdf

Tradução livre

¹⁵ BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**”. Barcelona, 2012. p 18 [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstrebalsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordi_borja.pdf

Tradução livre

oposto, ou seja, uma gentrificação e excluem-se da cidade os setores populares, primeiro como residentes e depois como usuários.

O artigo de Borja aponta para a importância da reflexão sobre o espaço público como um espaço democrático que promove o cumprimento de um direito de cidadão. Esta questão apontada por Borja fundamenta um dos pontos principais do nosso trabalho. Visto que, após as primeiras visitas ao núcleo de Barcarena, logo notámos que este local carecia de um espaço público comum em que todos pudessem participar nele. Nesta perspectiva, surgiu o interesse de propor que se repensasse o espaço adjacente ao edifício de maior destaque no local, a Igreja de S. Pedro.

O texto *“Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano”*¹⁶ de Ricardo Hermany e Arthur Votto Cruz visa compreender como a criação de políticas públicas pode melhorar a cidade através da promoção do desenvolvimento humano e da redução das desigualdades.

Ricardo Hermany e Arthur Votto Cruz¹⁷ defendem que é preciso haver uma mudança no modo como entendemos as cidades para que se possa repensar um novo modelo de cidade, visto que a maioria das cidades cresceram em função da produção de capital, o que contribuiu para o surgimento de problemáticas como a segregação social. Posto isto, os autores destacam que Borja idealiza o espaço público como *“espaço de promoção da participação democrática, de lugar de troca de experiência, de exercício da cidadania, de multiculturalismo e de bem-estar”*¹⁸.

Segundo Ricardo Hermany e Arthur Votto Cruz existe assim, uma crise do urbanismo e da democracia representativa, visto que os espaços públicos são descaracterizados em detrimento de um urbanismo de produtos. Isto é, espaços

¹⁶ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. (UNIFAFIBE) [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019) [Consultado em abril 2020]. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

¹⁷ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. (UNIFAFIBE) [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019) [Consultado em abril 2020]. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

¹⁸ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. (UNIFAFIBE) [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019), p. 26 [Consultado em abril 2020]. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

exclusivistas e altamente vendáveis, criam um sentimento de insegurança e inibem uma mescla social e cultural nos espaços públicos.

Esse fenômeno de privatização dos espaços públicos relaciona-se diretamente com o aumento de ``produtos urbanos, como condomínios fechados, *playgrounds* cercados e parques exclusivos``¹⁹.

Para contrapor essa tendência, Ricardo Hermany e Arthur Votto Cruz evocam que Borja defende que as cidades devem recuperar o seu conceito de *civitas*, ou seja, ser um espaço de exercício e produção da cidadania, donde os espaços públicos promovem as relações entre as diferentes classes sociais e culturas, de modo a formar uma cidade heterogênea e diversa: `` a adoção de medidas que possam reduzir os prejuízos causados por essa realidade de esvaziamento da cidade como espaço de convívio harmônico, bem-estar e desenvolvimento humano, principalmente advindas de um debate amplo e democrático, é objeto comum das teorias de Borja e de Amartya Sen, encontrando, na prática, ações que apresentam resultados positivos nesse sentido``²⁰.

Desta forma, este artigo²¹ de Ricardo Hermany e Arthur Votto Cruz contribui para lembrar que o espaço público tem um papel muito importante na sociedade e representa um conjunto de direitos dos cidadãos que não podem ser ignorados.

A tese de doutoramento de Ana Júlia Pinto, intitulada ``*Coesão urbana: o papel das redes de espaço público*``²² é um trabalho que aborda o conceito da coesão urbana e o papel do espaço público como um potencial agente promotor dessa coesão. O objeto de estudo deste trabalho é a coesão do espaço urbano. Deste modo, a autora realiza uma

¹⁹ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. (UNIFAFIBE) [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019), p. 29
[Consultado em abril 2020]. Disponível em:
www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

²⁰ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. (UNIFAFIBE) [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019), p. 38
[Consultado em abril 2020]. Disponível em:
www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

²¹ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**. (UNIFAFIBE) [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019)
[Consultado em abril 2020]. Disponível em:
www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

²² PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento.

análise aprofundada dos principais problemas que se colocam às redes de espaço urbano, mais especificamente analisa dois territórios, dois bairros da cidade de Barcelona.

O conceito “**coesão**” para Ana Júlia Pinto, de modo genérico, significa “união, harmonia, associação, ligação entre as partes de um estado”²³, porém este conceito está associado a diferentes dimensões e surge por via das diretivas europeias, dos finais do século XX. Posteriormente a expressão “**coesão territorial**”, que tem vindo a ser desenvolvida e aprofundada, surge da compreensão do território como um elemento fundamental, pois ele é o sistema suporte da vida humana e dos recursos naturais, é a base física para as atividades produtivas e nele têm lugar todos os fenómenos sociais e económicos. Pinto explica todas as grandes etapas do conceito de coesão e de como o conceito de coesão territorial evoluiu e ganhou importância. Sendo hoje um dos três pilares da Política de Coesão da União Europeia, ao lado dos pilares social e económico.

Deste modo, é fundamental transportar o conceito de coesão territorial para a escala das cidades, para a escala urbana, com o intuito de diminuir as desigualdades e injustiças, por esta “promover a igualdade no acesso a equipamentos, bens e serviços, independentemente da realidade física, social e económica existente”²⁴. Assim, o conceito de **coesão urbana** visa incentivar a conectividade da cidade, enquanto expõe as desvantagens da fragmentação do espaço urbano. É importante que este conceito seja abordado segundo as suas várias dimensões: a continuidade formal; a mobilidade e acessibilidade; a visibilidade; a centralidade; a dinâmica social; e as questões económicas.

Segundo Pinto²⁵ é neste ponto que o **espaço público** surge como o elemento que vai articular e unificar o espaço urbano, promovendo assim a coesão urbana.

Tal como Jordi Borja, a autora interpreta que o espaço público “tem a capacidade de gerar um espaço funcional polivalente, com uma elevada capacidade de relacionar todos os elementos da cidade, com um forte carácter ordenador face

²³ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p. 36.

²⁴ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p. 58.

²⁵ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento.

aos elementos construídos e às múltiplas formas de mobilidade e de permanência das pessoas²⁶. O espaço público pode conferir à rede urbana muitas qualidades, como a continuidade, a melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade; a promoção de dinâmicas de utilização e apropriação do espaço urbano e ainda pode impulsionar o aparecimento de novas atividades económicas.

Assim, segundo Pinto²⁷ o **espaço urbano coeso** deve ser orientado segundo os seguintes princípios: i) inclusivo, ou seja, um espaço que seja igualmente utilizado pelos utilizadores independente das suas características e diferenças; ii) acessível, portanto, um espaço que esteja ligado com as diferentes áreas da cidade e que seja de fácil acesso por meio de transporte público e de outros modos de deslocação; iii) atrativo, isto é, um espaço que consiga atrair diferentes pessoas; iv) gerador de apropriação, ou um espaço que promova processos e dinâmicas que possibilitam a edificação de modos de expressão individual e coletiva articulados com os vazios urbanos.

O artigo *“Reflexiones sobre el espacio público”*²⁸ da autoria de Núria Ricart e Antoni Remesar é um importante trabalho que aborda a ideia de espaço público como articulador de um conjunto de acontecimentos que incidem na vida das cidades. Para realizarem essa abordagem, os autores analisam uma série de questões problemáticas que têm a ver com: i) a identificação dos limites entre o espaço público e a esfera pública; ii) a conformação do espaço público construído; iii) a abordagem teórica ao fenómeno desde a contemporaneidade; iv) a dimensão social do espaço público; e iv) a perspectiva da administração da cidade.

Este artigo analisa algumas das teorias de Ildefons Cerdà (1815-1876) referentes à construção das cidades e esquematiza o seu pensamento por meio de quadros, a fim de tornar a compreensão do leitor mais abrangente. O artigo também expressa as definições e teorias de vários outros autores acerca do significado de espaço público.

²⁶ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p. 85.

²⁷ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento.

²⁸ RICART, Núria; REMESAR, Antoni – Reflexiones sobre el espacio público. **Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona**. [Em linha]. nº 25 (2013), p. 5-35. [Consultado em abril 2020]. Disponível: <https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18792>

A dissertação de mestrado de Marta Marques intitulada ``*Reabilitação do Espaço Público*''²⁹ é uma investigação que tem como objetivo estudar a temática da **reabilitação urbana**, assim como alguns dos conceitos diretamente associados à mesma. A partir deste trabalho a autora pretende fazer uma compreensão e conhecimento no que toca à reabilitação urbana, principalmente à sua utilização no contexto da intervenção em edifícios privados e em espaços públicos. Marta Marques dedica-se a estudar temas como: i) a paisagem; ii) o território; iii) o ambiente; iv) o espaço público, desde sua definição e evolução até suas tipologias; bem como v) questões do tecido urbano³⁰.

Marta Marques explica o conceito de **reabilitação** e dos vários outros termos associados, como da **reabilitação urbana**, que envolve por sua vez, conceitos de rua e de praça, pensando na contextualização a nível da sua origem e dos vários atributos que estes adquirem por meio da reabilitação.

A análise do trabalho de Marta Marques resulta em muitos contributos para a investigação do presente ensaio, pois ambos os trabalhos possuem as mesmas bases teóricas, com especial atenção para o tema do espaço público. Marta Marques reconhece no seu trabalho que os espaços públicos ``são espaços dedicados ao usufruto da comunidade em geral, sendo importante, para tal, melhorar as condições das ruas nos seus espaços adjacentes, tanto os que se situam ao ar livre como os que são constituídos por edifícios públicos, pretendendo, assim, uma melhoria da própria qualidade de vida dos cidadãos nos seus espaços públicos''³¹.

O texto ``*Corredores verdes - Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras*''³² é um trabalho elaborado por Andreia Pereira Santos e submetido como prova final de Mestrado em Arquitetura Paisagista. Apesar de Santos não abordar a requalificação de espaços públicos, ela desenvolve a possibilidade de criação de um

²⁹ MARQUES, Marta - **Reabilitação do Espaço Público**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018. Dissertação de mestrado.

³⁰ MARQUES, Marta - **Reabilitação do Espaço Público**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018. Dissertação de mestrado.

³¹ MARQUES, Marta - **Reabilitação do Espaço Público**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018. Dissertação de mestrado. p. 13

³² SANTOS, Andreia Marisa Pereira - **Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras**. Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado.

Parque adjacente à Ribeira de Barcarena que integrará a mancha verde do “Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena”³³.

O Parque proposto por Santos é um projeto de macroescala e sugere a possibilidade de uma maior conexão entre os vários núcleos urbanos nas proximidades e um melhor funcionamento ecológico da paisagem.

O tema de criação de um espaço adjacente à Ribeira de Barcarena é-nos caro pois a nossa estratégia da reabilitação urbana junto à Igreja de S. Pedro partilha de premissas semelhantes às do projeto de Santos.

Segundo Santos, foi aprovada em 2008 a Agenda 21 Local de Oeiras, a Oeiras 21+, com dez projetos estratégicos para o território do concelho de Oeiras, dentre eles destaca-se o projeto Vales Verdes das Ribeiras, que visa criar Parques abrangendo os Vales das Ribeiras, concretizando o Mega-Parque Verde (equivalente ao conceito Infraestrutura Verde). Para melhor compreensão do conceito, a autora define **corredores verdes** como “espaços verdes lineares considerados naturais, onde a presença de infraestruturas construídas é nula, quase impercetível ou extremamente compatível, em que o recreio e a conservação são premissas primárias... conectam importantes áreas verdes não lineares, como jardins, parques ou reservas naturais, e estabelecem ligações ao património cultural e a áreas habitacionais,... geralmente localizam-se, ou são projetados, em frentes ribeirinhas, linhas de festos, espaços lineares com relevante beleza cénica, ou reaproveitam a morfologia já existente de linhas de caminho-de-ferro.”³⁴.

Pensado no património de Barcarena numa macroescala faz todo o sentido estabelecer uma ligação entre os espaços de interesse adjacentes à Ribeira de Barcarena, como sejam: i) a Fábrica da Pólvora, ii) a igreja de S. Pedro de Barcarena, e iii) o povoado pré-histórico de Leceia; pois estes podem proporcionar uma dinamização social, ecológica e económica do local.

³³ O plano de acção Oeiras 21+ integra como um dos objetivos a criação de Corredores Verdes ao longo das cinco principais linhas de água do concelho (objetivo incorporado no PDM em vigor desde 2015). Neste âmbito surge a oportunidade de criação de um Corredor Verde ao longo da Ribeira de Barcarena, intitulado de Eixo Verde e Azul da Ribeira de Barcarena (EVA-RB).

³⁴ SANTOS, Andreia Marisa Pereira - **Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras**. Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado. p.6.

A dissertação de mestrado Mafalda Rodrigues Caneira, intitulada ``*Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público urbano do Município de Oeiras - Caso de estudo: Figueirinha, Oeiras*''³⁵. É um trabalho que tem como objetivo promover uma análise crítica ao conceito de Áreas Plano (ou Plano Municipal de Requalificação Urbana) criado pela Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Oeiras e propor uma nova metodologia e estratégias de intervenção. Essa metodologia baseia-se numa nova forma de valorizar e requalificar a estrutura verde urbana existente e degradada, criando objetos de ligação (corredores verdes) de espaços com valor ambiental, como jardins e praças. Para esse fim, a autora começa por analisar várias definições de espaço e lugar e conceitos de espaço público bem como os elementos que definem o espaço público. Os espaços verdes urbanos também recebem bastante atenção neste trabalho e são alvos de uma pesquisa aprofundada.

Porém, o foco principal do trabalho de Caneira³⁶ é a requalificação do espaço público, e isso envolve analisar e distinguir outros processos de fazer cidade, como a reabilitação, a reanimação/revitalização urbana, etc. Resultado de uma abrangente pesquisa, a autora então propõe uma intervenção em Figueirinha, Oeiras, com o intuito de contrariar a imagem fragmentada e degradada dos espaços públicos. Assim, Caneira potencializa e valoriza os espaços públicos existentes, por meio da criação de espaços multifuncionais que possam funcionar como espaços de estadia, de passagem, recreio ou de contemplação da natureza.

Anne Sgard tem uma investigação sobre as temáticas paisagem, territorialidades e identidades. O seu artigo ``*Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun*''³⁷ aborda questões pertinentes da **paisagem** e tem como ponto de partida a observação de dois termos associados à paisagem, ao

³⁵ CANEIRA, Mafalda Rodrigues - **Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público urbano do Município de Oeiras: Caso de estudo: Figueirinha, Oeiras**. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2017. Dissertação de mestrado.

³⁶ CANEIRA, Mafalda Rodrigues - **Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público urbano do Município de Oeiras: Caso de estudo: Figueirinha, Oeiras**. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2017. Dissertação de mestrado.

³⁷SGARD, Anne - *Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. Développement durable et territoires* [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010), [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

património e à propriedade comum e pretende questionar a evolução do discurso sobre a paisagem.

É muito antiga a relação que o indivíduo e os grupos criam com o território, pois a paisagem estabelece uma relação entre o físico e o simbólico, de modo que passa a existir um sentimento de pertença ao território justamente pela dimensão emocional, estética e sensível que a paisagem representa.

Nos últimos anos, tem-se notado uma crescente preocupação da sociedade com a paisagem, com o meio ambiente e com a qualidade de vida das pessoas. Devido à globalização e às rápidas trocas de informação e imagens é possível que qualquer pessoa tenha acesso às paisagens mais exóticas. Assim Sgard defende que “la demande de paysage s’organise autour de deux pôles non exclusifs l’un de l’autre : une demande insistante pour figer les paysages hérités, les paysages de la naturalité ou de la tradition rurale au risque de la muséification, et parallèlement, une volonté de se projeter dans l’avenir, aussi incertain soit-il, en s’interrogeant à travers le cadre de vie sur les fondements sociétaux de demain : quel sera le paysage du « vivre-ensemble » ?”³⁸.

No contexto francês, desde os finais do século XIX, que a paisagem é considerada um património a ser conservado, assim como é entendida como um monumento histórico.

Mais recentemente, em 1993 foi criada uma lei conhecida como “Lei da Paisagem”³⁹ que delegou nos poderes locais a gestão da paisagem comum, de modo a que as intervenções nesse bem comum sigam uma lógica do património que as direcionem ao passado e à memória local.

Segundo Sgard⁴⁰ a paisagem deve ser vista num cenário patrimonial preservado, o que nem sempre corresponde às formas atuais e comuns da paisagem, não apenas rural ou natural, mas também nos territórios de índole urbana e periurbana.

³⁸ SGARD, Anne - Le paysage dans l’action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010), p.3 [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

³⁹ “Loi paysage” é uma lei francesa (Lei n° 93-24 de 8 de janeiro de 1993) que visa a proteção das paisagens naturais e cidades.

⁴⁰ SGARD, Anne - Le paysage dans l’action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010)

Sgard aborda o conceito do bem comum aplicado à paisagem, entre outras referências, cita H  l  ne Harzfeld segundo a qual a “paisagem   um bem comum como convergência de valores, de modos de ações, de mitos que definem a possibilidade de um projeto compartilhado”⁴¹. Esse conceito de bem comum geralmente aparece no singular, o que nos reporta a algo consensual, moral e unificador, que precisa ser compartilhado com as gerações futuras. Assim “le paysage revendiqué comme un bien commun se rapproche aussi du paysage con u comme espace public, en jouant sur le double sens du terme, le sens concret, un espace partag , un espace de co-présence, et le sens métaphorique, l’espace de discussion, l’espace politique ...”⁴².

No entanto, por ser uma noção recente no discurso sobre a paisagem, a expressão bem comum levanta questões de várias ordens. O artigo mostra que   importante que as questões sejam levantadas para que haja uma reflexão e uma discussão sobre os problemas relacionados com a paisagem.

Por último, o artigo de Edmund Pérez, com o título “*Paisaje Urbano en Nuestras Ciudades*”⁴³ trata as questões relacionadas como a paisagem urbana, sua defini o e seus fatores marcantes. O autor aborda a importância da imagem da paisagem urbana e de como esta se relaciona com o meio ambiente, e com a qualidade da habita o da cidade e do seu espaço público. O artigo estabelece compara es e apresenta casos de estudo de cidades colombianas de modo a exemplificar os conceitos abordados. Este artigo constitui uma importante fonte para a presente investiga o, pois para além de analisar o tema da paisagem, ele ainda estabelece rela es entre a paisagem urbana e o espaço público, que são dois temas primordiais deste trabalho.

[Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

⁴¹ HATZFELD, H  l  ne -   la recherche d'un bien commun: la demande de paysage, **Les Cahiers de la Compagnie du Paysage**, n 2, Champ Vallon, 2006.

⁴² SGARD, Anne - Le paysage dans l’action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n  2 (setembro 2010), p. 7. [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

⁴³ PÉREZ, Edmundo - Paisaje Urbano en Nuestras Ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, n  4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

0.4 Estrutura do trabalho

O presente trabalho apresenta-se estruturado em 3 capítulos, de forma a alcançar os objetivos pretendidos. Com o intuito de enquadrar este trabalho, primeiramente é realizada uma apresentação geral ao ensaio e ao tema, seguida da introdução.

O capítulo I tem como objetivo apresentar o contexto histórico da área em estudo. Partindo de uma escala macro para uma escala micro, por meio de uma breve apresentação do concelho de Oeiras através da sua história, evolução e desenvolvimento. De seguida é feita uma análise mais focalizada sobre o contexto histórico da freguesia de Barcarena e da igreja de S. Pedro de Barcarena. Neste capítulo, também é abordado o contexto paisagístico sobre a Ribeira de Barcarena, uma vez que ele é muito significativo para o desenvolvimento do projeto. Este capítulo é enriquecido pelos contributos do trabalho realizado em grupo no primeiro semestre.

O capítulo II aborda a investigação e o quadro concetual. As bases teóricas deste trabalho são a reabilitação urbana, o espaço público e a paisagem. Em virtude do entendimento destes conceitos foi feito uma investigação que despertou o interesse académico sobre o tema da **reabilitação urbana** com ênfase no contexto **periurbano**. Portanto este capítulo dedica-se à investigação deste tema, desde o surgimento da reabilitação urbana, à sua evolução e até ao modo como é aplicado o conceito. Uma vez que o presente trabalho propõe a reabilitação urbana como estratégia que engloba intervenções no **espaço público** e na **paisagem**, o segundo capítulo terá subcapítulos dedicados exclusivamente a esses conceitos. O foco deste capítulo é a reabilitação urbana em área periférica, porém, ele aborda o espaço público e a paisagem como intervenções importantes e modificadoras do tecido urbano.

O III capítulo dedica-se à explicação da realização do projeto, aos desenhos, montagens e fotografias. Neste capítulo fica evidente como o contributo da investigação dos conceitos teóricos influenciou a proposta tornando-a mais consciente e pertinente.

O trabalho finaliza com considerações finais e promove uma ponderação entre as questões inicialmente abordadas neste ensaio.

Este trabalho também integra informações organizadas em anexos, que complementam a informação escrita.

0.5 Metodologia

Para a concretização dos objetivos apresentados anteriormente, o presente trabalho segue os seguintes procedimentos metodológicos: i) **Contacto com o território** e realização de **documentação gráfica e fotográfica** para caracterizar o estado atual do local; ii) **Revisão de literatura – fontes secundárias**, que compreende a recolha e análise de bibliografia diversa referente ao tema; iii) Recolha documental – **fontes primárias** (fotografias aéreas, fotografias antigas de Oeiras, desenhos técnicos, entre outros), através da pesquisa nos arquivos da Câmara Municipal de Oeiras e no Instituto Geográfico Português; iv) **Análise da cartografia** – fontes primárias, tratamento da mesma através de vectorização em CAD; v) Proposta de **projeto**, auxiliada de **memória descritiva** e justificativa, complementada com peças desenhadas a diferentes escalas, que se considerem necessárias à correta compreensão da mesma.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste trabalho, baseia-se em primeiro lugar no **reconhecimento do território** de Oeiras como um todo. Este reconhecimento de macroescala foi realizado por meio de visitas ao local, especificamente ao Norte do concelho, na freguesia de Barcarena, com recursos a fotografias, registos gráficos e vídeos.

Para o entendimento do contexto histórico da igreja de S. Pedro, foram consultadas inúmeras **fontes secundárias**, tais como monografias, trabalhos académicos, notícias de jornais locais⁴⁴. Foi igualmente útil a informação disponibilizada pelo sítio da Direção-Geral do Património Cultural “SIPA” relativa à igreja de S. Pedro de Barcarena, e ainda a informação relativa da Biblioteca de Azulejaria e Cerâmica Portuguesas da Gulbenkian⁴⁵.

Para uma melhor compreensão do concelho foram consultadas várias **fontes primárias** no arquivo Municipal de Oeiras, na Direção-Geral do Património Cultural “SIPA” e no IGP (Instituto Geográfico Português). Do arquivo Municipal de Oeiras obtivemos as fotografias aéreas do concelho desde 1947 a 2009. Neste arquivo obtivemos ainda os desenhos técnicos da igreja de S. Pedro de Barcarena realizados

⁴⁴ Obtidas no Arquivo do Municipal de Oeiras.

⁴⁵ <https://digitale.gulbenkian.pt/customizations/global/pages/index.html>

para o projeto de restauro do seu exterior ⁴⁶ e informação para a constituição da cronologia de edificação da igreja, nomeadamente retirada de notícias de jornais locais. Do Instituto Geográfico Português conseguimos as cartas militares do concelho de Oeiras.

Após o levantamento da cartografia foi possível realizar desenhos que mostram a **evolução da malha urbana do concelho** de Oeiras. Com todos estes elementos e novas visitas ao local estavam reunidas as condições para a realização do projeto.

⁴⁶ Estes desenhos foram fornecidos pelo Departamento de Projetos Especiais e Reabilitação Urbana da CMO.

0.6 Contributos

Por propormos uma reabilitação urbana a nível de espaço público, com intuito de melhorar a imagem global da envolvente de S. Pedro de Barcarena, tendo em consideração os aspetos mais marcantes da paisagem e do património, esperamos que o presente trabalho contribua para a valorização da memória do local - um núcleo urbano de formação histórica.

Os conceitos abordados nesta investigação (periferia urbana, reabilitação urbana, espaço público e paisagem) contêm muitos pontos em comum e são muito pertinentes nos nossos dias. Por isso, este trabalho procura articulá-los de modo a melhor propor uma estratégia que atue sobre as problemáticas do espaço urbano do século XXI. Assim, pretendemos contribuir com uma reflexão crítica, baseada na oferta de um espaço público num território que, pela sua morfologia e evolução, não tem privilegiado a criação de um lugar democrático de encontro entre as pessoas.

Após uma vasta pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre a igreja de S. Pedro de Barcarena, depois da concretização de desenhos técnicos relativos à igreja e sua envolvente mais alargada, e a realização de registos fotográficos atuais deste território, acreditamos que este trabalho possa contribuir para enriquecer a bibliografia muito sucinta sobre este edifício, que constitui um património religioso do Concelho.

O contributo deste trabalho também visa engrandecer o conjunto dos trabalhos teóricos já elaborados acerca do núcleo antigo de Barcarena, por promover uma abordagem ao seu espaço público e ao espaço natural (Ribeira) como dois temas indissociáveis.

1. CAPÍTULO I

Visão da Macro à Microescala – Oeiras e Barcarena

1.1 Análise do território geográfico de Oeiras

O concelho de Oeiras pertence ao Distrito de Lisboa, faz parte da sua Área Metropolitana e ocupa atualmente uma área de aproximadamente 46 Km². O concelho é delimitado a Norte pelo concelho de Sintra, a Oeste pelo concelho de Cascais, a Este pelos concelhos de Amadora e Lisboa e a Sul pelo rio Tejo, com uma faixa litoral de cerca de 10 km ⁴⁷.

A paisagem do território de Oeiras é marcada pelos vales das suas ribeiras que correm no sentido Norte-Sul do concelho. São cinco os cursos de água principais que compõe a rede hidrográfica do concelho, designadamente as Ribeiras de Algés, Barcarena, Porto Salvo, Lage e Rio Jamor. Em contraponto aos vales, destacam-se a Serra de Carnaxide (o ponto mais elevado do concelho com 197 m acima no nível do mar), o Alto da Mama Sul, o Alto dos Barronhos, o Alto do Montijo, o Alto das Confeiteiras e o Alto de Alfragide ou Leceia ⁴⁸.

Em Oeiras, as áreas de maior relevo localizam-se a Norte e Nordeste do concelho e estão associadas às formações geológicas do Neocretácico, originadas pelas sucessivas fases do Complexo Vulcânico de Lisboa. As áreas a Sul do concelho apresentam uma formação essencialmente sedimentar e contrastam formas residuais de rocha vulcânica resultantes das escoadas lávicas do Complexo Vulcânico de Lisboa⁴⁹.

⁴⁷ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Atlas de Oeiras: Oeiras no III Milénio**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005.

SANTOS, Andreia Marisa Pereira - **Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras**. Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado.

⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011.

⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios 2016-2020**. Oeiras: Município de Oeiras, 2016.

Oeiras é beneficiada por situar-se no extremo sudoeste da península de Lisboa, uma zona “de transição entre o clima temperado mediterrânico, caracterizado por um verão quente e seco e inverno ameno e pluvioso, de caráter irregular e o clima temperado mediterrânico de feição atlântica, com verão moderado e inverno suave e húmido”⁵⁰.

Relativamente a estrutura da população residente do concelho de Oeiras, observa-se (Tabela 1) alterações significativas ao longo dos últimos 50 anos. A população entre os 0 e os 14 anos vinha diminuindo desde 1981, porém a partir de 2011 essa mesma população começou a aumentar, representando cerca de 15% da população de Oeiras. A população entre os 15 e os 24 anos decresceu, a partir de 1991. A população entre os 25 e os 64 anos apresenta proporções muito semelhantes, ao longo de 50 anos. Contudo a população que mais cresce no concelho, é a de 65 e mais anos. Pois, em 1960, apenas 6% da população eram idosos, em 2011 esse grupo representa 19% da população de Oeiras⁵¹.

Esse último dado é pertinente na escolha do programa do nosso projeto de reabilitação urbana, uma vez que levamos em conta as necessidades da população idosa, que apresenta uma tendência de crescimento muito grande no concelho.

⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013. p. 28.

⁵¹ PIMENTEL, Teresa – **Município de Oeiras: Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040**. Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013. p. 8.

Tabela 2- Distribuição da população de Oeiras por grandes grupos etários, censos 1960, 1981, 1991, 2001, 2011. (Fonte: PIMENTEL, Teresa – **Município de Oeiras: Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040**. Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013. p. 8)

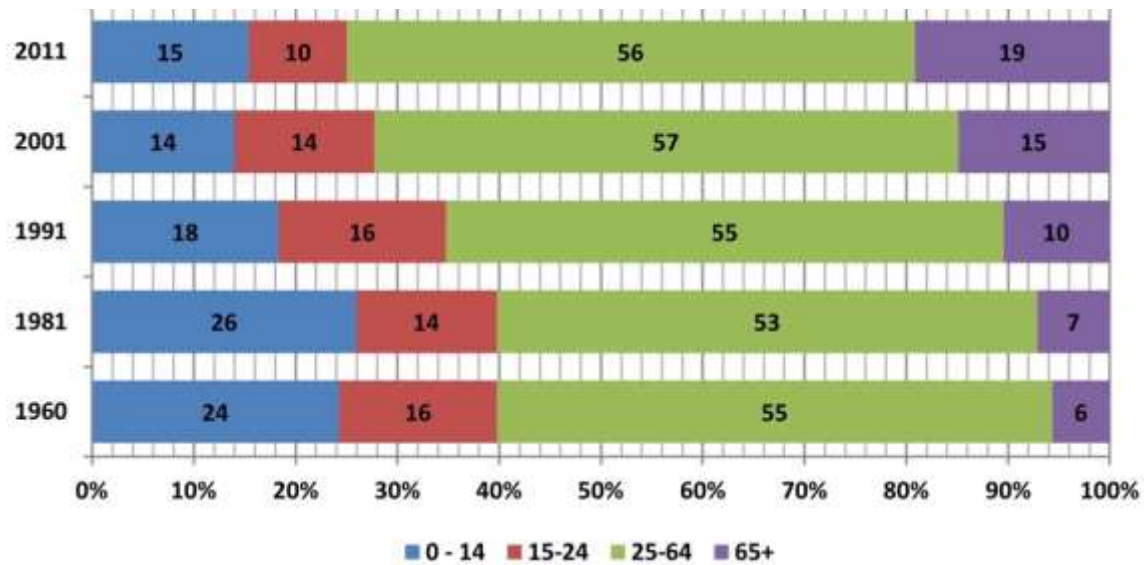


Figura 1 - Localização do Município de Oeiras na Região de Lisboa e Vale do Tejo. (FONTE: Grupo de trabalho da Macroescala)

1.2 História e geografia política de Oeiras

O território de Oeiras é detentor de uma história muito vasta, que nos transporta para um passado longínquo. No entanto, este subcapítulo tem somente como intuito ressaltar as fases e as datas mais importantes que marcaram o desenvolvimento de Oeiras.

Vestígios arqueológicos indicam que as primeiras ocupações deste território tenham acontecido ainda no período do Paleolítico Antigo Inferior, entre 3.000.000 – 250.000 ac⁵². Segundo João Luís Cardoso⁵³, os terrenos basálticos que constituem boa parte do território de Oeiras favoreceram as várias ocupações, pois existe água em abundância: “tais terrenos são favoráveis à retenção da água em toalhas superficiais, facto que resulta na ocorrência de numerosas nascentes. A abundância de água, facilmente disponível, conjugada com relevo pouco acidentado, em parte resultante da disposição tabular das próprias escoadas lávicas, justifica a antevisão de ambiente natural cuja cobertura vegetal seria semelhante à atual savana africana, e onde abundaria a caça”⁵⁴.

Estas condições reunidas possibilitaram que grupos de “caçadores-recolectores” se deslocassem pelo território. Esses grupos circularam pelo território durante um período de centenas de milhares de anos, “até a plena afirmação do Homem moderno na região”, que aconteceu há cerca de 30 000 anos. Consequentemente, esses grupos deixaram uma extraordinária quantidade de vestígios e de materiais paleolíticos distribuídos por uma área muito grande, desde a região de Cascais até à de Loures⁵⁵.

Passados alguns milhares de anos, mas ainda na pré-história, no período chamado “Bronze Final” já havia populações autónomas fixadas na região do concelho de Oeiras, como é o caso do povoado pré-histórico de Leceia. Mais especificamente as comunidades ribeirinhas praticavam trocas comerciais com

⁵² MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo. Arquivo Municipal de Oeiras.** Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

⁵³ CARDOSO, João Luís - **Arqueologia do concelho de Oeiras, do paleolítico inferior arcaico ao século XVII.** Câmara Municipal de Oeiras, 2011.

⁵⁴ CARDOSO, João Luís - **Arqueologia do concelho de Oeiras, do paleolítico inferior arcaico ao século XVII.** Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.30.

⁵⁵ CARDOSO, João Luís - **Arqueologia do concelho de Oeiras, do paleolítico inferior arcaico ao século XVII.** Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.30

navegadores fenícios e púnicos. A presença destes navegadores comerciantes é comprovada por produtos de origem do Norte da África encontrados em Oeiras⁵⁶.

O período do “Bronze Final” estendeu-se até à época da Romanização, quando Roma conquistou a Península Ibérica no século III a. C.. Lisboa nessa época recebeu o nome romano de Olisipo, que correspondia à capital e centro do comércio. À medida que a capital prosperava a nível comercial, as regiões periféricas também viam o seu desenvolvimento acontecer. Isso passou com Oeiras, uma vez que a região era muito importante para a capital, pois os seus terrenos férteis produziam cereais, vinho e azeite que abasteciam a capital. Nessa altura, as comunidades preferiam ocupar as zonas dos vales das ribeiras nas encostas no interior do território, onde haviam solos férteis e água em abundância. Caso vivessem às margens do estuário do Tejo estariam mais vulneráveis a invasões por via marítima e o solo era impróprio para o cultivo. Deste modo, no território de Oeiras o interior permanecia povoado e as margens ribeirinhas despovoadas. As margens só seriam povoadas muito mais tarde por volta do século XVII⁵⁷.

Após quatro séculos sob o domínio dos muçulmanos, a vasta região de Lisboa é reconquistada em 1147 por D. Afonso Henriques, o primeiro Rei de Portugal. Oeiras após a reconquista de Lisboa aos Mouros, não foi à partida pacificamente habitada e cultivada de forma organizada⁵⁸.

Segundo Manuel Ferreira, também não se pode concluir que com isso, Oeiras era deserta, mas “Oeiras teve, por bastantes décadas, depois de 1147, uma população e as suas terras mais férteis e convidativas foram medianamente aproveitadas”⁵⁹. A população que nesta época vivia em Oeiras, era na sua maioria, mouros que ficaram após a reconquista de Lisboa. Em vez de fugirem, alguns por falta de capacidades

⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Atlas de Oeiras: Oeiras no III Milénio**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005.

⁵⁷ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Atlas de Oeiras: Oeiras no III Milénio**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005.

⁵⁸ FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003.

⁵⁹ FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003. p 28.

económicas optaram por permanecer neste território. Havia também cristãos a habitar o território, mas a ocupação da mesma era “esparça, desorganizada e pouco intensa”⁶⁰.

Os anos seguintes à reconquista de 1147 foram de alguma forma, tempos de insegurança e incerteza e Oeiras ficou exposta a ataques de piratas muçulmanos. Portanto, mesmo com o território de Oeiras a prosperar relativamente à produção agrícola, poucos arriscavam a realmente aí se fixarem. Porém o tempo passou e a vida em Oeiras começou a decorrer normalmente, pois “o que estava em causa era o poder de mandar”. Obtido e aceite este, não havia objeções a que cada um continuasse a viver à sua maneira, sujeitando-se de boa mente às regras impostas pelos novos donos”⁶¹.

Do século XII ao século XIII o que mais se cultivava em Oeiras era o trigo, seguido de cevada, aveia, fava, feijão, ervilhas, lentilhas e hortaliças. Estas culturas eram muito apreciadas por todos, em especial pelos árabes. Cultivava-se muita fruta: citrinos, maçãs, peras, ameixas, cerejas e figos. As oliveiras eram plantadas nas zonas mais altas e o azeite era muito importante para a economia, pois era usado na alimentação e servia para pagar os impostos⁶². As uvas e o vinho eram outros produtos que faziam parte do rendimento económico da população após a reconquista⁶³.

É digno de nota que Oeiras fazia parte do “termo” de Lisboa, ou seja, Lisboa como a cidade principal estabelecia uma unidade com os povoados periféricos e era o “centro de consumo dos bens essenciais que recebia do seu termo”⁶⁴. Oeiras era o celeiro de Lisboa. O termo de Lisboa abrangia um território a Norte e a Oeste

⁶⁰ FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003. p. 28.

⁶¹ FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003. p. 30.

⁶² FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003.

⁶³ FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003.

⁶⁴ TEIXEIRA, Tiago; SAMPAYO, Mafalda - Lisboa e a sua área metropolitana: Infraestruturas de conexão. In **PNUM – A Produção do Território: Formas, Processos e Desígnios**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

da cidade, no entanto o território modificou-se em função das épocas e das administrações em vigor⁶⁵.

Oeiras só passou a ser uma freguesia em meados do século XIII. A freguesia que fora denominada de Nossa Senhora da Purificação de Oeiras estendia-se até Carcavelos, Barcarena e Algés⁶⁶.

Mais tarde, no século XVIII, Oeiras é elevada a Concelho e recebe o Foral. Isso acontece porque em 1759 Sebastião José de Carvalho e Melo, ou Marques de Pombal, título pelo qual ficou conhecido, recebe o título de 1º Conde de Oeiras, assim o reguengo passa à sua posse e é elevado à condição de vila de Oeiras. Foi assim que em 1760 Oeiras recebe o seu Foral, outorgado por D. José I, no documento estavam assentes as normas do novo Concelho. O Marquês de Pombal doou um edifício para que a Câmara pudesse funcionar, além disso, o edifício serviria de cadeia e açougue. O conde de Oeiras também realizou o primeiro alargamento do território quando anexou o termo de Carcavelos ao concelho de Oeiras e assim, Oeiras sofreria mais alterações nos seus limites administrativos⁶⁷.

Em 1836, já faziam parte do concelho de Oeiras as freguesias de Algés, Dafundo, Cruz Quebrada e Linda-a-Velha e no mesmo ano, é incorporada a freguesia de Carnaxide. Em 1885 o município de Belas foi extinto e o seu território foi dividido e Oeiras incorporou a freguesia de Barcarena. Também em 1885, a freguesia de Carnaxide foi alargada. Nessa época, Oeiras teve a sua máxima dimensão territorial⁶⁸. Outras alterações ocorreram ao longo do tempo, mas desde 2013 que o concelho de Oeiras possui apenas cinco freguesias: i) Barcarena, ii) Porto Salvo, iii) União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, iv) União das Freguesias de Oeiras, São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias; e v) União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo⁶⁹.

⁶⁵ TEIXEIRA, Tiago; SAMPAYO, Mafalda - Lisboa e a sua área metropolitana: Infraestruturas de conexão. In **PNUM – A Produção do Território: Formas, Processos e Desígnios**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

⁶⁶ MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo**. Arquivo Municipal de Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

⁶⁷ MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo**. Arquivo Municipal de Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

⁶⁸ MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo**. Arquivo Municipal de Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

⁶⁹ MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo**. Arquivo Municipal de Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras, 2014.



Figura 2 - Divisões administrativa do Município de Oeiras – Freguesias (Fonte: CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013. p. 45)

Nos finais do século XIX ocorrem muitas mudanças em Oeiras. A atividade agrícola começa a entrar em declínio, mas em contrapartida surgem novas indústrias. Em 1889 é inaugurada a Linha de Caminho-de-ferro de Cascais o que revolucionou o sistema de transporte público. A rede viária já era muito utilizada pelo povo e os nobres circulavam em suas carruagens com destino às quintas de veraneio e muitos chalés são construídos na vila de Oeiras⁷⁰.

Na sequência das ligações entre Lisboa e Cascais, é construída a Estrada Marginal no século XX. A partir daí, é instalada uma dinâmica balnear e turística na faixa litoral, que contribuiu para o desenvolvimento desta zona em Oeiras, enquanto que o interior do concelho crescia mais lentamente. Houve assim uma expansão demográfica no concelho de Oeiras, com procura de mais zonas habitacionais, infraestruturas e equipamentos. Em 1948 é publicado o Plano de Urbanização da Costa do Sol (P.U.C.S.) que vigorou até à década de 90, quando foi criado o Plano Diretor Municipal. No Plano de Urbanização da Costa do Sol, Donat-Alfred Agache dá destaque à estrutura verde, preservando o património herdado ao mesmo tempo que mostra respeito pelas pré-existências do território ⁷¹.

Muito embora o P.U.C.S. tenha estado em vigor até 1990, a partir da década de 60 começam a surgir grandes urbanizações e núcleos urbanos de gênese ilegal e bairros de barracas, que cresciam perto dos eixos de ligação entre Lisboa/Oeiras/Cascais. Essa situação fez com que o vasto território de Oeiras crescesse de forma não planeada e num sistema periurbano⁷².

⁷⁰ MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo. Arquivo Municipal de Oeiras.** Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

⁷¹ MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo. Arquivo Municipal de Oeiras.** Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

⁷² MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo. Arquivo Municipal de Oeiras.** Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

1.3 Uso do Solo em Oeiras

Uma das primeiras riquezas do concelho de Oeiras é o seu solo, por ser fértil e muito propício ao cultivo de diversos alimentos e produtos que impulsionou a sua economia. O território também é um bem precioso, pois é onde construímos a nossa habitação, vilas, aglomerados e cidades. Importa, portanto, perceber como o solo e a gestão territorial foi evoluindo ao longo do tempo no concelho de Oeiras.

É preciso realçar que o uso e a ocupação do solo são condicionados por diversos fatores tais como: i) o tipo de solo, ii) a topografia do terreno, iii) os fatores socioeconómicos e iv) pelas políticas de planeamento e gestão do solo. Oeiras, como sabemos, possui solos de grande aptidão agrícola juntamente com recursos hídricos abundantes. No entanto, com o aumento da expansão urbana, ao longo dos séculos e mais fortemente nas últimas décadas, a área destinada a este tipo de solos tem estado a diminuir consideravelmente ⁷³.

Relativamente as tipologias de ocupação do solo no concelho de Oeiras, a tipologia com mais expressão é a “área social” ou área urbanizada, sendo a União das freguesias de Oeiras, e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, a que ocupa o maior peso relativo, com 21% da superfície global do concelho. A segunda tipologia com maior expressão no concelho é a “improdutivos”, “que inclui terrenos estéreis do ponto de vista da existência de comunidades vegetais ou com capacidade de crescimento limitada quer em resultado de limitações naturais quer em resultados de ação antrópica. As tipologias menos representativas no concelho são as “Florestas” e “Agricultura”” ⁷⁴.

Como referido anteriormente, o primeiro plano que previa regularizar o território e o crescimento habitacional foi o Plano de Urbanização da Costa do Sol (P.U.C.S.), criado em 1948. Poucos anos depois houve um aumento muito grande da população. Com isso, houve um crescimento massivo de urbanizações sem

⁷³ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios 2016-2020**. Oeiras: Município de Oeiras, 2016. p.43.

⁷⁴ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios 2016-2020**. Oeiras: Município de Oeiras, 2016. p.43-44.

infraestruturas e o surgimento de bairros de gênese ilegal. Para colmatar esses problemas, foi criado o Plano Diretor Municipal em 1994.

Este plano de 1994 previa uma ocupação equilibrada do território com os seguintes objetivos: i) proteger e salvaguardar o património paisagístico, histórico e cultural enquanto valores dos munícipes; ii) afirmar o concelho como espaço residencial de qualidade; iii) apoiar o desenvolvimento terciário superior e promover, em particular, os serviços de forte componente científica e tecnológica; e iv) melhorar as condições de vida das populações mais desfavorecidas do concelho, em especial, através de programas de habitação social.

Um novo Plano Diretor Municipal entrou em vigor em 2003 após revisão do Plano anterior, que acontece 10 anos a partir da entrada em vigor de cada plano⁷⁵.

Os esforços camarários foram feitos com o objetivo de melhorar as zonas habitacionais e apostar nas tecnologias e na educação, para que o concelho não fosse apenas um dormitório de Lisboa.

A estrutura verde do concelho continua a fazer **parte dos elementos essenciais do ordenamento do território**. Esta estrutura abrange quatro áreas principais, constituída pelo “Parque Urbano da Serra de Carnaxide, Complexo Desportivo do Vale do Jamor, Estação Agronómica Nacional e o Complexo de Cabanas Golf, que são complementadas pelos corredores verdes de ligação dos vales das ribeiras, sendo estes inseridos nas áreas de Reserva Ecológica Nacional e pelas aéreas verdes das estruturas urbanas, como e o caso do Parque Urbano e Desportivo do Norte de Oeiras”⁷⁶.

Para além de um Plano Diretor Municipal, atualmente existem outros planos que orientam o ordenamento do território do concelho Oeiras. São eles: 5 Planos de Urbanização, 16 Planos de Pormenor, 2 Regulamentos (RMEU e PSCACO), 2 Planos Estratégicos e 1 Estudo de Mobilidade e Acessibilidade⁷⁷.

⁷⁵ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013. p. 237-238.

⁷⁶ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013. p. 237-238.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios 2016-2020**. Oeiras: Município de Oeiras, 2016. p.46.

⁷⁷ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013.

1.4 Contexto histórico da freguesia de Barcarena

Barcarena é um povoado pré-histórico, à semelhança da vizinha povoação de Leceia. No século XII, no início da nacionalidade, Barcarena aparece referenciada por várias vezes (relacionada a D. Sancho I, D. Afonso III, D. Manuel). Após a reconquista de Lisboa, D. Afonso Henriques cede o lugar de Barcarena a D. Gonçalo Mendes, como recompensa pelos ``serviços prestados na referida conquista``⁷⁸. Em 1319 é feita a primeira referência a Barcarena, num documento onde o nome aparece como ``Condado de Brequerena``, posteriormente o local passa a ser denominado de Barcarena e torna-se uma freguesia durante o século XV⁷⁹.

Este nome é de origem pré-romana e segundo o historiador Pinho Leal o nome Barcarena provém da ``palavra arabe *Barr carreina*, nome composto de *barr* (campo ou terra culta) de *carra* (habitar) e do pronome *na* (nós) Vem a ser – Terra da nossa habitação``⁸⁰. Como tal, os habitantes de Barcarena viviam do cultivo das produtivas terras às margens do vale da Ribeira do mesmo nome⁸¹.

No reinado de D. Manuel I foram criadas, em Barcarena, as Ferrarias d'El-Rei, uma fábrica de armas e fábricas da pólvora. Porém, essas fábricas acabam por sofrer explosões e foram extintas no século XVII, mas a Fábrica Real da Pólvora de Barcarena continuou a funcionar junto à Ribeira de Barcarena, aproveitando a força da água. A fábrica sofreu ampliações ao longo dos tempos. Paralelamente a isso, o povoado continuou a crescer e durante o reinado de D. João III, esta fábrica já circunscrevia uma área mais vasta, abrangendo outras localidades como Valejas (na atualidade ainda pertence à freguesia). A atividade industrial do fabrico de pólvora e a agricultura produtiva fizeram com que Barcarena se desenvolvesse a nível socioeconómico, sobretudo no século XVIII, quando a fábrica empregou muitas

⁷⁸ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano de salvaguarda do património construído e ambiental do concelho de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal Oeiras, 1999. p. 109.

⁷⁹ FIGUEIREDO, Dulce – **A Real Fábrica da Pólvora de Barcarena, 1725-1820: elementos para uma caracterização socioeconómica**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007. p.17.

⁸⁰ LEAL, Augusto Soares d'Azevedo B. de Pinho - **Portugal antigo e moderno: dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias**. Lisboa: Mattos Moreira & companhia, 1873, Vol 1. p.325.

⁸¹ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano de salvaguarda do património construído e ambiental do concelho de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal Oeiras, 1999.

peças e levou ao surgimento de vilas operárias no seu redor⁸². Para além de alguns conjuntos de moradias de arquitetura vernacular, o núcleo antigo de Barcarena possui dois edifícios religiosos de grande interesse histórico: a Igreja paroquial de S. Pedro de Barcarena, à volta da qual o nosso projeto se desenvolve, e a Capela de S. Sebastião.

Esses dois templos são referenciados em documentos da época do terremoto de 1755. Após a tragédia, todas as paróquias do reino são questionadas acerca das consequências causadas pelo sismo e o pároco de Barcarena responde que a freguesia tinha ``de pessoas mayores o número de mil trezentas e três e de menores noventa. A igreja é situada do mesmo lugar de Barcarena, na margem de hum rio que corre de Norte para sul. ... No mesmo lugar há huma ermida do povo com título de São Sebastião, a qual, de presenta serve de paroquial, por não estar a Matriz reparada das ruínas que padece do terremoto``⁸³.

Sobre a Fábrica, o mesmo documento informa que ``a Real Fábrica da pólvora que nesta ribeyra se vay edificando; e os moinhos de fazer farinhas que neles há, com várias quintas de fruta de espinhos e algumas vinhas...``⁸⁴. Barcarena também contava com “um pequeno hospital que recolhia pobres” e conduzia os doentes a Lisboa ou Carnide⁸⁵. Este hospital acredita-se que era anexo à igreja de S. Pedro.

Barcarena pertenceu ao extinto município de Belas até ao ano de 1855, depois desta data passou a integrar o concelho de Oeiras. Porém, em 1895 a freguesia de Barcarena foi anexada ao conselho de Sintra, mas em 1898 a freguesia é restaurada novamente a Oeiras. Hoje a freguesia é limitada a Norte pelos concelhos de Sintra e Amadora, a Este pela união das freguesias de Carnaxide e Queijas, a Sul pela união das

⁸² CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013.

⁸³ Citação retirada do ANTT- Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, Dicionário Geográfico (manuscrito), vol 6, memória 31, fl.s 203 e 204 em FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003. (p. 467-468)

⁸⁴Citação retirada do Dicionário Geográfico (manuscrito), vol 6, em FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003. (p. 467- 468)

⁸⁵ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo B. de Pinho - **Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias**. Lisboa: Mattos Moreira & companhia, 1873, Vol 1.

freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e a Oeste pela freguesia de Porto Salvo⁸⁶.

⁸⁶ FIGUEIREDO, Dulce – **A Real Fábrica da Pólvora de Barcarena, 1725-1820: elementos para uma caracterização socio-económica**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2007. p.17.

1.5 A igreja de S. Pedro de Barcarena

1.5.1 Breve cronologia da igreja de S. Pedro de Barcarena

Tabela 3: Cronologia da Igreja de Barcarena

1229	Primeira referência documental à igreja Na inquirição de 1229 aparece em pleno funcionamento normal a igreja de S. Pedro de Barcarena
1369	a igreja é referida num documento desta data
1390	referencia ao cemitério agregado à igreja
Séc. XV	os moradores de Barcarena podiam fazer-se fregueses da igreja de S. Pedro ou da de São Martinho de Lisboa, que nomeava o cura da de Barcarena
Séc. XVII, 1ª metade	realização do retábulo de talha do altar das Almas
1667	data de laje sepulcral da família Gomes que se observa no pavimento da sacristia
Séc. XVII, 3º quartel	aplicação do revestimento azulejar padronado do tipo tapete
Séc. XVII, final / Séc. XVIII, início	realização dos retábulos de talha dos 2 altares colaterais
1706, 13 Julho.	Mateus Vicente de Oliveira é batizado na igreja de Barcarena O arquiteto Mateus Vicente de Oliveira nasceu no início de 1706 em Barcarena, Concelho de Oeiras, filho de Domingos João (c.1670), e de Mariana de Oliveira da Purificação (c.1674), filha de alfaiates e naturais de Barcarena. O primeiro registo de Mateus Vicente é a indicação do seu batismo, a 13 de Junho de 1706, dia de Santo António, na Igreja de S. Pedro de Barcarena. Teve por padrinhos Mateus Francisco, a provável origem do nome, Mateus, e João Gomes moradores em Barcarena.

1755	o terramoto provoca a destruição parcial da igreja, pelo que enquanto a mesma se encontra incapaz de ser usada as celebrações litúrgicas se efetuam na capela de São Sebastião
1763	iniciam-se as obras de reedificação da igreja e enriquecimento artístico da mesma (procedendo-se ao remadeiramento dos tecos, ao alargamento da sacristia, ampliação da casa das irmandades e reconstrução das duas torres), datando desta época o retábulo de talha da capela-mor e da capela do Santíssimo Sacramento
1813	estragos causados na igreja devido a uma explosão de uma granada na Fábrica da Pólvora de Barcarena
1873	referência ao hospital anexo à igreja que recolhia os enfermos e os encaminhava para o Hospital de São José de Lisboa
1902	Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal da Fábrica da Fábrica da Pólvora de Barcarena “foi adquirida uma casa em Barcarena, na travessa de Santo António nº 11 (actual R. 1º de Maio, nº 4 a 8) localizada entre as traseiras da igreja S. Pedro e a ribeira.” MIRANDA, Ana Catarina [et all] - Cooperativa de crédito e consumo do pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua história, 1895-1986. Câmara Municipal de Oeiras, 2001. p. 22.
1963	a decoração pictórica da abóbada encontrava-se em bastante mau estado de conservação
1967, Nov.	instalação do centro social e paroquial na igreja matriz, com vista a albergar os desalojados resultantes das cheias da ribeira de Barcarena
2001, Jan.	referia-se o mau estado de conservação do teto da igreja numa notícia publicada a propósito da reabertura ao culto da vizinha capela de São Sebastião
2001, Abr.	obras com vista à realização de um espaço de estacionamento diante da igreja, permitiram a descoberta de ossadas que confirmam a existência de um cemitério nesse local.
2003-08-08	referia-se numa notícia publicada: Igreja de S. Pedro, na Barcarena, em restauro:

DGEMN intervém na cobertura	
2003-08-28	referia-se numa notícia publicada: Barcarena: património recuperado Após protocolo entre a CMO e a DGEMN está em curso a reparação da cobertura e a impermeabilização da igreja bem como a pintura das suas paredes
2003-09-19	referia-se numa notícia publicada: a recuperação da Igreja de S. Pedro custa cerca de 55 mil euros
2003-10-23	referia-se numa notícia publicada: Barcarena: trânsito condicionado
2003-10-31	referia-se numa notícia publicada: trânsito cortado em Barcarena As obras na igreja obrigam ao corte do transito automóvel
2009-05-15	referia-se numa notícia publicada: frescos e telas do teto da Igreja de S. Pedro em Barcarena estão a ser recuperados

Nota: As informações recolhidas para esta cronologia foram vistas no site dos Monumentos Nacionais; no Arquivo da CMO; em Ana Catarina Miranda⁸⁷; em Mónica Ribas Marques Ribeiro de Queiroz⁸⁸ e em Manuel Marques Ribeiro de Ferreira⁸⁹.

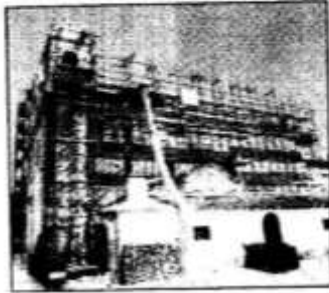
⁸⁷ MIRANDA, Ana Catarina [et all] - **Cooperativa de crédito e consumo do pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua história, 1895-1986**. Câmara Municipal de Oeiras, 2001.

⁸⁸ QUEIRÓS, Mónica - O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.

⁸⁹ FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003.

BARCARENA

Património recuperado



► Igreja de S. Pedro em obras

A Igreja de São Pedro de Barcarena, um dos imóveis mais emblemáticos da freguesia, está a receber obras de beneficiação. A intervenção é fruto do protocolo assinado entre Câmara de Oeiras e a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), que contemplou ainda trabalhos noutras igrejas do concelho. Em curso está a reparação da cobertura e a impermeabilização da igreja, bem como a pintura das paredes daquele que é um dos espaços de culto mais antigos do concelho. "A par da assinatura do protocolo com a DGEMN, a autarquia está a financiar esta reparação em cerca de 50 mil euros, no âmbito de um contrato-programa assinado com a Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Barcarena", refere fonte da autarquia.

Figura 3 Barcarena: património recuperado. /Recorte de Imprensa. (Fonte: Jornal da Região, [S.I.], A. 7, nº 320 (2003-08-28), p.3)

MAIS UMA PROVA DE QUE EM REDOR DA IGREJA DE S. PEDRO FOI NO PASSADO, UM CEMITÉRIO



Quando se preparava mais um espaço para estacionamento em redor do templo, foram descobertas diversas ossadas humanas que em nossa óptica, deverão ser respeitadas e preservadas porque são de ancestrais familiares barcarenenses

As nossas recolhas sobre Barcarena do passado, têm sido muito activas e uma vez mais se confirmou que em redor da Igreja de S. Pedro de Barcarena, em tempos recuados, existia o cemitério local.

Tínhamos a prova disso desde há muito por termos conhecido ainda algumas pessoas idosas, infelizmente já desaparecidas, que muitas vezes se manifestaram no sentido de nos fazerem ver que em tempos ali tinham sido sepultadas pessoas de sua família e esta semana quando os funcionários da Junta de Freguesia arranjavam o pavimento mesmo diante da principal entrada da Igreja, para que no antigo espaço ocupado pela creche nascesse um novo parque de estacionamento, foi levantada uma

laje e dentro se constatou existirem diversas ossadas humanas antigas, com mais de cem anos, que comprovam a existência naquele espaço de antigo cemitério.

Ossadas de pessoas que foram filhas da terra e que, como tal merecem o nosso maior respeito e carinho e que deverão continuar a ser preservadas como um verdadeiro e rico património local.

Foi certamente em redor da Igreja que também funcionou o

antigo hospital de apoio aos enfermos da freguesia, como temos conhecimento através de várias recolhas levadas a cabo em documentos antigos, do século XVIII e como a própria cruz ali colocada desde 1750 o testemunha, pois tudo estava inter ligado, -Igreja - hospital - cemitério- e isto porque também a localidade era pequena e aquele espaço era mais que suficiente para albergar estes serviços bem ligados ao serviço religioso da época.



Aqui nasceu um novo parque de estacionamento

Figura 4 - Mais uma prova de que em redor da igreja de S. Pedro foi no passado um cemitério. /Recorte de Imprensa (Fonte: A Voz de Tercena, Aº, XXVI, nº 651 (2001-04-06), p. 4.)

1.5.2 Reconstituição da história da igreja de S. Pedro de Barcarena

Situada no antigo núcleo de Barcarena, a igreja Matriz de Barcarena é acedida através do Largo 5 de Outubro e da Rua Joaquim Sabino de Sousa. Esta igreja destaca-se do aglomerado pelas suas proporções e por estar numa plataforma a meia-encosta, sobre as margens da Ribeira de Barcarena. A igreja é constituída por três corpos, dos quais se demarca o corpo axial. Este por sua vez, possui uma planta longitudinal composta pela justaposição da nave e da capela-mor, ambas de planta retangular e cobertura diferenciada em abóbada de berço e de aresta⁹⁰. O seu alçado principal está orientado a Sudoeste, de frente para o vale da Ribeira, estando assim a igreja de S. Pedro de `costas voltadas` à povoação de Barcarena.

A data da construção da primeira igreja de Barcarena é desconhecida. A primeira referência documental à igreja data do século XIII. Na inquirição de 1229 aparece em pleno funcionamento normal a igreja de S. Pedro de Barcarena⁹¹. No século seguinte há referência a um cemitério agregado à igreja. Porém há quem considere que a igreja é do século XVI (Figura 5)⁹².

⁹⁰ SIPA - IGREJA PAROQUIAL DE BARCARENA / IGREJA DE S. PEDRO [Em linha]. Lisboa [Consultado em abril 2020]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11876

⁹¹ QUEIRÓS, Mónica - **O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano de salvaguarda do património construído e ambiental do concelho de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal Oeiras, 1999. p. 197

⁹² Um ficheiro do Inventário da Azulejaria da Biblioteca de Azulejaria e Cerâmica Portuguesas da Gulbenkian faz referência à igreja de S. Pedro. Neste lemos a seguinte nota: ``a igreja, cuja primeira edificação é dos finais do século XVI, sofreu inúmeras e importantes adulterações nos séculos seguintes e ainda recentemente``.

441-24	BARCARENA	Lisboa Oeiras Barcarena	11-24	EMD001.661
S. Pedro, Igreja de				
<p>Estimar de assujeitos no corpo e na capela por de padrão 124, com circunferência de dentro de sezen.</p> <p><i>A igreja, cuja primeira edifi- cação é de finais de século XVI, sofreu sucessivas e importantes adaptações nos séculos XVIII e ainda recentemente. Foram destruídos os paramentos de exterior e apenas chegaram até nos os silhares da nave - primária composta com o P.432 e o P.434 e o P.435 e P.436 e os da capela-mor, com o P. 604 e o P. 605 e P. 606 e P. 607.</i></p>		<p><i>(10 / 100 mca e 700)</i></p>		

Figura 6 - Ficha técnica da igreja de São Pedro de Barcarena (FONTE: coleção Santos Simões, retirada do sítio da Gulbenkian, disponível em <https://digitale.gulbenkian.pt/digital/collection/jmss/id/6025>)



Figura 5 - Fotografia da Igreja de S. Pedro de Barcarena antes da sua recuperação em 2003. (FONTE: retirada do sítio do SIPA pertencente à DGPC, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11876)

Contudo, é certo que com o terremoto de 1755 a igreja sofre estragos e acaba por ficar parcialmente em ruínas⁹³, de modo que os moradores de Barcarena passaram a realizar as celebrações litúrgicas na capela de S. Sebastião. Em 1763 começaram as obras de reconstrução e ampliação da igreja. Desta época, datam a ``talha da capela-mor, os pequenos altares em redor e os azulejos policromos que revestem a nave e a capela''⁹⁴. Como já mencionado a igreja agregava um hospital, que recolhia os pobres e enfermos.

Nos finais - do século XX a igreja encontrava-se em mau estado de conservação (ura 6), tanto no exterior como no interior. Em 2003 a Câmara Municipal de Oeiras junto com Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) recuperaram o exterior da igreja (ura 7). Essa intervenção consistiu: i) na substituição da telha existente e na colocação de uma subtelha ventilada, ii) na reparação da estrutura de madeira dos telhados, iii) na substituição de tubos de queda, iv) na substituição e pintura de todos os rebocos das fachadas incluindo os frontões. Também o conjunto das torres sineiras foram reparadas e pintadas⁹⁵.

Em 2009, outros trabalhos foram realizados na igreja, dessa vez o seu interior recebeu obras de conservação e restauro da pintura sobre a tela presente do teto da nave e da pintura mural nas paredes (ura 8). As pinturas encontravam-se deterioradas ``devido à presença de humidade, por infiltração de água pluvial e condensação, que introduziu diversas anomalias secundárias. Em termos gerais, a intervenção na tela consistiu na limpeza superficial da policromia e reverso, pré-fixação da camada pictórica, limpeza química da superfície cromática, tratamento dos elementos metálicos, aplicação de fungicida, colocação de remendos em tela preparada e fixação no suporte rígido, aplicação de massas de nivelamento e reintegração pictórica''⁹⁶.

⁹³ BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima (Coord) – **1755 A memória das palavras**. Oeiras: CMO, 2005. p. 559.

Veja-se registo relativo a notícia do século XVIII: “Passemos a dar noticia dos efeitos deste grande Terremoto fóra de Lisboa. Todo o dilatado Termo desta Cidade, que se compõem de mais de 300 lugares padeceu ruínas nos seus edificios. Cahiu a Igreja de S. Pedro de Barcarena, commorte de três pessoas (...)”

⁹⁴ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, guia turístico**. Oeiras: Município de Oeiras, 2017 (4ª edição). p. 56.

⁹⁵ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Igreja S. Pedro de Barcarena**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2003.

⁹⁶ RODRIGUES, Madalena; DE LLERA, Fátima; BARREIROS, Belany – In Situ: Restauro em pedra, pintura e revestimentos decorativos. **Pedra & Cal** [Em linha]. nº 49 (2011), p. 23.

DGEMN INTERVÉM NA COBERTURA

Igreja de São Pedro, na Barcarena, em restauro

SUSANA DUTRA OEIRAS

A Igreja de São Pedro, em Barcarena, está a ser recuperada na sua parte exterior, ao abrigo do protocolo assinado entre a Câmara de Oeiras e a Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), no passado dia 28 de Maio.

O monumento é objecto de reparação na cobertura, estando garantida também a impermeabilização da Igreja. Para o curto prazo está ainda prevista a pintura das paredes.

Ao abrigo de um contrato-programa assinado com a Fábrica da Igreja Paroquial de São

Pedro de Barcarena – aprovado na última reunião camarária –, a autarquia comparticipa a recuperação em 53 mil euros, estando prevista a sua conclusão até ao final deste ano.

O protocolo firmado com a DGEMN é válido por três anos e engloba a elaboração de estudos e projectos de conservação e restauração exterior e interior de edifícios património arquitectónico do concelho, em especial o religioso.

Ao abrigo deste acordo, as igrejas de S. Sebastião de Barcarena e de S. Jesus dos Navegantes, em Paço de Arcos, já sofreram obras em anos anteriores, a cargo da autarquia.

Figura 7 - Igreja de São Pedro, na Barcarena, em restauro: DGEMN intervém na cobertura, /Recorte de Imprensa (Fonte: Jornal A Capital, Lisboa, A. 36, nº 11193 (2003-08-08), p.7)



Figura 8 - Fotografia da pintura sobre tela presente no teto da nave da igreja de S. Pedro de Barcarena restaurada em 2009 (FONTE: retirada do sítio IN SITU Conservação de Bens Culturais, LDA, disponível em <http://www.insitu.pt/barcarena.html>)

Abaixo da igreja existiu por muitos anos uma Cooperativa dos trabalhadores da Fábrica da Pólvora de Barcarena. Ainda hoje lá estão os restos do edificado relativos à instalação desta cooperativa. Como veremos em detalhe, mais à frente, este edificado será reabilitado por nós no desenho urbano proposto no projeto da unidade curricular de PFA.

A Cooperativa de Responsabilidade Limitada Sociedade de Crédito e Consumo do Pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena foi fundada em 22 de Outubro de 1895, por iniciativa própria dos trabalhadores da Fábrica da Pólvora. Entre os sócios fundadores destacam-se Joaquim Nunes da Matta, capitão do Estado-Maior de Artilharia e autor de uma das plantas da Fábrica da Pólvora de Barcarena e Júlio José de Carvalho, vigia da Fábrica da Pólvora de Barcarena. Os sócios desta cooperativa podiam ser os trabalhadores da Fábrica (ativos ou na reforma) e as viúvas dos operários. Eles contribuía com cotas semanais e podiam fazer contratos de consumo a crédito ou contrair empréstimos de dinheiro... no final de cada ano, os sócios tinham direito a uma percentagem dos lucros líquidos da sociedade, ...⁹⁷. A cooperativa que passou a ser conhecida como Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena, foi muito importante para a sociedade. Esta cooperativa veio a cessar suas atividades em 1988⁹⁸.

A cooperativa, quando foi fundada, funcionou na Fábrica da Pólvora de Barcarena, onde faziam a venda de produtos. Por falta de espaço para realizar as suas atividades, as reuniões dos sócios aconteciam na sede da Associação de Socorros Mútuos – Caixa dos Operários da Fábrica da Pólvora de Barcarena e na sede dos bombeiros de Barcarena. Para suprir a necessidade de um espaço próprio, a cooperativa adquiriu em 1902 uma casa na travessa de Santo António nº 11 (atualmente Rua 1º de Maio), e instalou-se às margens da Ribeira de Barcarena entre a Ribeira e a plataforma da igreja de S. Pedro fazendo parte da sua envolvente, ou seja, no território de intervenção do nosso trabalho de PFA. A casa da Cooperativa sofreu alterações e ampliações ao longo do tempo, sempre

⁹⁷ MIRANDA, Ana Catarina [et all] - **Cooperativa de crédito e consumo do pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua história, 1895-1986**. Câmara Municipal de Oeiras, 2001. p. 20-21.

⁹⁸ MIRANDA, Ana Catarina [et all] - **Cooperativa de crédito e consumo do pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua história, 1895-1986**. Câmara Municipal de Oeiras, 2001.

respeitando as construções pré-existentes. Hoje encontra-se em ruínas, não obstante o seu valor histórico e cultural (uras 9 e 10)⁹⁹.

Por esta razão, concluímos que faria sentido incorporar essa `casa´ no nosso projeto de reabilitação urbana na envolvente da igreja de S. Pedro. Dada a sua história e pelo facto de fazer parte da memória dos homens de Barcarena seria uma mais valia para esta povoação e para seus moradores que a `casa´ fosse reabilitada e recebesse um programa cultural ou de índole social, como aquele que sugerimos – um Centro de Dia.

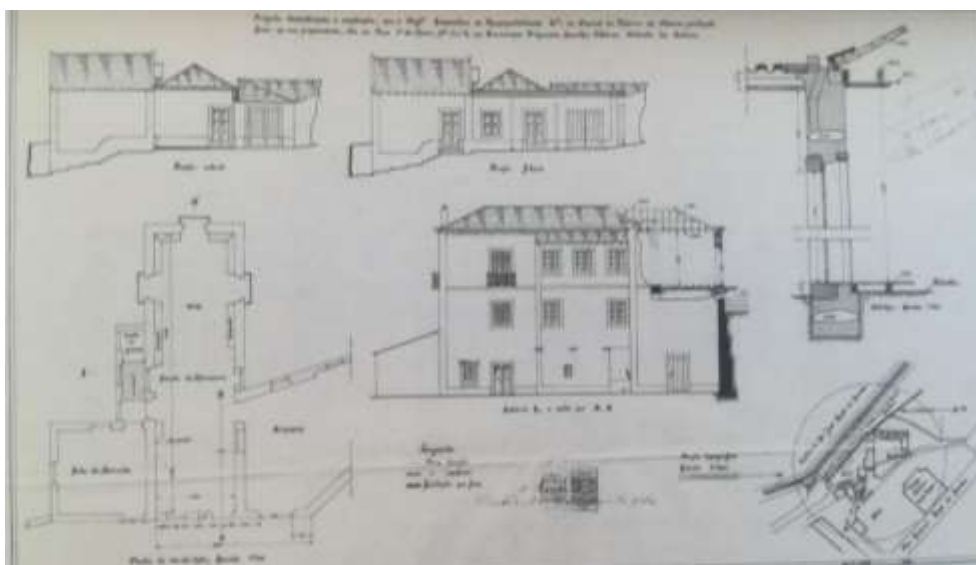


Figura 9 - Desenho do projeto de alteração da Casa da Cooperativa, 1933. (FONTE: MIRANDA, Ana Catarina [et all] - Cooperativa de Crédito e Consumo do Pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos ara a sua história, 1895-1986. Câmara Municipal de Oeiras, 2001, p. 23)

⁹⁹ MIRANDA, Ana Catarina [et all] - **Cooperativa de crédito e consumo do pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua história, 1895-1986.** Câmara Municipal de Oeiras, 2001. p. 22



Figura 10 - Antiga casa da Cooperativa. A casa encontra-se em ruína (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)

1.6 A Ribeira de Barcarena

O concelho de Oeiras, como já foi referido, possui um relevo marcado pelas ribeiras que o atravessam no sentido Norte-Sul. A rede hidrográfica de Oeiras apresenta uma distribuição uniforme sendo constituída por cinco cursos de água principais: as Ribeiras de Algés, Barcarena, Porto Salvo, Lage e Rio Jamor¹⁰⁰.

Essas ribeiras cumpriram um papel fundamental para os assentamentos humanos que tiveram início na pré-história, pois a água constitui um bem essencial à sobrevivência do homem e à produção de alimentos. As ribeiras, juntamente com solos de óptima qualidade, possibilitaram as atividades agrícolas e pastoris do concelho de Oeiras, atividades pelas quais o mesmo era conhecido.

A Ribeira de Barcarena é uma das cinco bacias hidrográficas do concelho. Ela nasce na Serra da Carregueira em Sintra e desagua no Estuário do Tejo, mais precisamente em Caxias. O seu percurso estende-se entre os concelhos de Sintra e Oeiras, e corresponde a uma área de 34,7 km², das quais, 10,5 km² estão no concelho de Oeiras. A sua cota máxima atinge 332 m e a sua altitude média é de 106 m. A Ribeira de Barcarena está delimitada a Este pela bacia do rio Jamor e a Oeste pelas bacias da ribeira de Porto Salvo e da Laje¹⁰¹.

A Ribeira de Barcarena apresenta uma forma marcadamente alongada. Observa-se uma maior ocupação urbana e maior densidade de infraestruturas nas zonas mais a jusante da bacia, mais precisamente na freguesia de Caxias. De modo geral, a linha de água encontra-se bastante intervencionada. Em vários trechos ela é ``delimitada por muros de betão e de pedra, ou revestida com colchão Reno e enrocamento, como é o caso do troço final a jusante da A5 até à foz no Estuário do rio Tejo em Caxias''¹⁰². Nesta

¹⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011.

¹⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.3.

¹⁰² CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-**

localidade pode-se verificar que a linha de água encontra-se mais artificializada. Em contrapartida, a Norte na freguesia de Barcarena, podemos notar que a ribeira integra uma paisagem de carácter essencialmente rural ¹⁰³.

As principais povoações adjacentes ou intercetadas pela Ribeira de Barcarena, no seu percurso dentro do concelho de Oeiras, são Tercena, Barcarena, Bairro da Pedreira Italiana, Laveiras e Caxias (Figura 11).¹⁰⁴

Durante quase todo o seu percurso dentro do concelho de Oeiras, o traçado do curso de água está sempre próximo de estradas. A partir da zona de Tercena a Ribeira apresenta um traçado muito linear, e segue quase sempre paralela à estrada Nacional 250, ou Estrada do Cacém. Devido a proximidade com a estrada, a Ribeira encontra-se intervencionada de modo significativo, e muitas vezes, fica delimitada entre muros de betão ou de pedra, muros de suportes de estradas, muros de propriedades, ou mesmo pelas próprias paredes de algumas edificações.¹⁰⁵

É possível observar em diversas partes do percurso da Ribeira, mesmo em zonas urbanas, a ausência de limpeza e manutenção. Em algumas zonas, a Ribeira fica praticamente obstruído na sua totalidade pela vegetação¹⁰⁶. O troço da Ribeira junto à igreja de S. Pedro é um desses casos (Figura 12 e 13).

Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.3.

¹⁰³ SANTOS, Andreia Marisa Pereira - **Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras.** Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado. p. 18.

¹⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.10.

¹⁰⁵ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.10.

¹⁰⁶ CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011. p.10.

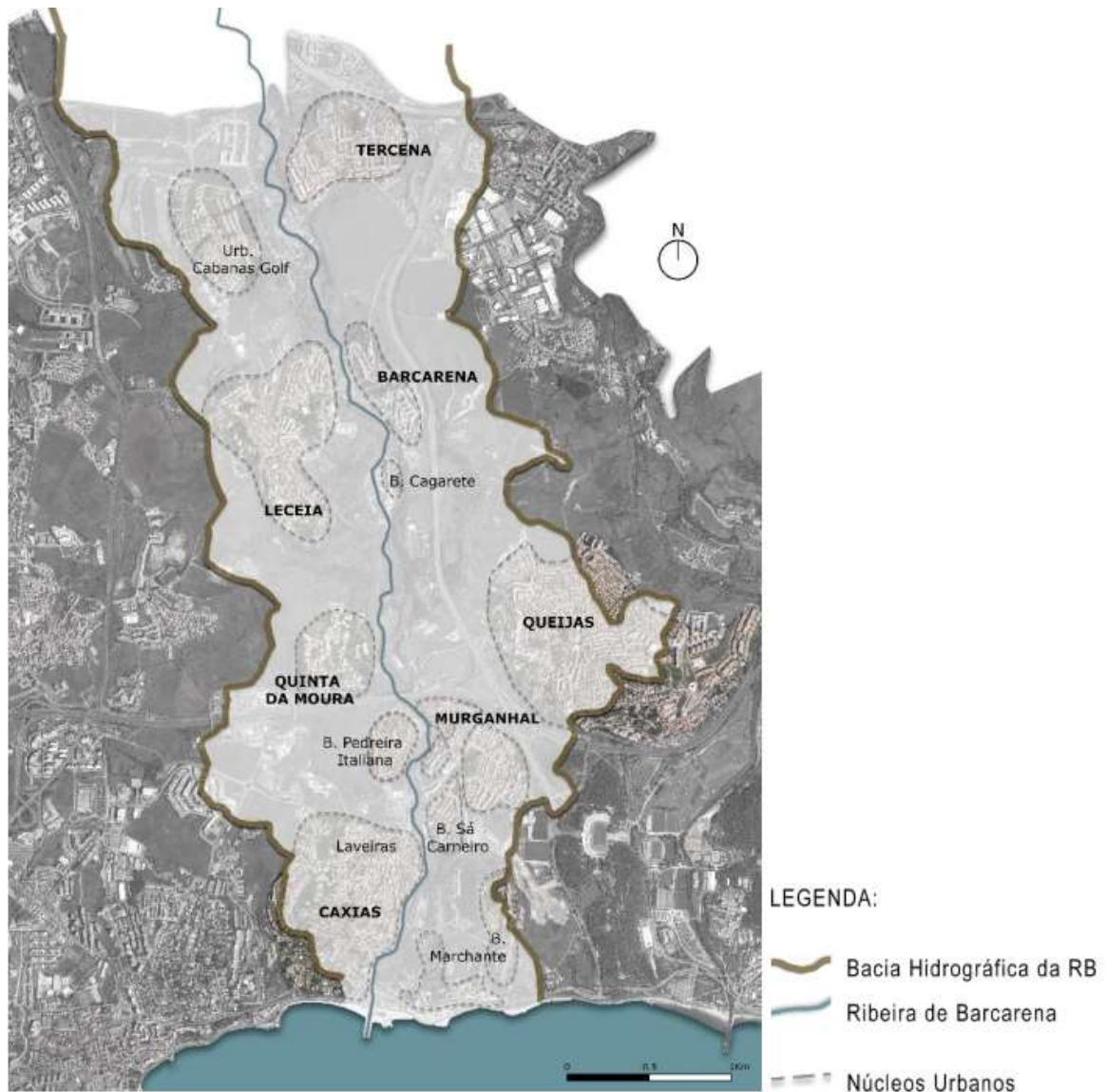


Figura 11- A Ribeira de Barcarena e os principais núcleos urbanos adjacentes, no concelho de Oeiras. (Fonte: SANTOS, Andreia Marisa Pereira - **Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras**. Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado. p. 29)



Figura 12 - A Ribeira de Barcarena no seu percurso junto à igreja de S. Pedro de Barcarena. (Fonte: Fotografia da autora em Maio de 2020)



Figura 13 - A Ribeira de Barcarena no seu percurso junto à Quinta de São Miguel. (Fonte: Fotografia da autora em Maio de 2020)

2 CAPÍTULO II

A reabilitação urbana em área periférica – Barcarena.

2.1 Reabilitação urbana e Periferia urbana – Definições e conceitos fundamentais.

Neste capítulo são abordados os conceitos de periferia urbana e de reabilitação urbana¹⁰⁷, e de como esta última pode contribuir para melhorar a imagem da cidade dispersa. Pretendemos aqui articular os conceitos teóricos associados à reabilitação urbana com o presente projeto, que incide na criação de um espaço público na envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena, como estratégia principal da reabilitação da área.

Segundo o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) “a reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os **objetivos de requalificação e revitalização das cidades**, em particular das suas áreas mais degradadas e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna”¹⁰⁸. De facto, reabilitar implica qualificar as preexistências não perdendo o “espírito do lugar” (*genius loci*). Tendo presente este conceito foi para nós importante fazer um registo completo do lugar a intervir – a envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena. Para tal, foram realizadas várias visitas ao local de intervenção tendo sido

¹⁰⁷ Existem terminologias muito diversificadas para exprimir os conceitos relativos às formas de intervenção na cidade existente. Assim os conceitos de renovação, requalificação, revitalização e reabilitação urbana são ativados para contribuir para a resolução de vários problemas urbanos. Muitas vezes os termos são usados como sinónimos, mas não têm exatamente o mesmo significado.

PORTAS, Nuno - Notas sobre a intervenção na cidade existente. **Espaço & Debates**. Ano VI. nº 17 (1986), p. 94-104.

¹⁰⁸ DR n.º 206 (2009) MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana em áreas de Reabilitação Urbana (RJRU)

registada a interpretação do lugar através de fotografias e desenhos. Com estas visitas ao local de intervenção, foi possível perceber a vivência do mesmo e pensar no que poderia ser a reabilitação deste local.

O conceito de reabilitação urbana, assim como alguns dos demais conceitos associados – requalificação urbana, revitalização urbana, recuperação urbana – passaram a ter mais visibilidade e adquiriram uma nova dinâmica “na passagem para a cidade pós-industrial”¹⁰⁹. Em Portugal o conceito de reabilitação urbana torna-se mais consistente nos finais da década de oitenta do século XX¹¹⁰.

A geógrafa Teresa Barata Salgueiro diz que a reabilitação urbana “é um processo integrado sobre uma área que se pretende manter ou salvaguardar. No geral **envolve o restauro ou conservação de imóveis**, a que alguns chamam de reabilitação física, e a revitalização funcional, ou seja, a dinamização do tecido económico e social, uma vez que manter um bairro implica conservar as suas características funcionais, **aumentar a sua capacidade de atração**, quer para os habitantes, quer para o exercício de atividades económicas e sociais”¹¹¹. Seguindo este conceito, a intervenção de reabilitação urbana envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena cria um espaço público, mas neste processo é equacionado a renovação de um imóvel, de valor histórico, que se encontram abaixo da igreja como o edifício da Casa Cooperativa de trabalhadores da FPB) com vista à criação de um Centro de Dia.

¹⁰⁹ MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos** Nº 5. Lisboa (2007), p. 128.

¹¹⁰ MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 19. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

¹¹¹ Salgueiro, Teresa Barata - **A Cidade Em Portugal: Uma Geografia Urbana**. Porto: Afrontamento, 1992. p. 390.

Reabilitação urbana e Revitalização urbana são conceitos muito idênticos. Veja-se como Graça Moreira define revitalização urbana: “conjunto de operações destinadas a articular as intervenções de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais, visando a consequente melhoria da qualidade de vida nessas áreas ou conjuntos urbanos degradados” MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos** Nº 5. Lisboa (2007), p. 119.

Como refere Luz Valet Pereira, reabilitar passa por uma oportunidade de reencontro com o bom conceito que a cidade detinha, recuperando assim a sua estima pública¹¹². Para tal, é preciso fazer um bom reconhecimento do território.

Como referido no início deste texto, o conceito de **reabilitação urbana** evita a destruição do tecido urbano, promovendo a sua habilitação e a sua readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana¹¹³.

Geralmente estão associadas duas intervenções complementares à reabilitação urbana: a intervenção no edificado e na paisagem urbana. Numa reabilitação urbana a intervenção no edificado não é sempre igual, alguns edifícios podem ser demolidos, outros restaurados e ainda novos edifícios podem ser construídos. A intervenção na paisagem urbana, por sua vez, implica o melhoramento do espaço público (e outros elementos de visibilidade) ou a revitalização do mesmo¹¹⁴.

Seguindo estes preceitos, o nosso projeto opta pelo restauro do edifício da Casa da Cooperativa, pela demolição do edificado em frente à mesma e pela construção de um novo edifício que será complementar ao “Centro de Dia” proposto. Quanto ao espaço público, pretendemos revitalizar o jardim Conde Rio Maior já existente e criar um espaço público integrado com o anterior (Figura 14).

A freguesia de Barcarena apresenta características de uma área periférica e situa-se a Norte de Oeiras, concelho limítrofe ao concelho de Lisboa, a cidade central e consolidada. Por este motivo existe toda uma relação de interdependência entre as áreas territoriais de Oeiras e de Lisboa. No entanto, para que seja possível compreender essa relação entre as duas áreas, é preciso entender os conceitos associados ao tema das periferias urbanas.

¹¹² PEREIRA, Luz Valente - **Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública**. Lisboa, LNEC, 1986.

¹¹³ MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos**. Nº 5. Lisboa. 2007. p. 117-129.

¹¹⁴ MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 18, 19. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

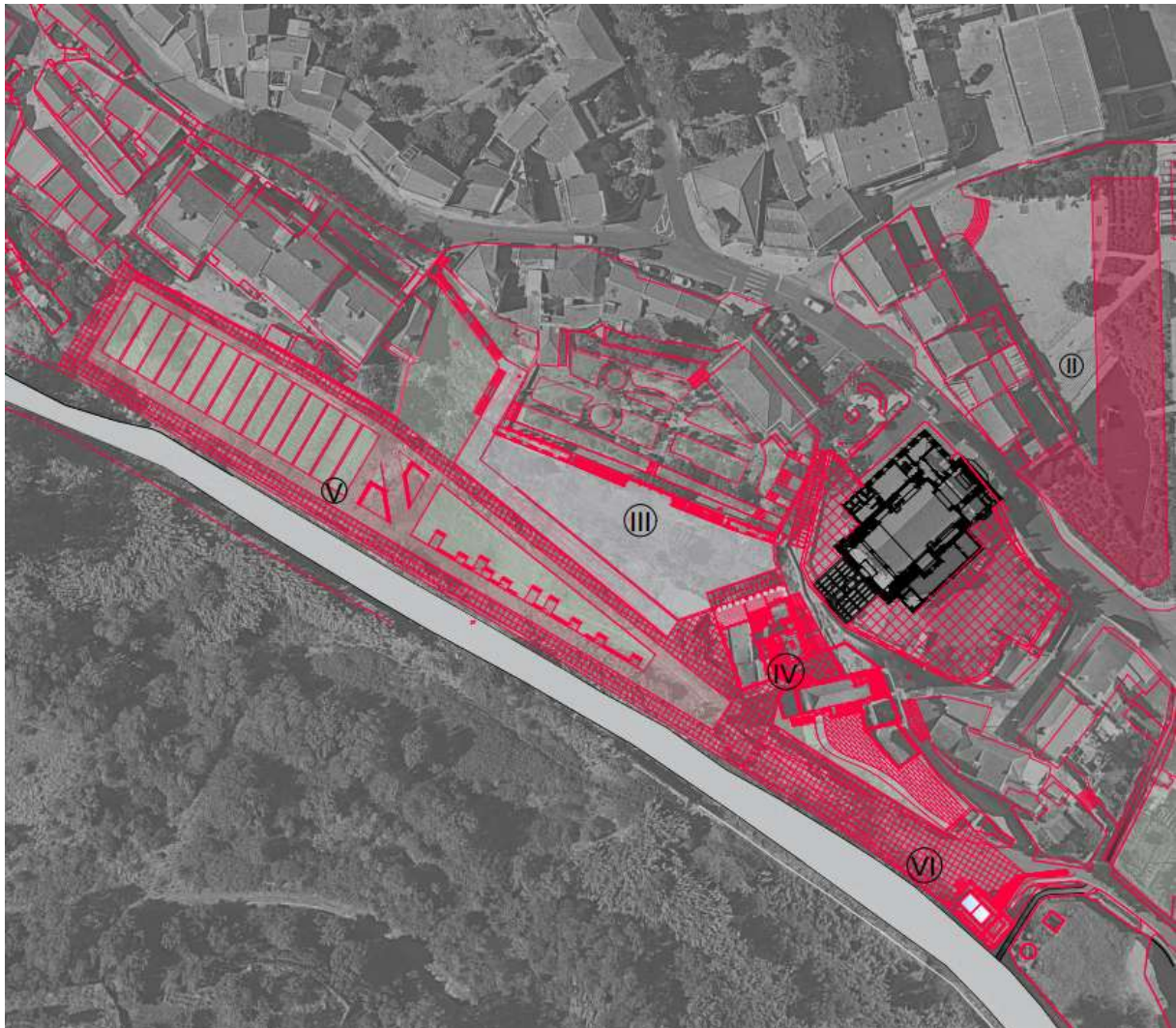


Figura 14 - Proposta da reabilitação urbana sobreposto à situação atual.

I - Ao redor da igreja: retirar o estacionamento do seu adro e pavimentá-lo com um mesmo material e estereotomia - pedra calcária.

II- Quarteirão atrás da igreja é fechado com um edifício de habitação que inclui o estacionamento público subterrâneo, a desenvolver em plano de pormenor.

III- Novo espaço público em plataforma, adjacente ao jardim Conde Rio Maior, com ligação a vários pontos da área.

IV - Recuperação da antiga Casa da Cooperativa para receber o programa de Centro de Dia

V - Às margens da Ribeira, é proposto reconstrução do seu muro de suporte, é desenhado um percurso que se inicia no lavadouro e se estende até à parte mais baixa da plataforma, onde se propõe a existência de hortas comunitárias.

VI - O lavadouro marcará o início do passeio criado às margens da Ribeira. Este passeio é constituído por duas faixas pedonais, que desenharam um circuito fechado, envolvendo as hortas e o espaço público ajardinado.

Existe uma vasta bibliografia que trata este tema da reabilitação urbana nas zonas periurbanas, sendo na sua grande maioria obras internacionais. Apesar dessas obras analisarem áreas urbanas com realidades distintas, elas são fundamentais para definir o conceito de periferia urbana, embora o termo possa descrever ambientes e processos diferentes conforme a área disciplinar em que é analisada.

No domínio dos conceitos associados à periferia urbana, derivam vários outros termos e expressões que descrevem processos ou situações similares, tais como periurbano, suburbano, subúrbio, semi-urbano, suburbanização, franja, rurano, ex-urbano, estrutura urbana, etc.¹¹⁵. É importante começar por distingui-los, pelo que seguem algumas definições mais comuns utilizadas por urbanistas.

A **periferia urbana** é entendida como sendo a área mais afastada do centro urbano, “em geral, é carente em infraestruturas e serviços urbanos, e abriga os sectores de baixa renda da população”¹¹⁶. A palavra periferia deriva do grego *periphereia* que significa circunferência¹¹⁷. A periferia urbana está relacionada com o processo de **expansão urbana em mancha de óleo** ou *urban sprawl*. Essa expansão corresponde a um crescimento não planeado e não controlado de uma área urbana adjacente aos limites da cidade. O fenómeno de *urban sprawl* é caracterizado por ter múltiplos padrões de uso de solo, determinando que certa área será destinada apenas para uso residencial, comercial ou industrial (zonamento monofuncional), além disso verifica-se que as populações residentes destas áreas são dependentes do automóvel para suas deslocações. O termo expansão urbana em mancha de óleo é igualmente utilizada para denominar um crescimento rápido, extenso, e as vezes, irresponsável de uma área metropolitana¹¹⁸.

Segundo o *Glossário do Desenvolvimento Territorial*, **áreas periurbanas** são “áreas que se encontram numa posição de transição entre espaços estritamente rurais e áreas

¹¹⁵ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado.

¹¹⁶ GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016. p.103.

¹¹⁷ GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016. p.103.

¹¹⁸ CONSELHO DA EUROPA – Glossário do desenvolvimento territorial. Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa (CEMAT). Lisboa: DGOTDU, 2011.

TEIXEIRA, Tiago; SAMPAYO, Mafalda - Lisboa e a sua área metropolitana: Infraestruturas de conexão. In **PNUM – A Produção do Território: Formas, Processos e Desígnios**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

urbanas. As áreas periurbanas garantem, em geral, uma articulação urbano-rural de proximidade e podem eventualmente tornar-se totalmente urbanas... A maioria das áreas periurbanas localiza-se na proximidade imediata das áreas urbanas consolidadas, mas podem também corresponder a aglomerados residenciais localizados em paisagens rurais. Áreas periurbanas são frequentemente um produto dos processos de suburbanização ou de crescimento urbano em mancha de óleo (urban sprawl).¹¹⁹.

Geralmente, o termo **periurbano** é utilizado para referir a **periferia urbana**, no entanto, uma definição da “Organisation for Economic Cooperation and Development”, diz que: “«A terminologia de ‘área periurbana’ não poderá ser facilmente definida ou delimitada através de critérios não ambíguos. Trata-se de uma designação atribuída à área cinzenta, que não é verdadeiramente urbana nem genuinamente rural no sentido tradicional; ela traduz-se sobretudo na **parte urbanizada da área rural**. Qualquer que seja a definição dada a esta área, não se poderá eliminar algum grau de arbitrariedade»¹²⁰. Isso mostra que os dois termos não têm o mesmo significado, ao invés disso o **periurbano é uma tipologia de periferia urbana**. Pois o conceito de **periferia urbana engloba ambientes que integram elementos urbanas e rurais**, sem ser urbano ou rural na sua totalidade.

Assim, a área **periurbana** é considerada como uma **zona de transição entre a cidade e o campo**, onde atividades rurais e urbanas se mesclam. No entanto, é importante frisar que a mistura de usos do solo não é algo específico da área periurbana, pois, podemos nos deparar com práticas agrícolas em áreas urbanas ou com inserção de indústrias em áreas rurais. Porém, sucede-se que nas áreas periurbanas a mistura do uso dos solos é muito mais profunda a ponto de torna-se indistinguível os limites entre urbano e rural¹²¹.

A existência de muito espaço considerado vazio ou expectante é uma das características que identifica o espaço periurbano. Esse facto resulta no surgimento

¹¹⁹ CONSELHO DA EUROPA – Glossário do desenvolvimento territorial. Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa (CEMAT). Lisboa: DGOTDU, 2011. p. 2.

¹²⁰ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado. p. 74.

¹²¹ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado.

de grandes ``superfícies improdutivas, por vezes quase tão importantes quanto a superfície urbanizada. Aí, a transformação dos usos do solo inflaciona o preço do solo, bem como os preços dos bens produzidos, enquanto especulação imobiliária poderá então decorrer quer na venda de lotes como no entesourar dos terrenos para uma venda posterior''¹²². Essas **características podem ser facilmente observadas nas freguesias a Norte do concelho de Oeiras, como Porto Salvo e especialmente em Barcarena**, onde elementos rurais e urbanos coabitam o mesmo espaço (Figura 15 e 16) e onde pode-se observar muito espaço considerado vazio e especulativo (Figura 17).

O conceito de **subúrbio**, por sua vez, é definido como a área em redor da cidade, melhor dizendo, é a parte urbanizada de uma periferia duma cidade, fora dos limites administrativos desta ou mesmo no exterior dos limites de uma conurbação¹²³.

É comum que nos países subdesenvolvidos, o subúrbio seja habitado pelas populações mais desfavorecidas, ao contrário do que acontece nos países mais desenvolvidos em que o subúrbio é dotado de todos os equipamentos, obras e serviços de infraestrutura e é ocupado por população abastada. O processo que leva ao desenvolvimento dos subúrbios é designado de **suburbanização**, este por sua vez é causado pelo crescimento demográfico e pela reestruturação interna da cidade. O processo da suburbanização é semelhante ao processo de expansão urbana em mancha de óleo, pois ambos enfrentam crescentes problemas de tráfego rodoviário e destruição de recursos e paisagens naturais¹²⁴.

¹²² FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado. p. 110.

¹²³ CONSELHO DA EUROPA – **Glossário do desenvolvimento territorial. Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa** (CEMAT). Lisboa: DGOTDU, 2011.

¹²⁴ CONSELHO DA EUROPA – **Glossário do desenvolvimento territorial. Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa** (CEMAT). Lisboa: DGOTDU, 2011.

GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016. p.103.



Figura 15 - Elementos urbanos e rurais coabitam o mesmo espaço na área periurbana de Barcarena. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)



Figura 16 - Antigas quintas e lavadouro podem ser observadas. Edifícios habitacionais e hortas coabitam o mesmo espaço, em segundo plano. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)



Figura 17 - Planta de ``cheios e vazios'' de Barcarena, com a igreja de S. Pedro destacada. Pode-se notar uma baixa densidade de edificado, resultando em espaços vazios e especulativos característicos das periferias urbanas. (FONTE: autora)

A diferença na malha do edificado mostra a evolução da freguesia ao longo do tempo. Sendo que a malha ao redor da igreja, mais orgânica e intrincada, corresponde ao núcleo antigo.

Um subúrbio pode ser caracterizado segundo a sua densificação, pelo tipo dominante das suas construções, pela estratificação social dos seus habitantes e ainda pelo modo de integração da zona com o aglomerado: “O conceito subjacente à existência de subúrbios reflete um facto urbano posterior à revolução industrial, e está na base do modo de crescimento acelerado das cidades europeias a partir do princípio do século XX”¹²⁵.

Apesar desses conceitos apresentarem semelhanças, existem diferenças entre o subúrbio e a área periurbana. Algumas dessas diferenças consistem na densidade. Por exemplo, o **subúrbio é mais denso**, urbanizado e ocupa os espaços agrícolas e florestais de uma forma contínua, enquanto as **áreas periurbanas traduzem por um crescimento urbano descontínuo**, geralmente ligado a cidades antigas e vilas rurais da periferia de um centro urbano: “Um novo subúrbio em construção, deixando para trás espaços agrícolas, florestais e livres, poderá denominar-se de “*cidade espalhada*” ou “*cidade emergente*”, separando-se do centro urbano enquanto as franjas próximas tendem a tornar-se em subúrbios por contacto”¹²⁶.

Após a assimilação destes conceitos, é fundamental contextualizar o período em que começa de facto o surgimento das periferias. A cidade, até meados do século XX, era um espaço diferenciado que se destacava claramente do meio rural e que englobava “actividades secundárias e terciárias, as quais conectando-se, davam lugar a espaços com actividades e formas de vida urbanas”¹²⁷.

Porém, a partir desta época, várias mudanças aconteceram devido à revolução industrial e contribuíram para a expansão das áreas urbanas, como por exemplo: ocorreu a expansão de novos meios de comunicação, a mecanização agrícola e a difusão industrial e terciária.

A resultante expansão urbana, juntamente com outros aspetos, como as novas condições de mobilidade, provocaram o **rompimento da continuidade da cidade**. Sobre este rompimento, Tereza Salgueiro explica: “a cidade fragmenta-se e perde a

¹²⁵ DGOTDU - **Vocabulário do ordenamento do território**. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004. p.174.

¹²⁶ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado. p. 98

¹²⁷ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado. p. 98.

sua unidade funcional. A fragmentação corresponde a existência de enclaves distintos e sem continuidade com a estrutura socio-espacial que os cerca. Traduz o aumento intenso da diferenciação e a existência de ruturas entre os vários grupos que substituem a continuidade anterior sendo particularmente visível no domínio da estrutura social e no território¹²⁸.

O desenvolvimento da cidade atingiu níveis não imaginados, isso provocou o avanço das fronteiras das áreas urbanas sobre a área rural, alterando a sua identidade própria, o seu modo de vida e sua organização social e económica. Essa invasão e/ou integração do espaço rural pelo urbano, ocorre em duas etapas diferenciadas: *i) crescimento compacto*, conquistando em forma de anéis concêntricos os espaços mais próximos e integrando-os na economia urbana; e *ii) urbanização difusa* (ou dispersa) de áreas mais distantes da cidade. A cidade tornou-se assim difusa, ilimitada e fragmentada¹²⁹.

Todas essas transformações citadas têm como base o aumento exponencial de população que as cidades do século XX apresentaram. A revolução industrial fez com que grande parte da população rural migrasse para as cidades, visto que estas ofereciam um futuro mais promissor. Para além disso, os próprios habitantes das cidades continuavam a multiplicar-se, ou seja, o crescimento ocorreu segundo um ritmo que as autoridades não eram capazes de assimilar a tempo de criar soluções plausíveis para o problema. Deste modo, a excedente população via-se obrigada a viver nas franjas da cidade, nas áreas abandonadas e nas áreas sem condições de habitabilidade, formando assim os primeiros subúrbios das cidades em expansão¹³⁰. É num processo idêntico a este que o território de Oeiras se vai sedimentando.

Por meio do estudo da cartologia e de imagens aéreas do núcleo urbano de Barcarena podemos compreender que no final do século XX, ocorre um grande aumento demográfico nesta localidade. Esse aumento por sua vez transformou a paisagem de Barcarena (Figura 18).

¹²⁸SALGUEIRO, Teresa Barata - Lisboa metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, XXXII, 63, (1997). P. 189.

¹²⁹ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado. p. 98.

¹³⁰ CHUECA, Fernando Goitia - **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977.



1947



1958



1977



1996



2009



2019

Figura 18 - evolução do território de Barcarena desde 1947 até 2019. (FONTE: Grupo de trabalho da Macroescala)

As cidades em expansão continuaram a crescer de forma não ordenada. Surgiram então zonas residências conhecidas também como **cidades dormitórios**. Há algumas décadas defendia-se que as zonas puramente residências, geralmente localizadas nas periferias urbanas, resultariam em fracasso, pois não continham outros **elementos que constituem uma cidade**, a saber: i) os centros representativos, ii) os centros monumentais, iii) os centros religiosos, e iv) os mercados, v) comércio. O destino dessas zonas acabaria por ser o declínio e a degradação tanto física como moral¹³¹. Mais tarde outros autores também corroborariam da mesma opinião, como é o caso de Borja e Muxí que afirmam que “a cidade fragmentada tem uma tendência a ser uma cidade fisicamente desperdiçada, socialmente segregada, pouco produtiva economicamente, culturalmente miserável e politicamente ingovernável.”¹³².

Essa tendência do aumento de zonas residências foi muito observada nos Estados Unidos, onde se deu lugar a um movimento centrífugo do centro para os arredores, isto é, a densidade de população residente no centro diminuía, enquanto que a da periferia aumentava. No entanto, durante o dia a densidade de pessoas no centro da cidade era muito maior, pois lá se encontravam as atividades comerciais, profissionais, de lazer, etc.¹³³.

Como já foi mencionado, o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação juntamente com a invenção do automóvel contribuíram na dispersão da cidade e no surgimento da periferia urbana. Estes permitiram que as pessoas pudessem viver longe do núcleo urbano onde trabalhavam. O automóvel em especial, conduziu ao enorme crescimento suburbano do século XX, redefinindo os limites das cidades cada vez mais difusas¹³⁴.

Sabe-se que as cidades europeias cresceram de forma lenta durante longos séculos. Normalmente começavam como pequenos núcleos cercados por muralhas. Dentro dessas muralhas, que impediam sua expansão, as cidades consolidavam-se e transformavam-se em centros prestigiados e valorizados. No entanto, as atividades industriais mais indesejáveis e as classes sociais mais frágeis tinham de alojar-se fora da

¹³¹ CHUECA, Fernando Goitia - **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977.

¹³² BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003. p.15.

¹³³ CHUECA, Fernando Goitia - **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977.

¹³⁴ SALGUEIRO, Teresa Barata - Oportunidades e transformação na cidade centro. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, XLI, 81, (2006), p. 9-32.

cidade, nos arrabaldes ou periferia. Essa forma de organização permaneceu semelhante até a expansão das cidades no século XX¹³⁵.

Devido a esses cenários diferentes, a periferia recebeu significados distintos conforme as especificidades de cada território. Entre a Europa e os Estados Unidos, por exemplo, podemos notar que, quando se fala de subúrbio nos Estados Unidos, está-se a referir a uma área residencial tranquila, respeitável, não raro prospera. No entanto, na Europa a palavra subúrbio ou periferia geralmente representava uma zona com menos interesse e mais pobre. Segundo Salgueiro: “A dispersão típica da cidade norte-americana do pós-guerra, quando se deram incentivos aos veteranos do conflito para adquirir casa nos subúrbios, estendeu-se às nossas cidades nos anos 60, principalmente, por via da construção clandestina, numa época de intensa migração campo-cidade e fortes bloqueios no mercado habitacional ...”¹³⁶. De facto, o território do concelho de Oeiras regista a partir dos anos 60 muita construção clandestina.

Porém, essa tendência de perceber à periferia como algo negativo tem vindo a mudar, precisamente por influência do modelo Norte-americano. Visto que cada vez mais pessoas ao passarem a ter mais rendimentos, ambicionam possuir casa própria, com jardim e mais elementos típicos como piscina e *barbecue*. Para isso procuram zonas exteriores à cidade onde possam ter mais espaço, estimulando assim o movimento para a periferia.

Deste modo, as periferias desenvolveram-se de tal forma que adquiriram muitas funções anteriormente características do centro, tal como as áreas intermédias. Isso fez com que a periferia ao longo do tempo viesse a exibir outras formas de ocupação para além das ocupações tradicionais, ou residenciais. Para além destas ocupações e das de atividades económicas de tipo industrial e de armazenagem, começou a surgir outros usos dos solos que são grandes consumidores de terreno, com destaque para as infraestruturas de transporte e logística, áreas verdes mais ou menos protegidas, espaços de lazer, como campos de golfe e recintos desportivos de vários tipos, complexos comerciais, dos hipermercados aos centros comerciais regionais, passando pelos *retail parks*, e

¹³⁵ CHUECA, Fernando Goitia - **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977.

¹³⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata - Oportunidades e transformação na cidade centro. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, XLI, 81, (2006), p. 9-32.

centros de escritórios que contribuem para a definição de uma rede de centralidades que polariza os vastos territórios da periferia.¹³⁷ Estas circunstâncias resultam num aumento da área urbanizada, mais acelerado do que o crescimento demográfico, o que se traduz em um consumo maior de recursos por residente. Surgem assim as segundas habitações que são um exemplo de construção em excesso, para além das necessidades básicas.

Na sua obra sobre a evolução do urbanismo, Chueca alertava que o urbanista tinha a missão de articular o mais acertadamente a periferia com a cidade porque a periferia que hoje temos será o centro do futuro¹³⁸. Hoje essa previsão está a tornar-se realidade uma vez que as periferias estão a expandir-se em larga escala, porém é comum que com esse rápido aumento as periferias acabem por sofrer uma carência de infraestruturas e/ou espaços articuladores que deem apoio às vivências diárias dos cidadãos. No cenário nacional, Fernandes afirma que ``em Portugal também se acentua uma forte dicotomia entre a cidade consolidada, mais ou menos histórica e a urbanização resultante da expansão recente, cujo défice de desenho e qualidade urbana resultou da ausência, da desadaptação ou do desajustamento dos traçados previstos nos planos''¹³⁹. É por esta razão que o subcapítulo seguinte abobadará o tema do espaço público, especialmente pelo seu potencial de articular o tecido urbano.

¹³⁷ SALGUEIRO, Teresa Barata - Oportunidades e transformação na cidade centro. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, XLI, 81, (2006), p. 13.

¹³⁸ CHUECA, Fernando Goitia - **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977. p.211.

¹³⁹ FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado. p. 99.

2.2 O Espaço público como unificador do tecido urbano.

O espaço público é um tema multidisciplinar abordado em diversos campos do conhecimento, como na arquitetura, na geografia, na filosofia, na história, nas ciências políticas, na economia, entre outros. Estas disciplinas estão interessadas em compreender os aspetos físicos do território que o espaço público abrange, mas também pretendem entender o seu significado social, cultural e político, uma vez que seu uso reflete comportamentos sociais que ocorrem no dia a dia das cidades¹⁴⁰.

Neste subcapítulo o espaço público será abordado segundo suas vertentes territoriais e sociais, pois interessa integrar as qualidades inerentes ao espaço público do projeto de reabilitação da envolvente da Igreja de S. Pedro de Barcarena.

O espaço público é a cidade, segundo Borja e Muxí¹⁴¹. Eles argumentam que a história da cidade é a história do seu espaço público, pois é em espaços públicos, como as ruas, as praças, os monumentos, os parques e os locais de encontro, que se materializam as relações existentes entre os habitantes, o poder e a cidadania¹⁴².

Desde as ágoras romanas, passando pelas propostas da cidade ideal do Renascimento, das experiências urbanas que ocorreram na Europa – como exemplo o Bairro Alto de São Roque em Lisboa –, até às propostas de organização das cidades coloniais nas Américas, todas estas cidades apresentavam um espaço comum que visava o encontro dos habitantes¹⁴³. Essa preocupação em desenhar zonas específicas para o uso e aproveitamento do público, começou a disseminar-se pela Europa, e a partir do século XVI novos espaços públicos surgiram, muitos

¹⁴⁰ RICART, Nuria; REMESAR, Antoni – Reflexiones sobre el espacio público. **Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona**. [Em linha]. nº 25 (2013), p. 5-35. [Consultado em 41 abril 2020]. Disponível: <https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18792>

¹⁴¹ BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

¹⁴² BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

¹⁴³ RICART, Nuria; REMESAR, Antoni – Reflexiones sobre el espacio público. **Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona**. [Em linha]. nº 25 (2013), p. 5-35. [Consultado em 41 abril 2020]. Disponível: <https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18792>

destes espaços faziam parte de planos urbanísticos maiores. A título de exemplo, o Passeio Público de Lisboa, cuja construção começou em 1764, foi o primeiro jardim público da cidade de Lisboa e é esse tipo de espaço que está na origem dos espaços públicos atuais¹⁴⁴.

Nos nossos dias, entende-se que o espaço público não é apenas o espaço residual entre os edifícios e a rua, a soma dessas partes, ou um espaço vazio, é muito mais do que esses elementos urbanos. Na sua essência sociocultural, o espaço público é um espaço democrático, “expressivo, significativo, polivalente, acessível, evolutivo”¹⁴⁵, ou seja, é um espaço físico, simbólico e político¹⁴⁶.

O espaço público é, à vista disso, um espaço que promove a troca de experiência, o multiculturalismo, e o exercício da cidadania. Por isso o espaço público cumpre um importante papel na estrutura da própria cidade, pois ele é “um suporte simbólico para a utilização e representação coletiva, ...”, e enquanto subsistema urbano, é dos que mais tempo perdura na vida das cidades, que melhor responde às mudanças da sua realidade”¹⁴⁷. Desta forma, é relevante ter sempre a **perspetiva sociocultural do espaço público** quando se pensa, ou se projeta esse mesmo espaço.

É primordial o reconhecimento do espaço público, porque para além de ser o lugar onde surgem e se revelam as “desigualdades, as fragmentações, as descontinuidades”,

¹⁴⁴ RICART, Nuria; REMESAR, Antoni – Reflexiones sobre el espacio público. **Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona**. [Em linha]. nº 25 (2013), p. 5-35. [Consultado em abril 2020]. Disponível: <https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18792>

¹⁴⁵ BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**. Barcelona, 2012. p.1. [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstreballsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordi_borja.pdf

Tradução livre

¹⁴⁶ BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**. Barcelona, 2012. [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstreballsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordi_borja.pdf

¹⁴⁷ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)** [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019) [Consultado em abril 2020]. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p.79.

ele é também o que une a estrutura urbana, o elemento articulador, o conjunto de espaços representativos construtores de identidade¹⁴⁸.

No caso de Barcarena percebemos que o espaço público tem uma génese antiga, associado a um dos primeiros edifícios da freguesia- a igreja de S. Pedro de Barcarena. Para além do adro da igreja, com vista para a Ribeira de Barcarena, o espaço situado entre a igreja e o edifício da junta de Freguesia era o espaço público por excelência onde se reunia a população. Este espaço, é hoje denominado o Largo 5 de Outubro. Nos finais do século XIX, o edifício da junta de Freguesia ganhou um chafariz que acabou por compor melhor o Largo 5 de Outubro (Figura 19 e 20). Este largo cumpre um papel aglutinador no tecido construído do núcleo de Barcarena.

Por vezes, o espaço público é confundido com o **espaço coletivo**, ou **espaço de acesso coletivo**, no entanto estes dois conceitos são diferentes¹⁴⁹. O espaço coletivo de uma cidade é o conjunto de espaços e edifícios, ``que têm uma incidência sobre a vida coletiva, definindo um uso comum para a maioria da população e que constituem a sede da sua experiência coletiva''¹⁵⁰. Dessa forma, **o conceito de espaço coletivo é mais amplo do que o conceito de espaço público**, sendo o espaço público uma parte do espaço coletivo. Isto é, a parte do espaço coletivo que corresponde ao espaço público é do domínio da própria cidade. Melhor dizendo, o espaço público é submetido a uma regulamentação específica por parte da administração pública da cidade, que entre outros encargos, garante a sua acessibilidade a todos e determina as condições de utilização¹⁵¹. Ao passo que a outra parte do espaço coletivo é de propriedade privada, conseqüentemente o seu acesso é condicionado, não sendo extensível a todos os cidadãos¹⁵².

¹⁴⁸ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p.73.

¹⁴⁹ RICART, Nuria; REMESAR, Antoni – Reflexiones sobre el espacio público. **Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona**. [Em linha]. nº 25 (2013), p. 5-35. [Consultado em abril 2020]. Disponível: <https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18792>

¹⁵⁰ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p.83.

¹⁵¹ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p.88.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

¹⁵² PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento. p.83.



Figura 19 - Edifício da Junta de freguesia de Barcarena no Largo 5 Outubro, década 1960. Torres da igreja de S. Pedro em segundo plano. (FONTE: Arquivo digital CMO.)



Figura 20 - Inauguração do chafariz de Barcarena no Largo 5 Outubro, junto à junta de freguesia, em 1892. (FONTE: Arquivo digital CMO)



Figura 22 - O chafariz de Barcarena no largo 5 Outubro, junto do edifício da Junta de freguesia, atualmente. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)



Figura 21 - O chafariz de Barcarena no largo 5 Outubro, junto do edifício da Junta de freguesia, com igreja ao fundo. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)

O facto de o espaço público ser da responsabilidade da cidade, torna-se numa vantagem para este, pois ele tende a promover a interação entre diferentes estratos sociais, garantindo assim os mesmos direitos de uso por parte de todos, independente das diferenças culturais, sociais ou de gênero ¹⁵³.

Quando se nega o espaço público às pessoas, ou quando se nega a cidade, na prática está-se a ``negar o potencial das liberdades urbanas, a promessa de justiça e valores democráticos. ``¹⁵⁴. Uma das maneiras de um espaço público ser democrático passa pela sua **acessibilidade** por diversos pontos do tecido construído.

Tendo em consideração estas condições inerentes ao significado de espaço público, ao realizarmos o nosso projeto ponderamos, entre outros aspetos, a questão das permeabilidades (das porosidades do tecido), enfatizando as acessibilidades no conceito deste projeto. Assim, ao projetarmos diversos acessos na proposta do novo espaço público na envolvente da Igreja de Barcarena, estamos conscientes de estar a favorecer as acessibilidades neste território.

Lamentavelmente, é sabido que o que tem vindo a acontecer é a descaracterização do espaço público, como resultado do ``urbanismo de produtos``, isto é, do surgimento de cada vez mais espaços privados e exclusivos, onde se obtém altos lucros financeiros, em detrimento do espaço público.

Esse fenómeno do urbanismo de produtos fomenta a segregação dos espaços públicos, perpetuando o sentimento de risco no encontro de diferentes classes sociais¹⁵⁵. Perante este cenário de segregação, pressão e dispersão, é primordial repensar e redefinir os espaços públicos urbanos nas novas áreas de crescimento urbano. É preciso recuperar a dimensão simbólica do espaço público, que leva o individuo a identificar espaços de referências e locais de conexão¹⁵⁶.

¹⁵³ BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003. p. 11

¹⁵⁴ BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003. p. 15.

¹⁵⁵ HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)** [Em linha], Vol. 7, n° 1 (2019) [Consultado em abril 2020]. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

¹⁵⁶ BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003. p. 9

Notou-se até aqui que o papel social, simbólico e cultural do espaço público é importante para a sua caracterização, mas a sua **capacidade estruturadora e articuladora** constitui uma das suas características mais significativas. A capacidade articuladora do espaço público promove, a continuidade das estruturas urbanas, a permeabilidade e maleabilidade dos tecidos, facilitando assim, a acessibilidade e a mobilidade das pessoas que o utilizam¹⁵⁷.

O nosso projeto procura alinhar-se com estas condições dos significados do espaço público. Acreditamos que a nossa proposta tem capacidade de reestruturar o núcleo urbano de Barcarena, articulando **vários espaços que outrora não tinham ligação** e recuperando a dimensão simbólica do espaço público, por forma a que os habitantes de Barcarena identifiquem espaços de referências e locais de conexão neste lugar.

¹⁵⁷ PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento.

2.3 A Paisagem e a sua importância na reabilitação urbana.

A paisagem é importante neste projeto porque o sítio de intervenção-Barcarena, é um local fortemente marcado pela paisagem circundante. A existência de uma ribeira que corta o território e conseqüentemente, o divide em dois, impõe algumas condicionantes físicas sobre o território. Além disso, o curso de água proporciona a produção agrícola e constitui um potencial biológico diversificado, tornando o sítio visualmente e termicamente mais agradável.

Como mencionado no subcapítulo que trata dos conceitos associados à reabilitação urbana e à periferia urbana, a zona de Barcarena pode ser considerada uma área periurbana. E como tal, os limites entre o rural e urbano não são claramente distinguíveis, pelo que a paisagem do local é algo distinta e muito própria (Figura 23).

O termo paisagem pode referir-se a diferentes tipos de paisagem, como a paisagem natural, a paisagem rural, a paisagem cultural e a paisagem urbana. Segundo o “Vocabulário do Ordenamento do Território”, **paisagem** é uma unidade geográfica, ecológica e estética que resulta da ação do homem e da reação da natureza, sendo que ação humana pode ser mínima ou determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico e estabilidade física e a dinâmica ecológica¹⁵⁸. Esta é apenas uma das muitas definições de paisagem.

Outros autores definem **paisagem** como sendo o “conjunto dos atributos naturais e antrópicos de um local, incluindo a vegetação ..., os solos, a hidrografia, o relevo, a geologia, a geomorfologia, as atividades econômicas, a ocupação humana, etc. A paisagem pode se reportar tanto ao conjunto de todos os atributos quanto a atributo único, a alguns atributos”¹⁵⁹. O conceito de paisagem também é todo o território que é abrangido pelo alcance da nossa visão. Ou seja, o conceito de paisagem refere-se à imagem de uma área ou território determinado, podendo ser uma imagem rural, urbana, aquática, ou uma situação combinada dos anteriores.

¹⁵⁸ DGOTDU - **Vocabulário do ordenamento do território**. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004. p. 123

¹⁵⁹ GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016. p.96.



Figura 23 - Paisagem na envolvente da Igreja Matriz de S. Pedro - Barcarena.
(FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)

Por sua vez, o termo paisagem deriva do latim, *pagus*, que significa o campo ou o território cultivado, mais tarde, culminou no aparecimento de *pays*, *paysane*, *paysage*, expressão traduzida para *paesaggio* em italiano. No entanto, o uso do termo só começa a ser generalização apenas no século XVIII¹⁶⁰.

Os indivíduos e grupos constroem ao longo do tempo um relacionamento com o território em que habitam, por essa razão, a paisagem passa a definir-se segundo essa relação. Ou seja, a paisagem constitui uma relação entre o material e o simbólico, entre o físico e o fenomenal, sendo ``projetada como a dimensão sensível, estética e emocional dessa relação, contribuindo para o sentimento de pertença ou mesmo de identidade territorial, no desejo de registar a estética como uma dimensão central das relações entre sociedades e ambiente''¹⁶¹.

Uma vez que a paisagem não apresenta somente componentes ambientes físicos, é pertinente indicar os seus valores. Assim incluindo o ambiente físico, podem identificar-se quatro dimensões, a saber: i) a **dimensão física**, uma vez que a paisagem remete para uma parte visível do território e inclui elementos naturais e antrópicos; ii) a **dimensão perceptiva**, devido a uma interpretação diferenciada e subjetiva por parte dos indivíduos e aos próprios valores que lhe são atribuídos, com base em relações de proximidade com a paisagem; iii) a **dimensão cultural**, que engloba os vestígios do passado, os quais resultam das intervenções ao longo do tempo. Para além do mais, o conceito representa a garantia da identidade e do caráter de um determinado local, manifestando portanto, as condições que o individualizam; e por fim iv) a **dimensão mutável**, pois o conceito de paisagem deriva de uma evolução contínua, tanto a nível dos processos naturais como a nível da forma como o homem interage com o meio que o rodeia¹⁶².

¹⁶⁰ MARQUES, Marta - **Reabilitação do espaço público**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018. Dissertação de mestrado. p. 21

PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁶¹ SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, nº 2 (setembro 2010), mis en ligne le 23 septembre 2010, p.2 [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

Tradução livre

¹⁶² MARQUES, Marta - **Reabilitação do espaço público**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018. Dissertação de mestrado. p. 22

Para este trabalho é muito importante analisar o conceito de **paisagem urbana**. De entre os muitos tipos de paisagem que existem, a paisagem urbana destaca-se por ser a que mais transformação de recursos e de paisagens naturais apresenta.

A paisagem urbana consiste na configuração espacial de uma cidade. É assim uma resposta física às necessidades de uma sociedade que a constrói segundo padrões e modelos específicos, que se modificam através da história e em paralelo como desenvolvimento da cidade¹⁶³.

A paisagem urbana representa-se por meio de elementos de valor material, a saber: i) o suporte físico, ou seja, o solo, o subsolo e as águas com suas dinâmicas, ii) a vegetação original ou não do sítio, iii) as estruturas urbanas ou conjunto de edificações; iv) o uso do solo e os loteamentos; e o v) clima com seus ciclos e alterações.

No entanto, a paisagem urbana não se configura somente por esses elementos, uma vez que a paisagem urbana é uma imagem, uma criação mental e social, que existe nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos e entre os elementos mencionados. A paisagem urbana também se manifesta por meio das cores, movimentos, odores e sons¹⁶⁴ que fazem parte do quotidiano de quem vive numa determinada área urbana.

No contexto ambiental, o conceito de **paisagem urbana** refere-se a uma parte do conceito estético da relação cidade-campo, ou seja, relação entre o homem, sua cultura e natureza; nesse sentido, o valor do uso da paisagem é expresso no nível de **integração entre o campo e a cidade**¹⁶⁵.

Pérez¹⁶⁶ afirma que o tipo e a forma da paisagem urbana são a expressão física da estrutura do meio urbano, gerada em vários processos e fatores ao longo do tempo, enumerando os seguintes fatores: i) fatores referentes à situação

¹⁶³ GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016.

PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁶⁴ GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016.

¹⁶⁵ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 34. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁶⁶ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

geográfica; ii) fatores biológicos; iii) fatores urbanos relativos ao ordenamento, expansão e morfologia urbana; e iv) indicadores socioeconômicos, políticos e culturais, que exercem grande influência sobre a expressão física e valores do espaço e paisagem urbana.

Para Pérez¹⁶⁷ existem ainda mais condicionantes da forma da paisagem como os “indicadores urbanos da qualidade do espaço público e seus elementos constituintes, como ruas, locais de encontro e circulação, pontos de referência, áreas verdes e elementos simbólicos por seu valor cultural e histórico ricos, como bairros e obras de arquitetura, praças e locais memoriais, monumentos e outros”¹⁶⁸.

Com isso, Pérez¹⁶⁹ quer dizer que a **qualidade do espaço público** tem um papel fundamental na **qualidade da paisagem urbana**. Afinal, a paisagem urbana pode ser interpretada como a expressão do meio ambiente e da qualidade habitacional que deve incluir o seu espaço público¹⁷⁰. Por tudo isto, consideramos que o nosso projeto, através de um desenho urbano de espaço público sem propor edificado, contribui, mesmo assim, para a qualidade da paisagem urbana de Barcarena.

De acordo com Pérez “um aspecto importante na valorização e qualidade da paisagem urbana reside no tratamento, presença e **conservação dos espaços e elementos naturais** que compõem a estrutura verde da cidade”¹⁷¹. É segundo este conceito que o presente projeto visa intervir no espaço verde que fica nas margens da Ribeira de Barcarena, a fim de valorizar a paisagem urbana ou a imagem do local, por meio da reabilitação das margens da Ribeira e da requalificação do jardim Conde Rio Maior que hoje se encontra ao abandono.

¹⁶⁷ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁶⁸ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁶⁹ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁷⁰ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

¹⁷¹ PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 35. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

Anne Sgard¹⁷² teoriza acerca de qual deve ser o "uso" da paisagem e com que valor específico deve ser construída. Assim conjectura-a sob uma perspectiva com duas ideias associadas: i) a de **patrimônio** e ii) a de bem **comum**. A autora enfatiza que atualmente, devido à globalização e fácil circulação de imagens dos mais diferenciados tipos de paisagens, criou-se uma procura pela paisagem. Assim Sgard esclarece, "a procura pela paisagem é organizada em torno de dois polos não exclusivos um ao outro: i) um pedido insistente para **congelar as paisagens herdadas**, paisagens de naturalidade ou tradição rural, em risco de *museificação* e, ao mesmo tempo, ii) um desejo de projetar estas paisagens para o futuro¹⁷³. Deste modo Sgard questiona, através do ambiente vivo, acerca dos fundamentos sociais que queremos para o amanhã, que tipo de "convívio" queremos¹⁷⁴.

A paisagem entendida como um patrimônio herdado de gerações passadas, corre o risco de parar no tempo e não ser alvo de intervenções que poderiam melhorar o seu estado de conservação e a sua imagem.

Quanto ao conceito de bem comum aplicado à paisagem, o termo geralmente aparece no singular e raramente é explicado, com isso, percebemos que está implícito o seu interesse por uma dimensão consensual, moral e unificadora. A paisagem é então compreendida como sendo sempre i) material, pelos seus componentes e disposição no espaço, e ii) simbólica, pela sua característica perceptiva e subjetiva de cada indivíduo, com suas memórias, valores e os princípios coletivos de avaliação e apreciação¹⁷⁵.

¹⁷² SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010), mis en ligne le 23 septembre 2010, [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

¹⁷³ SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010), mis en ligne le 23 septembre 2010, p.3 [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

Tradução livre

¹⁷⁴ SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010), mis en ligne le 23 septembre 2010, p.3 [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

¹⁷⁵ SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, n° 2 (setembro 2010), mis en ligne le 23 septembre 2010, p.6 [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

A compreensão da paisagem é muito importante na elaboração de um projeto à escala urbana, com condições tão específicas quanto às do território a intervir, pois habilita-nos com mais e melhores ferramentas a fim de propor soluções integradas e consonantes com o sítio. É nesta perspetiva que efetuamos diversas visitas ao local de intervenção (núcleo antigo de Barcarena) procurando analisar este aglomerado em diferentes graus de aproximação. É importante analisar dentro do núcleo e fora do mesmo, e compreender o local através de diferentes aproximações ao mesmo. Assim, a figura 24 apresenta a igreja de Barcarena vista de um território mais afastado, o que demonstra a sua grande influencia na paisagem do sítio.



Figura 24 - Igreja de S. Pedro de Barcarena destaca-se na paisagem urbana. (FONTE: fotografia da autora em Maio de 2020)

3 CAPÍTULO III

O projeto da reabilitação urbana - Envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena

3.1 Memória descritiva

3.1.1 O contexto da envolvente da igreja de S. Pedro de Barcarena

O projeto de reabilitação urbana na envolvente da Igreja Matriz de S. Pedro de Barcarena está inserido no núcleo antigo da freguesia de Barcarena, situada a Norte do concelho de Oeiras.

Como já mencionado anteriormente, a igreja Matriz de Barcarena é o edifício que mais se destaca na freguesia, pela sua imponência e pela sua implantação incomum no território. A igreja situa-se numa plataforma a meia-encosta, sobre as margens da Ribeira de Barcarena com seu alçado principal orientado a Sudoeste, de frente para o vale da Ribeira. É acedida através do Largo 5 de Outubro e da Rua Joaquim Sabino de Sousa (Figura 25). Esta rua pela qual se tem acesso à igreja é a antiga estrada nacional - Estrada do Cacém que faz um percurso quase paralelo à Ribeira de Barcarena.

O sítio da nossa intervenção é marcado pela vegetação, afinal teve um passado fortemente agrícola. Apesar da Ribeira propiciar o crescimento de muita vegetação nas suas proximidades existe um espaço verde que se destaca pela sua localização e diversidade em espécies de vegetação. Trata-se do jardim Conde Rio Maior (Figura 26) localizado nas traseiras da junta de freguesia, com vista sob o vale da Ribeira. Esta mesma localização faz deste jardim, cheio de potencialidades, um espaço muito discreto, mas pouco frequentado. O jardim Conde Rio Maior, encontra-se em mau estado de manutenção e sem permeabilidades com os espaços em seu redor.

Às margens da Ribeira de Barcarena encontramos a Casa da Cooperativa (Figura 27) e o lavadouro (Figura 28). Embora sejam diferentes nas suas proporções,

ambos carregam consigo fragmentos do passado e da vivência que o local já experimentou.

O núcleo antigo que envolve a igreja de S. Pedro é constituído na sua maioria por pequenas habitações com características da arquitetura vernacular saloia da região da Estremadura (Figura 29). Para além dessas construções, existem outros edifícios que se destacam pela sua importância na freguesia. Dentre eles, a Junta de Freguesia (Figura 30), o antigo edifício do corpo dos Bombeiros Voluntários de Barcarena (Figura 31) e o atual edifício dos Bombeiros (Figura 32).

Acompanhando a tendência do que acontecia em todo o concelho, o núcleo de Barcarena teve um crescimento demográfico muito acentuado a partir do final do século XX. Por este motivo, existe um nítido contraste entre a arquitetura mais tradicional e a arquitetura “produzida em série” em edifícios de habitação coletiva (Figura 33). Esses últimos edifícios contribuíram para a descaracterização deste núcleo.

Estas são algumas das características mais marcantes na envolvente da igreja de S. Pedro que conferem ao sítio uma personalidade distinta.



Figura 25- Igreja de S. Pedro de Barcarena situada numa plataforma a meia-encosta com seu alçado principal voltado para o vale da Ribeira de Barcarena. (FONTE: autora)



Figura 26 - Jardim Conde Rio Maior (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)



Figura 27- -Antiga Casa da Cooperativa à cota da Ribeira (+36 m) e a igreja em segundo plano sob a plataforma a meia-encosta. (FONTE: fotografia da autora em março 2020)



Figura 28 - Interior do lavadouro. (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)



Figura 29 - Pequenas habitações, com características da arquitetura vernacular saloia da região da Estremadura (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)



Figura 30 - Junta de Freguesia de Barcarena (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)



Figura 31 - Antigo edifício do corpo dos Bombeiros Voluntários de Barcarena (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)



Figura 32 – Atual edifício dos Bombeiros (Fonte: Fotografia da autora em março 2020)



Figura 33 - Edifícios de habitação coletiva dos finais do século XX. Traseiras da igreja. (FONTE: fotografia da autora)

3.1.2 O conceito do projeto do espaço público da igreja de S. Pedro de Barcarena

A reabilitação urbana tem como principal intuito qualificar as preexistências sem perder o “espírito do lugar” (*genius loci*). É segundo este conceito que a presente proposta procura **reabilitar** esta área sem causar a destruição do seu tecido urbano e promover o seu uso e sua readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana.

Através do reconhecimento feito ao território em estudo, percebe-se que há falta de espaço público qualificado, acessível e seguro, e é notório que a relação, tanto física como visual entre a população e a Ribeira de Barcarena encontra-se comprometida. Assim, pretendemos criar um **espaço público coeso**, que apresenta uma maior porosidade na malha urbana da freguesia, de modo a promover mais possibilidades de acesso a diferentes pontos do aglomerado, especialmente à Ribeira.

Nesta proposta de reabilitação urbana procuramos dar mais ênfase aos elementos de carácter público e de maior visibilidade, conectando-os, de modo a criar um núcleo **de edifícios de interesse histórico e patrimonial**. Este núcleo é constituído pela **igreja** e seu adro, o **edifício da antiga Casa da Cooperativa** e o **lavadouro**.

Deste modo, a estratégia de reabilitação urbana passa por: i) possibilitar a criação de um espaço público qualificado que possa contribuir para uma maior qualidade de vida dos moradores, por estes poderem interagir tanto com o património construído bem como com o não construído, que é a paisagem; ii) unificar a malha urbana em torno da Igreja de S. Pedro, tornando-a mais fluida e acessível por diferentes pontos no centro de Barcarena; iii) promover uma melhor imagem para a área, de forma que seja atrativa para diferentes pessoas, o que gera diferentes dinâmicas de uso individual e coletivo.

Para tornar este desenho possível a nossa estratégia de reabilitação urbana teve em consideração as seguintes propostas:

- I. Em **redor da igreja** - A igreja de Barcarena, pelo seu valor patrimonial constitui a peça central. Normalmente edifícios religiosos são valorizados por terem um espaço público associado, seja uma praça ou um largo, e isso

não acontece no caso da igreja de S. Pedro de Barcarena. A igreja beneficiou-se com obras de restauro no seu exterior no início dos anos 2000 e, entretanto, não foi dada a mesma atenção ao seu adro e potencial espaço público envolvente. Atualmente, o adro da igreja serve de miradouro e estacionamento para automóveis, o que dificulta uma utilização de permanência neste espaço. Portanto, optou-se por retirar o estacionamento do seu adro e pavimentá-lo com um mesmo material e estereotomia - pedra calcária. Todo o percurso proposto que faz a ligação da cota mais alta (igreja) com a cota mais baixa (Ribeira) é demarcado com um pavimento idêntico ao usado no adro da igreja por forma a articular todos estes espaços

- II. Contemplou-se também um estacionamento público subterrâneo no quarteirão situado nas traseiras da igreja. Mesmo não fazendo parte do projeto desenhado do conjunto, consideramos que seria uma mais valia para a reabilitação da área que este quarteirão fosse fechado com um edifício de habitação, a desenvolver em plano de pormenor, que inclui o estacionamento subterrâneo. Com esta intervenção, desejamos valorizar o adro da igreja, elegendo-o como um espaço de descanso e de encontro dos autóctones.

- III. Adjacente ao adro da igreja e ao **jardim Conde Rio Maior**, numa cota intermédia (+40 m) com grande proximidade com a Ribeira, criamos um espaço **público em plataforma** que pretende facilitar a articulação destes espaços permitindo às pessoas um usufruto mais pleno da paisagem. Esta plataforma conecta-se com o jardim Conde Rio Maior por meio de duas escadarias simétricas, que vencem uma diferença de cota de 5 metros. É desenhado uma rampa que parte desta plataforma e faz a ligação com o passeio público às margens da Ribeira, permitindo assim, o seu acesso a todos. É, também, criado um acesso à Rua Felner Duarte (à cota +50 m) o que torna toda a zona mais coesa e confere porosidade á malha urbana do núcleo. Optou-se por não densificar esta plataforma com vegetação individualizando-a do jardim Conde Rio Maior e permitindo assim uma futura ocupação de usos diversos. O seu pavimento é todo nivelado, o que facilita seu uso por parte dos que tem a mobilidade reduzida, e são

colocados assentos de betão revestidos de ripas de madeira para um maior conforto. A pavimentação é feita de betão contínuo com inerte calcária.

- IV. Para o **edifício da Cooperativa** propomos reabilitação, sem destruir seu caráter original, de modo a receber o programa de um Centro de Dia, como será explanado no subcapítulo seguinte.

- V. Relativamente à margem da **Ribeira**, sugerimos a reconstrução do seu muro de suporte e a desobstrução da vegetação abundante nas suas margens. Na margem norte da Ribeira é desenhado um percurso que se inicia no lavadouro e se estende até à parte mais baixa da plataforma, onde se propõe a existência de **hortas comunitárias**, com uma área total de 770 m² destinados ao cultivo. Ainda hoje uma parte da população residente cultiva o solo. Como explanado no capítulo I, essa prática faz parte da tradição e vocação do território de Oeiras desde a sua fundação. Assim, propomos o desenho dessas hortas para promover o uso do espaço público de formas diversas e úteis, que contribuam também para o desenvolvimento social e económico da população de Barcarena. Estas hortas proporcionam mais qualidade de vida para a população, que terá possibilidade de praticar uma alimentação mais saudável. Afinal, uma estratégia de reabilitação urbana não visa apenas aspetos arquitetónicos, mas visa também aspetos sociais e económicos que contribuem para a melhoria de vida das pessoas¹⁷⁶.

- VI. Pretendemos evidenciar outro edifício importante que é o **lavadouro**. Em tempos passados o uso deste pequeno equipamento público promovia encontros e convívios. Ainda hoje, há quem o utilize. O lavadouro é também um símbolo representativo de um espaço público, pois contribui para a troca de experiência entre os seus usuários. Na proposta, o lavadouro marcará o início do passeio criado às margens da Ribeira que proporcionará

¹⁷⁶ MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 20. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

a prática de atividades físicas por parte das pessoas que utilizam o espaço público e dos utentes do Centro de Dia. O passeio é constituído por duas faixas pedonais, cada uma com 3 metros de largura. Estas desenham um circuito fechado, que envolve as hortas e o espaço público ajardinado, que se inicia e termina no lavadouro. O pavimento da faixa externa são peças de pedra calcária antiderrapante, e a faixa interna é pavimentada com betão poroso colorido.



Figura 34 - Planta da Proposta, destacando o piso térreo da Igreja da Casa da Cooperativa e do lavadouro.

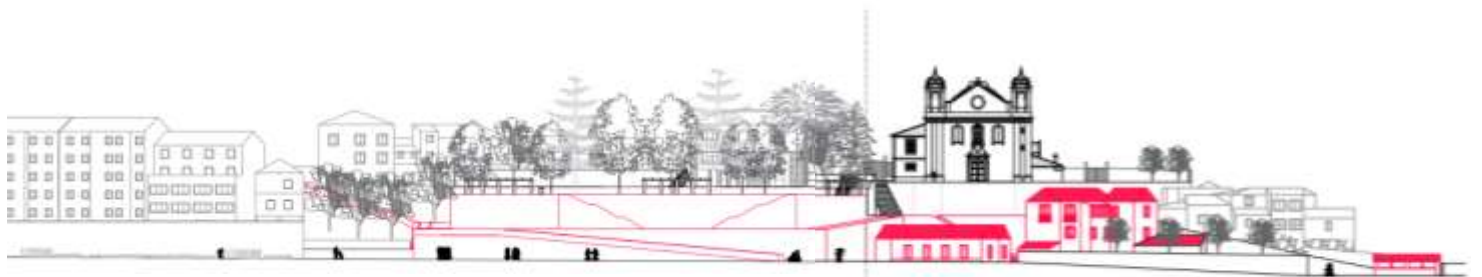


Figura 35- Corte transversal à Ribeira



Figura 37- Maquete de estudo da proposta à escala 1/200. Relação topográfica entre a frente da igreja, o jardim Conde Rio Maior (à esquerda) o espaço público proposto, e a antiga Casa da Cooperativa.



Figura 36 - Maquete de estudo da proposta à escala 1/200

3.1.3 O programa de um “Centro de Dia” nas construções da antiga Cooperativa dos trabalhadores da FPB

A praticabilidade é uma condição importante na compreensão do espaço e deve ser tida em conta na produção do mesmo, esta engloba não só a forma física do espaço como também a sua forma social. Como sabemos, o espaço reproduz e gera relações sociais. A forma social constrói um relacionamento espacial entre membros da organização social. Assim, a proposta de um programa público deve ser bem ponderada.

Nos últimos anos, é notória uma população cada vez mais envelhecida, em sincronia com outros fatores, os ambientes para seniores têm vindo a acentuar a sua carência na sociedade contemporânea. A freguesia de Barcarena registou nos censos de 2011 - 13 861 habitantes dos quais uma percentagem muito elevada diz respeito a pessoas idosas (Tabela 1)¹⁷⁷. Face a esta condição, o programa do projeto pretende oferecer um espaço de encontro para a população idosa da freguesia de Barcarena.

A opção programática pelo Centro de Dia foi refletida após a leitura conceptual de “Centro de Convívio” e de “Centro de Dia” exposta por Chichorro: Centro de Convívio é uma “Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.”; e Centro de Dia é uma “Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.”¹⁷⁸. Em virtude das áreas de edificado disponibilizadas na nossa área de intervenção o programa de convívio para seniores adequa-se melhor às preexistências.

O programa do Centro de Dia desenvolve-se na antiga Casa da Cooperativa dos trabalhadores da FPB e no edifício em frente a esta Casa. A Casa da Cooperativa fez parte da história da Freguesia de Barcarena por cerca de cem anos e continuará a ser importante por receber um Centro de Dia que dará apoio à população mais idosa.

¹⁷⁷ PIMENTEL, Teresa – **Município de Oeiras: Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040**. Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013. p. 8

¹⁷⁸ CHICHORRO, Ana Maria - **Respostas Sociais: nomenclaturas/conceitos**. Lisboa: DGSSFC, Direcção Geral de Segurança Social, da Família e da Criança, 2006. p. B.1.2 e B.1.3

Ao decidir pela reabilitação do edifício da Casa da Cooperativa, procuramos preservar a autenticidade do conjunto original do edificado. No entanto, serão efetuadas profundas obras no seu interior. A organização espacial no interior do edifício manter-se-á a mesma, porém, serão substituídas as coberturas e serão melhorados os acessos verticais (redesenho das escadas existentes e adição de elevadores) pois a população sénior tem a necessidade de locomoção facilitada. Os anexos na parte exterior da Casa deixarão de existir, o que agregará mais espaço exterior de convívio para os utilizadores. A garagem existente permanecerá.

Quanto ao edifício em frente à Casa da Cooperativa - chamaremos de edifício secundário-, será demolido devido ao seu avançado estado de degradação e construído um edifício de proporções semelhantes. Este posicionamento fundamenta-se na investigação acerca da reabilitação urbana, onde constatamos que a intervenção no edificado existente não é sempre igual. No nosso caso alguns edifícios são demolidos e reconstruídos, e outros reabilitados.

Para que o Centro de Dia funcione da melhor forma, este precisa assegurar os seguintes serviços: i) refeições; ii) convívio/ocupação; iii) cuidados de higiene; iv) tratamento de roupas¹⁷⁹. Deste modo dedicamos cada piso do edifício principal e do edifício secundário a uma função.

O acesso ao edifício principal é feito pelo piso 0 (Rua Pescadores) e pelo piso 2 (Rua 1º de Maio). No piso 2 situa-se a receção e a área técnica/administrativa. O piso 1 fica destinado à área dos cuidados de higiene, que inclui instalações sanitárias, banhos e outros serviços, também é disponibilizado um espaço que comporte um determinado número de camas, caso seja necessário o alojamento temporário¹⁸⁰. O piso 0 é o piso social, onde situa-se o espaço de convívio e de atividades, um gabinete médico e arrumos.

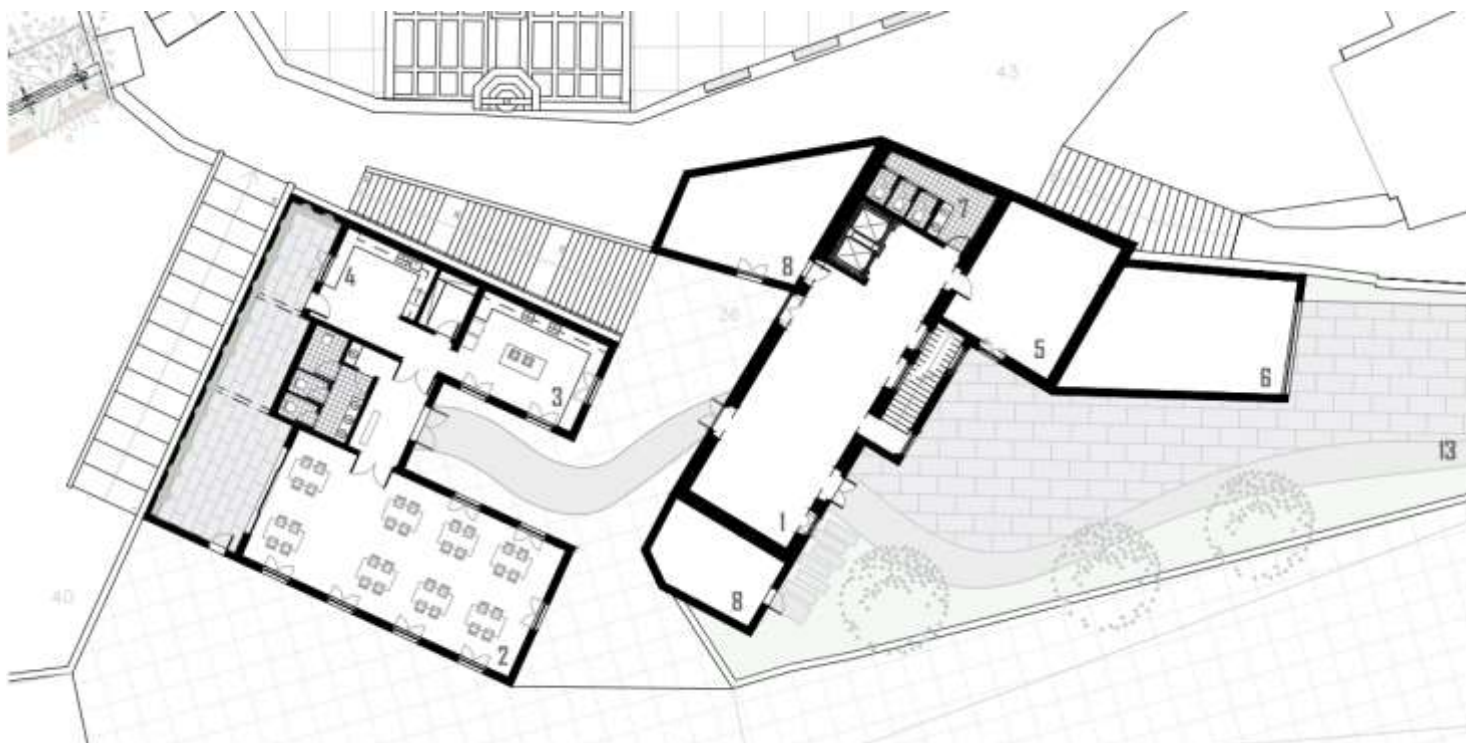
O edifício da Cooperativa é protegido por um muro no piso 0. Esse muro cria um pequeno espaço exterior que será utilizado como uma área de acesso ao Centro de Dia e como área externa para os utentes usufruírem de banhos e sol e realizarem

¹⁷⁹ BONFIM, Catarina de Jesus; SARAIVA, Maria Eugénia - **Centro de Dia: Condições de localização, instalação e funcionamento**. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996. p. 8

¹⁸⁰ BONFIM, Catarina de Jesus; SARAIVA, Maria Eugénia - **Centro de Dia: Condições de localização, instalação e funcionamento**. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996. p. 8

actividades ao ar livre. É importante frisar que esse acesso precisa adequar-se às necessidades dos utilizadores mais idosos, ou seja, são pavimentos antiderrapantes, nivelados, e exclusivo para pedestres. Nesse caso optou-se por betão contínuo e lajetas de betão.

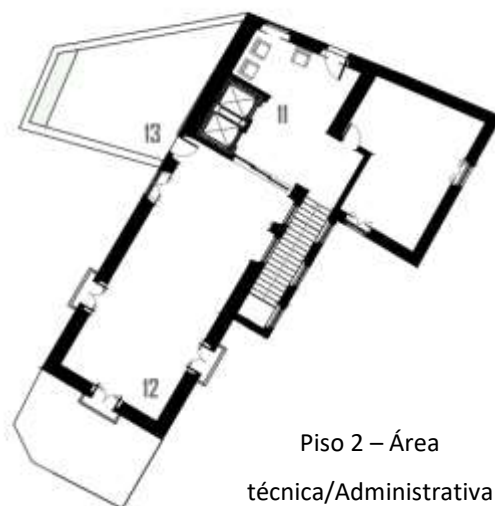
No piso 0 do edifício secundário, o edifício de menor escala, encontram-se os serviços de cozinha, sala de refeições e tratamento de roupas. O acesso a este edifício faz-se por um logradouro que existe entre os dois edifícios. Pois pretendemos criar uma continuidade entre o piso social do edifício principal e o edifício secundário. De modo a unir as áreas comuns que ficam maioritariamente neste nível do piso 0 de entrada.



Piso 0- Área Social



Piso 1 – Área de Higiene



Piso 2 – Área
técnica/Administrativa

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se ao projeto de desenho urbano na área periurbana de Barcarena, freguesia pertencente ao concelho de Oeiras. A igreja paroquial de S. Pedro de Barcarena, classificada como património arquitectónico religioso, constituiu o objeto central do projeto ao redor do qual realizamos uma reabilitação urbana, visando a criação de um espaço público qualificado. Motivo que tornou pertinente a investigação acerca do tema da reabilitação urbana, em conjunto com o estudo do espaço público e das suas potencialidades. O intuito desta investigação foi o de guiar as escolhas do projeto e contribuir para um conhecimento mais aprofundado das especificidades da área em estudo.

Até finais do século XX, Barcarena era um núcleo rural envolvido por uma paisagem natural e rural, marcada pelo atravessamento da Ribeira homónima. No entanto, o recente crescimento demográfico da zona culminou na construção de novos edifícios de habitação coletivas de uma arquitetura descaracterizada, destoante dos conjuntos de arquitetura vernacular de Barcarena. Esse crescimento demográfico não levou em consideração a necessidade de espaço público qualificado para a crescente população.

Isto aconteceu em parte porque como explanado no capítulo II, a nossa zona de intervenção designa-se por área **periurbana**, pois está numa **zona de transição entre a cidade e o campo**, onde actividades rurais e urbanas se fundem. A área periurbana, por ser uma tipologia de periferia urbana, por vezes sofre com falta de planeamento urbano coerente, que colmate tanto a carência de habitação como a carência de espaço público e equipamentos de apoio à população.

Deste modo, o nosso projeto de **reabilitação urbana** visa a caracterização do núcleo antigo de Barcarena. Pois o conceito de reabilitação urbana evita a destruição do tecido urbano, e promove a sua readaptação a novas situações associadas à funcionalidade urbana, enquanto transforma o tecido urbano degradado ou abandonado num tecido que se readapta às mudanças que ocorrem na cidade. Assim, optamos pela reabilitação urbana neste sítio para que houvesse a oportunidade de resgatar o *genius loci* (o espírito do lugar) e melhorar a imagem do lugar.

Em resultado deste estudo, o nosso projeto responde a alguns conceitos daquilo que é um espaço urbano coeso como foi referenciado no nosso texto. Assim o nosso projeto é inclusivo e acessível, sendo também gerador de apropriação.

De modo a atingir estes pontos, o projeto propõe a criação de mais ligações entre a cota superior da igreja de S. Pedro e a cota inferior da Ribeira, passando pelas cotas intermédias do espaço público, e da Casa da Cooperativa. Projetou-se novos acessos e foram melhorados os antigos, para que seja possível ter acesso ao espaço público criado a partir de diversos pontos do núcleo, tornando toda a zona mais coesa.

Para promover essa coesão evidenciamos, na nossa estratégia de reabilitação urbana, os elementos arquitetónicos de carácter público e com maior destaque, criando assim um núcleo de edifícios de interesse histórico e patrimonial. A igreja e seu adro, o edifício da antiga Casa da Cooperativa e o lavadouro formam este núcleo de edifícios de interesse histórico e patrimonial, servindo como referências no território de Barcarena.

A igreja de S. Pedro e seu adro, que constituem a peça central este núcleo, conectam-se com a Casa da Cooperativa dos trabalhadores da FPB. As construções que serviram de sede para a antiga Cooperativa receberão um Centro de Dia que dará apoio à população mais idosa, continuando, deste modo, a sua contribuição no desenvolvimento social de Barcarena.

Na cota inferior da Ribeira, junto à Casa da Cooperativa encontra-se o lavadouro. Este equipamento público, importante pela sua simbologia, é representativo de um espaço público, pelo que marcará o início de um passeio criado às margens da Ribeira. Com isso a proposta possibilitará a prática de atividades físicas e de passeios por parte das pessoas que utilizam o espaço público, incluindo os utentes do Centro de Dia.

Junto às margens da Ribeira, entre o passeio e espaço público serão criadas hortas comunitárias, que evocam a tradição e vocação de cultivo dos solos do território de Oeiras. O desenho dessas hortas promove o uso do espaço público de formas diversas e úteis, para além de contribuir para desenvolvimento social e económico dos autóctones.

Procuramos também integrar o tema da **paisagem** neste projeto, porque como já mencionado, o sítio de Barcarena possui uma forte dinâmica entre a paisagem natural, a rural e paisagem urbana. Conforme a investigação nos informou, a paisagem é considerada um bem comum, porquanto ela não se limita à dimensão física, mas constitui uma relação entre o material e o simbólico, de tal forma que as pessoas tendem a construir um relacionamento com o território em que habitam. Por isso, propusemos a aproximação dos habitantes com a paisagem e a sua Ribeira, por meio do desenho do passeio junto às margens da Ribeira, para assim estimular o sentimento de pertença ou de identidade territorial.

Para além da paisagem promover um sentimento de pertença ao território, ela, quando assumida como um bem comum, assemelha-se à paisagem que é projetada como espaço público. Em outros termos, a paisagem como um bem comum também significa um espaço compartilhado, de copresença, metafórico, e um espaço de discussão¹⁸¹.

O espaço público e a paisagem urbana estão ligados entre si, afinal a paisagem urbana pode ser compreendida como a expressão do meio ambiente e da qualidade habitacional que inclui o seu espaço público¹⁸². Com base neste conceito, o presente projeto através de um desenho urbano de espaço público, contribui para a qualidade da paisagem urbana de Barcarena.

Este projeto procurou recuperar a dimensão simbólica do espaço público, de forma a que os habitantes de Barcarena identifiquem espaços de referências e locais de conexão neste lugar.

Existirá sempre possibilidade e oportunidade de intervir neste território em franco crescimento. É importante integrar a reabilitação dos espaços públicos nas políticas urbanas, criando esses espaços à medida que as áreas urbanas se desenvolvem, de modo a fomentar a qualidade de vida urbana.

¹⁸¹ SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, nº 2 (setembro 2010). p. 7. [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565>;

¹⁸² PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

Consideramos que seria pertinente replicar a intervenção realizada nesta parte das margens da Ribeira, com a finalidade de criar uma continuidade da reabilitação das margens da Ribeira de Barcarena, unindo assim as diferentes localidades que são atravessadas pela mesma.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1. Bibliografia geral

AMADO, Miguel – **Oeiras E-City. Modelo de cidade energeticamente eficiente**. Lisboa: Caleidoscópio, 2014.

BOIÇA, Joaquim; BARROS, Maria de Fátima (Coord) – **1755 A memória das palavras**. Oeiras: CMO, 2005.

BONFIM, Catarina de Jesus; SARAIVA, Maria Eugénia - **Centro de Dia: Condições de localização, instalação e funcionamento**. Lisboa: Direcção-Geral da Acção Social Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação, 1996.

BORJA, Jordi - **Espacio público y derecho a La ciudad**. Barcelona, 2012. [Em linha]. [Consultado em janeiro de 2020]. Disponível em: https://debatstrebalsocial.files.wordpress.com/2013/03/espacio_publico_derecho_ciudad_jordiborja.pdf

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida - **El Espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

CANEIRA, Mafalda Rodrigues - **Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público urbano do Município de Oeiras: Caso de estudo: Figueirinha, Oeiras**. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2017. Dissertação de mestrado.

CARDOSO, João Luís - **Arqueologia do concelho de Oeiras, do paleolítico inferior arcaico ao século XVII**. Câmara Municipal de Oeiras, 2011

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS (s.d.). Geoportal/ Informação Geográfica Municipal. [Em linha]. Oeiras. [Consultado em setembro 2019]. Disponível em <http://geoportal.cm-oeiras.pt/ver/mapas/>

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano de salvaguarda do património construído e ambiental do concelho de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal Oeiras, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Igreja S. Pedro de Barcarena**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Atlas de Oeiras: Oeiras no III Milénio**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Estudo Hidrológico e Hidráulico das bacias Hidrográficas de Oeiras para elaboração de carta de zonas inundáveis de acordo com Decreto-Lei n.º 115/2010. Volume 4 – Caracterização das cheias na Ribeira de Barcarena**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2011.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, factos e números**. Oeiras: Município de Oeiras, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Plano Municipal de defesa da floresta contra incêndios 2016-2020**. Oeiras: Município de Oeiras, 2016.

CÂMARA MUNICIPAL de OEIRAS - **Oeiras, guia turístico**. Oeiras: Município de Oeiras, 2017 (4ª edição).

CHICHORRO, Ana Maria - **Respostas Sociais: nomenclaturas/conceitos**. Lisboa: DGSSFC, Direcção Geral de Segurança Social, da Família e da Criança, 2006.

CHUECA, Fernando Goitia - **Breve historia del urbanismo**. Madrid: Alianza, 1977. CONSELHO DA EUROPA – **Glossário do desenvolvimento territorial. Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa** (CEMAT). Lisboa: DGOTDU, 2011

DGOTDU - **Vocabulário do ordenamento do território**. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

DR n.º 206 (2009) MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana em áreas de Reabilitação Urbana (RJRURU)

FERNANDES, José Luís - **Requalificação da periferia urbana: Expansão urbana, forma urbana e sustentabilidade urbana na requalificação da periferia em Coimbra**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2008. Dissertação de mestrado.

FERREIRA, Manuel Marques Ribeiro – **História de Oeiras. Uma monografia (1147-2003)**. Lisboa: Roma Editora/Câmara Municipal e Oeiras, 2003.

GELPI, Adriana; KALIL, Rosa Maria - **A cidade comentada expressões urbanas e glossário em urbanismo**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 2016.

HERMANY, Ricardo; CRUZ, Arthur Votto - Os direitos urbanísticos de Jordi Borja: os desafios do urbanismo democrático e desenvolvimento humano. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)** [Em linha], Vol. 7, nº 1 (2019) [Consultado em abril 2020]. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index

LEAL, Augusto Soares d’Azevedo B. de Pinho - **Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias**. Lisboa: Mattos Moreira & companhia, 1873, Vol 1.

QUEIRÓS, Mónica - **O arquitecto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785): uma práxis original na arquitectura portuguesa setecentista**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.

MARQUES, Catarina – **Exposição: Memórias em arquivo. Arquivo Municipal de Oeiras**. Câmara Municipal de Oeiras, 2014.

MARQUES, Marta - **Reabilitação do espaço público**. Lisboa: ISCTE-IUL, 2018. Dissertação de mestrado.

MIRANDA, Ana Catarina [et all] - **Cooperativa de crédito e consumo do pessoal da Fábrica da Pólvora de Barcarena: Apontamentos para a sua história, 1895-1986**. Câmara Municipal de Oeiras, 2001.

MOREIRA, Graça - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. **Artitextos**. nº 5. Lisboa, (2007), p. 117-129.

MOURA, Dulce [et al] - A revitalização urbana - Contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades Comunidades e Territórios**. Lisboa, [Em linha]. n.º 12/13. (2006), p. 15-34. [Consultado em fevereiro de 2020]. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9228>

PEREIRA, Luz Valente - **Reabilitar o urbano ou como restituir a cidade à estima pública**. Lisboa, LNEC, 1986.

PÉREZ, Edmundo - Paisaje urbano en nuestras ciudades. **Bitácora Urbano Territorial** [Em linha]. Vol. 1, nº 4 (2000), p. 33-37. [Consultado em abril de 2020]. Disponível em <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18810>

PIMENTEL, Teresa – **Município de Oeiras: Diagnóstico demográfico e projeção da população 1960-2040**. Centro de estudos de sociologia da universidade nova de Lisboa, 2013.

PINTO, Ana Júlia - **Coesão urbana: o papel das redes de espaço público**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2015. Tese de doutoramento.

PORTAS, Nuno - Notas sobre a intervenção na cidade existente. **Espaço & Debates**. Ano VI. nº 17 (1986), p. 94-104.

RICART, Nuria; REMESAR, Antoni – Reflexiones sobre el espacio público. **Revistes Científiques de la Universitat de Barcelona**. [Em linha]. nº 25 (2013), p. 5-35. [Consultado em abril 2020]. Disponível: <https://revistes.ub.edu/index.php/waterfront/article/view/18792>

RODRIGUES, Madalena; DE LLERA, Fátima; BARREIROS, Belany – In Situ: Restauro em pedra, pintura e revestimentos decorativos. **Pedra & Cal** [Em linha]. nº 49 (2011), p. 22-23. [Consultado em janeiro 2020]. Disponível em http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev49_Revista_Completa.pdf

SANTOS, Andreia Marisa Pereira - **Corredores verdes: Eixo verde e azul da ribeira de Barcarena, Oeiras**. Porto: Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, 2018. Dissertação de mestrado.

SALGUEIRO, Teresa Barata - **A cidade em Portugal: Uma geografia urbana**. Porto: Afrontamento, 1992.

SALGUEIRO, Teresa Barata - Lisboa metrópole policêntrica e fragmentada. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, XXXII, 63, (1997), p. 179-190.

SALGUEIRO, Teresa Barata - Oportunidades e transformação na cidade centro. **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, XLI, 81, (2006), p. 9-32.

SGARD, Anne - Le paysage dans l'action publique: du patrimoine au bien commun. **Développement durable et territoires** [Em linha], Vol. 1, nº 2 (setembro 2010), mis en ligne le 23 septembre 2010, [Consultado em abril 2020]. Disponível em RL: <http://journals.openedition.org/developpementdurable/8565> ;

SIPA - **IGREJA PAROQUIAL DE BARCARENA / IGREJA DE S. PEDRO** [Em linha]. Lisboa [Consultado em abril 2020]. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11876

TEIXEIRA, Tiago; SAMPAYO, Mafalda - Lisboa e a sua área metropolitana: Infraestruturas de conexão. In **PNUM – A Produção do Território: Formas, Processos e Desígnios**. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

5.2. Notícias de Jornais

Barcarena: património recuperado - In **Jornal da Região**, [S.l.], A. 7, nº 320 (2003-08-28), p.3

Igreja de São Pedro, na Barcarena, em restauro: DGEMN intervém na cobertura, /Recorte de Imprensa - In **Jornal A Capital**, Lisboa, A. 36, nº 11193 (2003-08-08), p.7

Mais uma prova de que em redor da igreja de S. Pedro foi no passado um cemitério - In **A Voz de Tercena**, Aº. XXVI, nº 651 (2001-04-06), p. 4.

ANEXOS

Anexo A – Ficha da Unidade Curricular de PFA



Elementos caracterizadores de Unidade Curricular*

Docente responsável:	José Luís Saldanha
-----------------------------	--------------------

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

Nome (pt):	Projeto Final de Arquitetura
Name (en):	
Créditos ECTS:	45
Departamento:	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Escola:	Escola de Tecnologias e Arquitetura
Curso em que é obrigatória:	Mestrado Integrado em Arquitetura
Curso em que é optativa:	
Optativa livre:	
Área científica:	Tecnologias da Arquitetura
Nível (1.º, 2.º ou 3.º ciclo):	2º
Língua(s) de ensino:	Português
Tipo:	
Horas de Contato:	
Teóricas (T):	36
Teóricas-Práticas (TP):	
Laboratório (PL):	144
Seminário (S):	24
Trabalho de Campo (TC):	
Estágio (E):	
Orientação Tutorial (OT):	2
Outras (O):	
Horas de Trabalho Total (Horas de Contacto + Trabalho Autónomo):	206 + 883 = 1089
No FÉNIX os campos acima são editáveis exclusivamente pela Gestão Curricular	
Pt	En
Pré-requisitos (1000 caracteres):	Pre-requisites:
Projeto de Arquitetura II	Projeto de Arquitetura II

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

MOD.SGE-AGCAD.03.01

1

<p>Objetivos Gerais (1000 caracteres):</p> <p>A UC Projeto Final de Arquitetura (PFA) é um espaço de experimentação e investigação que congrega docentes e alunos em 3 momentos pedagógicos:</p> <p>i. Trabalho anual de Investigação</p> <p>Realizado em turmas tuteladas por um máximo de três docentes, aos quais cabem funções de orientação dos estudantes, correspondendo a temas, metodologias e objetivos específicos, que inicialmente enquadrarão um Trabalho de Projeto (TP) a desenvolver por cada grupo, e posteriormente por cada aluno.</p> <p>O trabalho adotará metodologias diversas, podendo articular o projeto com outras componentes de investigação, conforme os programas específicos de cada turma. Cada estudante terá um a dois orientadores, entre os quais se poderá contar, em casos justificados apresentados pelos estudantes, um orientador externo ao grupo docente atribuído a cada turma. A extensão máxima do corpo de texto é esclarecida em "observações".</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Reunião de todas as turmas-grupos, e de todo o grupo docente, num workshop semanal de projeto, de carga horária intensiva, podendo contar com convidados externos. O trabalho, desenvolvido em 24 horas seminariais e 12 horas de trabalho autónomo, perspetiva o alcance de respostas rápidas, intensas, no domínio do projeto e da sua representação e comunicação.</p> <p>iii. Júri final</p> <p>Apresentação e comunicação e defesa de todo o trabalho perante um júri final.</p>	<p>Objectives:</p> <p>The Final Architecture Project (PFA) constitutes a space of experimentation and investigation that brings together teachers and students, organizing itself in three pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>Carried-out inside classes, lectured by a maximum of three teachers, corresponding to specific themes, methodologies and objectives, which will frame a Project Work (TP) to be developed by each group and by each student.</p> <p>This work will follow diverse methodologies, articulating the project with other research components, according to the specific programs of each work group. Each student will have one to two supervisors, one of which may be external to the teacher group in each class, in cases duly justified by students. The maximum size of text is clarified in "observations".</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>Gathering of all work groups and the whole teaching group in a week design workshop, with an intensive workload with guests from outside the academy. The project, developed along 24 hours of seminar work and 12 hours of autonomous work, aims at fast, intense responses in the field of design and its representation and communication.</p> <p>iii. Final jury</p> <p>Presentation and communication of all work before a final jury.</p>
<p>Objetivos de Aprendizagem (1000 caracteres):</p> <p>OA1: Aproximação crítica à complexidade do real e às potencialidades da Arquitetura e do Projeto como ferramentas de transformação crítica e poética do espaço edificado.</p> <p>OA2: Reflexão e consolidação do que são as práticas arquitetónicas, incluindo a investigação.</p> <p>OA3: Interligar valores e objetivos da investigação, com as práticas do projeto alargando as possibilidades críticas e instrumentais do projeto.</p> <p>OA4: Adquirir autonomia de pensamento crítico, que identifique, contextualize e operacionalize os recursos da Arquitetura na discussão dos problemas da organização e qualificação do território e da sociedade.</p> <p>OA5: Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolvendo cenários no domínio disciplinar, que emitam juízos e reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;</p> <p>OA6: Capacidade de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a</p>	<p>Learning outcomes:</p> <p>LO1: Critical approach to the complexity of the real and the potential of Architecture and Design as tools of critical and poetic transformation of the built space.</p> <p>LO2: Reflection and consolidation of what architectural practices are, including research.</p> <p>LO3: To connect research values and objectives with project practices by broadening the project's critical and instrumental possibilities.</p> <p>LO4: Acquire autonomy of critical thinking, which identifies, contextualize and operationalize the resources of Architecture in the discussion of the problems of organization and qualification of the territory and of society.</p> <p>LO5: Ability to integrate knowledge, deal with complex issues, developing scenarios in the disciplinary field, to issue judgments and reflections on the ethical and social implications and responsibilities that result from these solutions or from these judgments or condition them;</p> <p>LO6: Be able to communicate their findings, and the knowledge and reasoning underlying them, to both Architecture and non-specialists in an effective way;</p>

***todos os campos são de preenchimento obrigatório**

MOD.SGE-AGCAD.03.01

2

especialistas em Arquitetura, quer a não especialistas.	
Programa (1000 caracteres):	Syllabus:
<p>O programa da UC divide-se em três momentos:</p> <p>i. Trabalho de anual de Investigação Enquadrado num grupo/turma de trabalho, articulando componente de projeto e componente teórica:</p> <p>CP1: Exercícios e temas de trabalho de cada grupo-turma, de acordo com enunciados correspondentes.</p> <p>CP2: O trabalho será organizado em redor de uma problemática lançada por cada turma, articulando componentes práticas e teóricas.</p> <p>CP3: O trabalho implicará o conhecimento e a interpretação crítica de uma dada problemática, a proposição de uma metodologia de investigação, o seu enquadramento filosófico, teórico e metodológico, a elaboração de uma estratégia de ação e a sua produção.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Reunindo todos os grupos-turmas de trabalho, resultando num seminário intenso de projeto, com a duração de uma semana.</p> <p>CP4: Desenvolvimento de um projeto de arquitetura, respondendo a uma problemática claramente circunscrita, colocada por um convidado externo.</p> <p>iii. Júri Final</p> <p>CP5: Os trabalhos obedecerão a um formato de comunicação e apresentação, enquadrado por normativo específico.</p>	<p>The program is divided into three phases:</p> <p>i. Annual Research Work Within a working group, articulating a project component and a theoretical component:</p> <p>CP1: Exercises and work themes in each group-class, according to their work-sheets.</p> <p>CP2: The work will be organized around a problematic launched by each class, articulating practical and theoretical components.</p> <p>CP3: The work will involve the knowledge and the critical interpretation of a given problem, the proposition of a research methodology, its philosophical, theoretical and methodological framework, the elaboration of a strategy of action and its production.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>Bringing together all working groups, resulting in an intensive one-week project seminar.</p> <p>CP4: Brisk development of an architecture project, responding to a clearly circumscribed problem posed by a guest outside the academy.</p> <p>iii. Final jury</p> <p>CP5: All the works will follow a format of communication and presentation, framed by specific regulations.</p>
Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da UC: (1 000 caracteres):	Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:
<p>A UC de PFA corresponde ao momento de conclusão de Mestrado Integrado, pelo que os alunos são convidados a explorar todas competências e conhecimentos adquiridos ao longo do ciclo de estudos.</p> <p>Solicita-se também aos alunos a experimentação pedagógica da construção de uma posição crítica e de autonomia, perante a UC e perante a própria disciplina, suas metodologias, práticas e relações com a realidade.</p> <p>O aluno terá a oportunidade de integrar grupos que problematizam o real, recorrendo ao projeto de arquitetura e, a abordagens e metodologias de investigação que desenvolvam conhecimento que possa ser utilizado em arquitetura.</p> <p>Neste contexto, os conteúdos programáticos procuram estabelecer sinergias entre o desenvolvimento de um projeto de arquitetura e a formulação teórica, entendida em sentido lato, articulando, de forma dinâmica, programa e objetivos de aprendizagem:</p> <p>CP1: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6 CP2: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6</p>	<p>PFA is the moment of completion of Integrated Master's Degree, so the students are invited to explore all the skills and knowledge acquired throughout the study cycle.</p> <p>The students are also asked to experiment with the pedagogy of building a critical position and autonomy, before the UC and before the discipline itself, its methodologies, practices and relations with reality.</p> <p>The student will have the opportunity to integrate groups that problematize the real, resorting to the architectural project and to approaches and research methodologies that develop knowledge that can be used in architecture.</p> <p>In this context, the program contents seek to establish synergies between the development of an architecture project and the theoretical formulation, understood in a broad sense, dynamically articulating the program and learning objectives:</p> <p>CP1: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6 CP2: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6 CP3: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6</p>

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

MOD.SGE-AGCAD.03.01

3

CP3: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6	
Processo de avaliação (500 caracteres):	Assessment:
<p>A avaliação de PFA será feita numa Prova Final (PF) com Júri. O acesso à PF resulta de três tipos de apreciação:</p> <p>1) Contínua (40%), implicando participação activa, e presença em aulas igual ou superior a 70%.</p> <p>2) Periódica (50%), associada ao desenvolvimento do trabalho e a entregas em etapas.</p> <p>3) Workshop (10%), associado à frequência e aproveitamento deste momento pedagógico intermédio.</p> <p>A classificação de acesso à PF terá que ser superior a 10 valores em 20 e representará 30% da nota final da UC, enquanto a PF produzirá os restantes 70%.</p> <p>As datas dos momentos de avaliação contínua e periódica são dadas nos programas de cada turma. As datas da PF são reguladas por calendário do MIA.</p>	<p>Evaluation shall be carried-out in a Final Exam (PF) before a Jury. Access to PF results from three types of assessment:</p> <p>1) Continuous (40%), involving active participation, and an attendance in class of 70%, or higher.</p> <p>2) Periodic (50%), relating to the development of work and to deliveries in stages.</p> <p>3) Workshop (10%), associated to the attendance and results at this intermediate pedagogical moment.</p> <p>Grading for access to PF must be higher than 10 points out of 20, accounting for 30% of the final classification in the CU, with the remaining 70% shall be awarded at the PF.</p> <p>Dates for continuous and periodic evaluation moments are given in the programs of each class. Dates for the PF are regulated by MIA's schedule.</p>
Processo de ensino-aprendizagem (500 caracteres):	Teaching methodology:
<p>A UC organiza-se em dois momentos pedagógicos complementares:</p> <p>i. Trabalho de anual de Investigação</p> <p>Organizado em 5 turmas (6h PL, 1h30 T).</p> <p>Laboratoriais: desenvolvimento e consolidação da prática do projeto e da investigação, com acompanhamento da equipa docente.</p> <p>A distribuição de carga horária e de aulas de PL e T poderão ser acertadas em cada turma, em função dos recursos disponíveis.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Será realizado no começo do 2º semestre, duração de uma semana (24h S + 12h trabalho autónomo).</p>	<p>There curricular unit is arranged in two complementary pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>Organized in five classes (6h PL, 1h30 T).</p> <p>Lab classes: development and consolidation of project and research, along with the teaching team.</p> <p>Partition of PL and T hours may be tuned according to each class, according to available resources.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>To be held at the beginning of the 2nd Semestre, with the duration of a week (24h S + 12h of autonomous work).</p>
Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objectivos de aprendizagem da UC: (500 caracteres):	Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:
<p>A UC organiza-se em dois momentos pedagógicos complementares:</p> <p>i. Trabalho anual de Investigação</p> <p>As questões metodológicas associadas à resolução dos problemas colocados, serão aferidas e acompanhadas no âmbito das aulas presenciais de prática laboratorial, aulas teóricas e seminários. Estas aulas serão ministradas por um ou mais docentes, em cada grupo de trabalho, convocando aproximações complementares, eventualmente multidisciplinares, aos problemas do espaço edificado.</p> <p>A coerência entre os objetivos de aprendizagem e as metodologias de ensino implica:</p>	<p>PFA organizes itself in two complementary pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>The methodological questions associated with solving the problems will be checked and monitored in the face of laboratory practice sessions, lectures and seminars. These classes will be taught by one or more teachers in each working group, calling for complementary, possibly multidisciplinary, approaches to the problems of built space.</p> <p>The coherence between learning objectives and teaching methodologies implies:</p> <p>1. Circumscribe the identified architectural problem -</p>

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

MOD.SGE-AGCAD.03.01

4

<p>1. Circunscrever a problemática arquitetônica identificada – proposta em cada grupo de trabalho;</p> <p>2. Escolher, em grupo e individualmente, o modo de abordagem à problemática identificada - proposta;</p> <p>3. Enquadrar teoricamente e metodologicamente a estratégia de abordagem, de grupo de individual, a esta problemática arquitetônica proposta em cada grupo de trabalho;</p> <p>4. Investigar as circunstâncias da problemática, investigando, inventariando e sistematizando informação, articulando esta e o seu tratamento com os objetivos e as metodologias identificados e propostos;</p> <p>5. Propor esquemas interpretativos e propositivos sobre a problemática arquitetônica proposta, seja mediante processos de projeto e/ou processos de investigação histórica, teórica, tecnológica e instrumental, ou outros, que se revelem pertinentes para o processo de trabalho;</p> <p>6. Desenvolver um sistema de representação e comunicação dessa problemática, da sua organização, interpretação e transformação, segundo o processo de trabalho seguido.</p> <p>7. Apresentar o processo e seus resultados em prova final, perante um júri externo.</p> <p>O trabalho a desenvolver é simultaneamente de grupo e individual, sendo acompanhado em práticas laboratoriais (PL), aulas teóricas (T) e seminários (S). A docência é assegurada por um a três docentes, com valências científicas distintas e complementares, eventualmente permitindo ambientes multidisciplinares.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>1. Este momento pedagógico sintetiza as condições gerais do trabalho de fundo, requerendo uma resposta rápida e ágil, fundamentalmente no domínio da representação gráfica tradicional do projeto.</p> <p>2. Os temas e as problemáticas específicas serão lançados e enquadrados por convidados provenientes da prática, permitindo um momento de crítica implícita ao trabalho anual, quer quanto aos temas, quer quanto às metodologias e sua eficácia geral e disciplinar.</p> <p>3. A rapidez deste momento obriga um tempo de interpretação, produção e comunicação ágil e eficaz.</p> <p>O trabalho a desenvolver é simultaneamente de grupo e individual, sendo eminentemente uma prática laboratorial (PL). A docência é assegurada por múltiplos docentes, com valências científicas distintas e complementares, eventualmente permitindo ambientes multidisciplinares.</p>	<p>proposed in each working group;</p> <p>2. Choose, in a group and individually, the approach to the problem identified - proposed;</p> <p>3. To theoretically and methodologically frame the strategy of individual group approach to this proposed architectural problem in each working group;</p> <p>4. Investigate the circumstances of the problem, investigating, inventing and systematizing information, articulating this and its treatment with the objectives and methodologies identified and proposed;</p> <p>5. Propose interpretative and propositional schemas on the proposed architectural problem, whether through project processes and / or processes of historical, theoretical, technological and instrumental research, or others, that are relevant to the work process;</p> <p>6. Develop a system of representation and communication of this problem, its organization, interpretation and transformation, according to the work process followed.</p> <p>7. Present the process and its results in final, before an external jury.</p> <p>The work to be developed is both group and individual, being followed in laboratory practices (PL), theory classes (T) and seminars (S). Teaching is provided by one to three lecturers, with different and complementary scientific values, possibly allowing multidisciplinary environments.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>1. This pedagogical moment synthesizes the general conditions of the background work, requiring a quick and agile response, fundamentally in the field of traditional graphic representation of the project.</p> <p>2. The themes and specific problems will be launched and framed by guests from the practice, allowing a moment of implicit criticism of the annual work, both in terms of topics, as well as methodologies and their general and disciplinary effectiveness.</p> <p>3. The speed of this moment requires a time of interpretation, production and communication agile and effective.</p> <p>The work to be developed is both group and individual, being eminently a laboratory practice (PL). The teaching is assured by multiple teachers, with different scientific values and complementary, eventually allowing multidisciplinary environments.</p>
<p>Observações:</p> <p>O acesso à PF requer a indicação do Orientador (no sistema fénix) que o trabalho reúne as condições necessárias para ser apresentado e discutido em prova pública.</p>	<p>Observations:</p> <p>Access to the PF requires the indication of the Advisor (in the phoenix system) that the work meets the necessary conditions to be presented and discussed in public evidence.</p>

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

<p>O processo de avaliação é ainda regulamentado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento nº 645/2018 do ISCTE ("Normas Regulamentares dos Mestrados do ISCTE –IUL" publicadas na 2ª Série – nº197 - do Diário da República, de 12 de outubro de 2018). - "Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projecto de mestrado ou tese de doutoramento", na qual se coloca em evidência o número máximo de 50 páginas de texto para trabalhos de projecto de mestrado. À imagem da prática de anos anteriores em PFA, recomenda-se que os textos não superem as 10.000 palavras. - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do ISCTE-IUL (regulamento 499/2018 publicado na 2ª Série – nº148 - do Diário da República, de 2 de agosto de 2018). - Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ISTA. <p>A classificação deverá cumprir o artigo 24º do DL 65/2018.</p> <p>Siglas: PL-Prática Laboratorial PF - Prova Final PFA - Projeto Final de Arquitetura RGACC do ISCTE-IUL - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do ISCTE-IUL. REACC da ISTA - Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ISTA.</p> <p>A calendarização desta UC é definida por normativo específico.</p>	<p>The evaluation process is further regulated by:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulation 645/2018 ("ISCTE-IUL Master Regulation Norms" published on 12 October 2018 in Diário da República' 2nd Series – nr 197). - "Presentation and graphic harmonization norms for masters dissertation or project work or doctoral thesis", in which the maximum number of 50 text pages concerning masters' project work must be enhanced. Along the practice in PFA on previous years, it is recommended that text does not exceed 10.000 words. - ISCTE-IUL General Regulations for the Evaluation of Knowledge and Competences (Regulation 499/2018 published on 2 August 2018 in the 2nd Series – nr148 - of Diário da República.). - ISTA's the Specific Regulation for the Evaluation of Knowledge and Competences and ISCTE's <p>The classification must comply with article 24 of DL 65/2018.</p> <p>Acronyms: PL - Laboratory Practice PF - Final Exam PFA - Final Architecture Project RGACC of ISCTE-IUL - General Regulation of Evaluation of Knowledge and Competences of ISCTE-IUL. ISAC REACC - Specific Regulation for the Evaluation of Knowledge and Competencies of ISTA.</p> <p>The schedule of this CU is defined by specific regulations.</p>
--	---

Bibliografia:
Básica (1000 caracteres)

_ Argyris, Chris; Schon, Donald A (1974) Theory in Practice Increasing Professional Effectiveness, São Francisco, Jossey-Bass inc. Publishers
_ Fraser, Murray (ed) (2013) Design Research in Architecture. An Overview. Ashgate
_ Groat, Linda N; Wang, David (2013) Architectural Research Methods. Wiley
_ Lawson, Bryan (2006) How Designers Think. The design process demystified. (fourth edition) Architectural Press.
_ Schon, Donald A (1984) The reflective practioner. How Professionals Think in Practice. Basic Books Inc
_ ArisS, Carlos Martí, (2005). La cimbra y el arco, Espanha: Fund. Caja Arquitectos
_ Aymonino, Carlo (1984). O significado das cidades. Vila da Feira: Presença
_ Bacon, Edmund (1967). Design of cities, London: Thames & Hudson.
_ Gregotti, Vittorio (1972). Território da arquitetura. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva
_ Kostof, Spiro (1999). The city assembled. London: Thames & Hudson.
_ Norberg-Schulz, C. (1979). Intenciones en arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili

Complementar (máx. 50 títulos)

A indicar pelos professores de cada turma.

Indicar para cada tipo de metodologia adoptada o número de horas totais. Ex. T – 15; PL – 30. (T - Ensino teórico; TP - Ensino teórico-prático; PL - Ensino prático e laboratorial; TC - Trabalho de campo; S – Seminário; E – Estágio; OT - Orientação tutorial; O - Outra)

***todos os campos são de preenchimento obrigatório**

MOD.SGE-AGCAD.03.01

6

Anexo B – Workshop PFA com atelier RUA

A área de intervenção situa-se em Quinta das Conchas, Lisboa, nas proximidades do parque da Quinta das Conchas. A zona é predominantemente residencial, com edifícios de habitação coletiva do início século XX até edifícios mais recentes.

O nosso desafio foi repensar um desses edifícios residenciais do século XX segundo 3 palavras-chave: reativar, reabilitar e reinterpretar.

A ideia de projeto foi trazer o parque para dentro do quarteirão primeiramente numa escala pública, mas também numa escala privada, para dentro de fogo.

Propomos reabilitar o parque de estacionamento mal aproveitado, tornando-o num espaço comum entre os dois edifícios `espelhados`. Como a montagem final indica, propomos reinventar a fachada do nosso edifício em estudo, por retirar as marquises e criar um sistema de jardim individual, uma estrutura afixada à própria estrutura da varanda de cada fogo.



Localização do edifício em estudo e sua proximidade com o parque da Quinta das Conchas



Referência - House Ring. Moscovo, Rússia. Arquiteto Eugene Stamo, 1973



Estratégia



Existente



Requalificação da envolvente



Requalificação do edifício



Proposta para do jardim individual para a fachada



Fotomontagem

Anexo C - Enunciado do exercício PFA

Curso académico: 2019-2020

ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

PROJETO FINAL DE ARQUITECTURA

Dados gerais:

Unidade: PFA	Tipo: Anual	Segundo ciclo
Obrigatória: 45 créditos	Docência: Primeiro e Segundo semestre	

Professor/a responsável:

Teixeira de Sampayo, Mafalda

Professores:

André, Paula
Genin, Soraya

Departamento:

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Requisitos:

Ter realizado a unidade curricular de Projecto de Arquitectura II

Horário: segunda quartas e sextas **9:30h-12:30 laboratoriais e teóricas**

DESAFIO

ESPAÇO NATURAL, INFRAESTRUTURAS E ESPAÇO PÚBLICO O CASO DO TAGUSPARK/FÁBRICA DA PÓLVORA

O crescimento acelerado da área metropolitana de Lisboa deu lugar a uma variedade espacial, funcional e social muito grande. Este crescimento e o desenvolvimento das novas infraestruturas tem implicações nas periferias, nomeadamente, com a fragmentação do espaço. Assim a unidade curricular de Projecto Final de Arquitectura (PFA) procura, através duma estratégia de (re)qualificação urbana, evidenciar a importância das infraestruturas na estruturação dos núcleos urbanos metropolitanos.

O território de intervenção pertence ao concelho de Oeiras e corresponde à área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark) (1995) que abrange este parque e a Fábrica da Pólvora. Pretendemos que o aluno seja capaz de planejar uma estratégia de regeneração urbana e arquitectónica deste território através da leitura crítica do mesmo. Este é um território com uma situação geográfica complexa e contraditória, por um lado está afastado de Lisboa e na periferia do concelho de Oeiras, mas por outro lado ocupa uma posição central se o relacionarmos no contexto envolvente - Cascais, Sintra e Amadora.

A execução de PFA neste grupo de trabalho (Atelier) deve basear-se num exercício teórico e prático que engloba um profundo conhecimento do território em análise. As propostas serão implementadas à escala do plano de pormenor, na qual o desenho urbano deve ser articulado com a arquitectura. Procuraremos diversas metodologias de análise do espaço urbano. O conhecimento e interpretação do tema e do território de intervenção podem seguir especificidades apontadas pelos alunos, todavia numa primeira abordagem a área de intervenção deve ser investigada relativamente aos princípios fundamentais de composição urbana e aos componentes da forma urbana do território em estudo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ATELIER:

No final desta UC o aluno deve ser capaz de:

- i) Refletir criticamente sobre o lugar e sobre as necessidades da sociedade atual, caracterizando e projectando a área de estudo como parte do todo (do concelho).
- ii) Propor e desenvolver uma estratégia geral e os programas de regeneração urbana e arquitectónica do território.
- iii) Propor estratégias de requalificação dos espaços públicos e de reestruturação funcional. O desenho da cidade consolidada implica pensar nos conceitos de cada um desses espaços, desenhando uma rede fluida, mas também pensar na necessidade de espaços de permanência (praças, largos), bem hierarquizados na estrutura urbana.

SÍTIO E PROGRAMA:

O programa deste Atelier procura aproximar-se tanto quanto possível de um assunto urgente e actual que a Câmara Municipal de Oeiras e a administração do Taguspark procuram solucionar. Assim este exercício resulta de um diálogo estabelecido com esta câmara e todo o processo de trabalho de PFA irá ser acompanhado por especialistas do município.

Considerando a possibilidade da expansão das redes de transporte que ligam a cidade de Lisboa ao Concelho de Oeiras (Metro, Comboio e Autocarros), e tendo em conta a extensão das redes de transporte deste Concelho (Comboio, Autocarros e SATUOEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras), o território de estudo e intervenção do PFA recairá sobre a área de implantação definida no **Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia**.

Face à reativação do SATUOEIRAS e a uma possível extensão deste meio de transporte para Norte do Concelho os alunos devem procurar investigar numa macro análise a necessidade desta extensão e o percurso mais adequado para a sua realização, tendo em conta a morfologia do território e as preexistências.

Ponderada a extensão das redes de transporte quer entre concelho, quer a nível local (Oeiras) e interpretadas as consequências desse exercício de macro-escala no território do Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia poderemos pensar nas melhorias no espaço público do Taguspark e da Fábrica da Pólvora. Concomitantemente com os projectos de espaço público naqueles dois territórios deve ser pensada a articulação urbana entre os mesmos. A qualidade de vida destes territórios depende das conexões entre eles e naturalmente também das conexões com os restantes territórios dos concelhos vizinhos. Os novos espaços públicos a serem desenhados poderão servir para conectar o Taguspark e a Fábrica da Pólvora e para estruturar estes mesmos núcleos. Estas estruturas de conexão estruturam, mas também podem ajudar a homogeneizar o território urbano.

A Fábrica da Pólvora foi alvo de uma intervenção em 1995 que abrangeu a Fábrica da Pólvora de Baixo e a edificação da universidade Atlântica. As atuais necessidades prendem-se com a reabilitação da Fábrica da Pólvora de Cima no que diz respeito ao edificado existente e em ruína e à estruturação de um programa funcional para o mesmo.

HIPÓTESES DE PROJECTOS:

- i) A **extensão da linha do SATUOEIRAS**, o desenho de uma nova estação a Norte do concelho e a relação desta estação com o espaço público envolvente (Macroescala);
- ii) O **desenho de corredores verdes** agregadores das várias partes do território – com ligação ao EVA - Eixo Verde e Azul; (Macroescala);
- iii) O **potenciar a relação entre escalas, entre redes e entre tecidos de natureza diversa, articulando o Taguspark e a Fábrica da Pólvora** através de desenho de percursos e atalhos urbanos que resolvam dificuldades de circulação e facilitem acessos; estabelecer a ligação entre a Av. Casal de Cabanas e a Fábrica da Pólvora; rever as infraestruturas rodoviárias – a carreira de autocarros não para na estação de Barcarena (Macroescala).
- iv) O **potenciar a triangulação entre Taguspark, Fábrica da Pólvora e Porto Salvo** que poderá ser realizado através da estruturação da rede viária, mas também da criação de núcleos habitacionais; Este projecto poderá fomentar a enraização de habitantes; rever a ligação da fábrica com o bairro habitacional de Tercena (Macroescala).
- v) A definição de propostas para **resolução dos estacionamento** no Taguspark regenerando e reabilitando os existentes; os actuais estacionamento no Taguspark colaboram na indefinição dos espaços públicos e não usam elementos arbóreos;
- vi) O **desenho de uma praça central no Taguspark** pois o actual núcleo central não tem poder agregador; repensar a vegetação deste território, nomeadamente nos principais espaços públicos; desenho de um hotel que permita fechar o espaço actual de praça.
- vii) A **valorização do património da Fábrica da Pólvora** através da sua **reabilitação** no que concerne ao edificado, mas também às funções; redesenhar o bairro operário (ver projecto dos Arq.tos D. Cabral de Melo e M. Godinho de Almeida e projecto dos Arq. tos J. de Almeida e L. Torgal); reabilitar o edifício da memória; desenhar uma residência de estudantes nos edifícios da Fábrica de cima.
- viii) A **articulação das duas partes da Fábrica da Pólvora** através de percursos pedonais que valorizem a presença da Ribeira de Barcarena;
- ix) A **melhoria dos acessos à Fábrica da Pólvora**. Estudar a possibilidade de converter parte da Estrada do Cacém que contorna a fábrica em espaço público desta.

METODOLOGIA E FAZEMENTO:

A unidade curricular de PFA é uma disciplina de vocação prática e teórica onde se pretende realizar um exercício que aborde as diferentes escalas do projecto. A metodologia proposta nesta UC estimulará a criação de capacidades de investigação, onde é desenvolvida a análise e a crítica de projecto de arquitectura quer nas aulas, quer nos seminários e aulas teóricas de PFA.

O exercício desenvolver-se-á em três fases (blocos), a que corresponderão entregas formais de trabalho, individual ou de grupo. Serão preparadas sessões de crítica comparada entre as propostas apresentadas pelos alunos. A área em estudo será subdividida em três sectores trabalhados pelos diferentes grupos, procurando-se que respondam a uma estratégia global discutida e acordada pela turma.

BLOCO 1 – RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Trabalho em equipa (16 Setembro – 25 Outubro)

O exercício a realizar em PFA deverá inicialmente ser elaborado através de uma pesquisa e análise de grupo. A turma deve ser constituída por 3 grupos de trabalho com o máximo de quatro alunos em cada grupo, tendo como propósito uma interação em equipa. Um dos grupos de trabalho fará a análise da Fábrica da Pólvora, outro a análise do Taguspak e o outro grupo uma macro análise focada na área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark) que abrange este parque e a Fábrica da Pólvora. Estes 3 grupos de trabalho devem investigar os seguintes temas na análise do território:

- i) caracterização biofísica da área de intervenção;
- ii) evolução histórica da área em estudo;
- iii) caracterização da mobilidade;
- iv) caracterização da estrutura edificada e dos espaços públicos;
- v) planos urbanísticos, condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção.

Com as análises acima indicadas proceder-se-á à identificação da estrutura e diagnóstico da área de intervenção e ao reconhecimento das suas especificidades. Esta informação será necessária e útil para a elaboração de uma estratégia global que visa a requalificação dum sistema urbano, quer sob o ponto de vista morfológico quer funcional.

Os grupos de trabalho deverão elaborar as seguintes peças escritas relativas às preexistências:

- i) Plantas de enquadramento à escala 1.5000 e ou 1.2000
- ii) Planta da estrutura urbana à escala 1.1000
- iii) Cortes significativos às escalas 1.2000 e 1.500
- iv) Esquemas gráficos/esquissos relativos às análises
- v) Texto descritivo relativo à análise do território

Formato da Entrega - Caderno A3 e Político no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

BLOCO 2 – PLANO DE PORMENOR/Plano Estratégico (Macroescala)

Trabalho em equipa (16 Setembro – 22 Novembro)

Os 3 grupos de trabalho procuraram elaborar a melhor solução possível num Plano de Pormenor único para a zona total de intervenção que se enquadre numa estratégia de macroescala.

Este grande grupo de trabalho irá elaborar um projecto de reestruturação dos dois espaços urbanos consolidados, pertencente à área em estudo (Taguspark e a Fábrica da Pólvora) incluindo a melhoria de acessos entre estes dois núcleos urbanos com vista à procura de soluções para a regeneração do território.

O grupo de trabalho deverá elaborar as seguintes peças escritas para a proposta:

- i) Plantas de enquadramento à escala 1.5000 e ou 1.2000
- ii) Planta da estrutura urbana à escala 1.1000
- iii) Cortes significativos às escalas 1.2000 e 1.500
- iv) Maqueta à escala 1.1000
- v) Esquemas gráficos/esquissos que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente
- vi) Memória descritiva

Estas peças gráficas e escritas podem ser continuadas da análise dos grupos iniciais (trabalho realizado no Bloco 1) - por ex: o grupo que trabalhou a Fábrica da Pólvora usa os seus levantamentos.

Formato da Entrega - Caderno A3 e Político no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

BLOCO 3 – RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Trabalho individual (16 Setembro – 20 de Dezembro com entregas parciais)

Concomitantemente com o trabalho de grupo, solicita-se o trabalho individual que deve respeitar o plano estratégico apresentado pelo grupo. O trabalho individual de PFA obriga a recuos e avanços nas diferentes escalas do projecto urbano e a uma revisão do plano estratégico (trabalho de grupo).

Os programas a desenvolver a nível de projecto por cada aluno serão variados e devem ser especificados e desenvolvidos individualmente.

Cada aluno deve realizar um projeto que contribua para a construção de um espaço público estruturante da área de intervenção. Admite-se programas multifuncionais que colaborem no programa e implantação definida no Plano de Pormenor.

O resultado final deve corresponder a um problema concreto que resolva um programa de regeneração urbana e arquitectónica do território em análise. O projecto final deve ser definido na sua materialidade e construção até à fase de projecto de Execução.

O aluno deverá elaborar as seguintes peças escritas e gráficas para a proposta:

- i) **Ensaio escrito sobre o tema de investigação** – até 3000 palavras (25 de Outubro)
- ii) Maquetas de estudo - Escala 1.500 e a outras escalas que se considerem convenientes (abrangendo área envolvente ao projecto) (16 Outubro - 22 Novembro)
- iii) Planta de localização no Plano de Pormenor - Escala 1.2000 (16 Outubro - 22 Novembro)
- iv) Planta de implantação - Escala 1.500 (16 Outubro - 22 Novembro)
- v) Plantas, cortes e alçados - Escala 1.200 (16 Outubro - 22 Novembro)
- vi) Maquetas de estudo - Escala 1.500 -1.200 (abrangendo área envolvente ao projecto) (22 Novembro - 20 Dezembro)
- vii) Planta de localização - Escala 1.2000 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- viii) Planta de implantação - Escala 1.200 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- ix) Plantas, cortes e alçados - Escala 1.100 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- x) Detalhes construtivos à escala 1.20 e outras (2º semestre)
- xi) **Desenvolvimento do ensaio escrito sobre o tema de investigação** – até 5000 palavras (20 de Dezembro)

Formato da Entrega - Caderno A3 e Político no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

Avaliação:

A avaliação de PFA será feita numa Prova Final (PF) com Júri. O acesso à PF resulta de três tipos de apreciação:

- 1) Contínua (40%), implicando participação activa, e presença em aulas igual ou superior a 70%.
- 2) Periódica (50%), associada ao desenvolvimento do trabalho e a entregas em etapas.
- 3) Workshop (10%), associado à frequência e aproveitamento deste momento pedagógico intermédio.

A classificação de acesso à PF terá que ser superior a 10 valores em 20 e representará 30% da nota final da UC, enquanto a PF produzirá os restantes 70%.

As datas dos momentos de avaliação contínua e periódica são dadas nos programas de cada turma. As datas da PF são reguladas por calendário do MIA.

Avaliação/Observações:

O percurso do semestre será acompanhado por um caderno diário de formato A4 onde se registarão apontamentos, desenhos de observação e projecto e as fases do trabalho expressamente indicadas para além de outros apontamentos extracurriculares relevantes.

Para um acompanhamento mais personalizado na avaliação contínua serão realizadas entregas semanais individuais todas as segundas-feiras (13 entregas). Estas entregas individuais constam de cinco folhas síntese A4 com o resultado do trabalho semanal. Estes registos podem incluir: esboços, desenhos técnicos, fotografias de maquetas, levantamento de referências ou outros elementos que se considerem importantes na abordagem ao tema do projecto.

As avaliações intermédias serão acompanhadas de uma avaliação crítica (qualitativa e quantitativa) pelos alunos aos dos trabalhos dos colegas (Exercício de Peer Marking – https://www.academia.edu/10796132/Peer_Assessment_in_Architecture_Education).

BIBLIOGRAFIA:

BACON, Edmund N., **Design of cities**, London, Thames and Hudson, 1978.

BEAUJEU-GARNIER, J., **Geografia urbana**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BENEVOLO, Leonardo, **Diseño de la ciudad**, Barcelona, G. Gili, 1977.

CASTEX, J. e J. C. Depaule, Ph. Panerai, **Formes urbaines: de l'îlot à la barre**, Paris, Dunod, 1965.

CORREIA, Paulo, Pedro George e Fernando Alves, **Guião para apresentação e transição dos planos de pormenor**, CESUR-UTL, Direcção Geral de Ordenamento do Território, 1996.

COSTA LOBO, Manuel, Paulo V. D. Correia e Sidónio Pardal, **Normas urbanísticas, Vol. I, II, III e IV**, Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1991-2000.

DOMINGUES, A. (2009), **A rua da estrada: O problema é faze-los parar!**, Porto, Dafne.

DUANY, Andreas e Elizabeth Plater-Zyberk, **Towns and town-making principles**, New-York, Rizzoli, 1992.

FERRÃO, J., Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In **Colóquio "A política das cidades"**, pp. 21-48, 1997.

GONÇALVES, J., PDM no século XXI. In **Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP**, 1, 10-29, 2011.

KOSTOF, Spiro, **The city assembled: The elements of urban form through history**, London, Thames and Hudson, 1992.

KOSTOF, Spiro, **The city shaped: urban patterns and meanings through history**, London, Thames and Hudson, 1991.

KRIER, Rob, **Urban space**, London, Academy Editions, 1979.

KRIER, Rob, **On architecture**, London, Academy Editions, 1982.

MANGIN, David e Philippe Panerai, **Project urbain**, Marseille, Éditions Parenthèses, 1999.

NORBERG-SCHULZ, Christian, **Genius loci – paysage ambiance architecture**,

Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, 1981.

PANERAI, Philippe e Jean-Charles Depaule, Marcelle Demorgon, **Analyse urbaine**, Marseille, Editions Parenthèse, 1999

PEREIRA, Luz Valente, **A leitura da imagem de uma área urbana como preparação/acção da sua reabilitação**, Lisboa, Laboratório nacional de Engenharia Civil, 1996.

PORTAS, N.; Domingues, Á.; Cabral, J., **Políticas urbanas I – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PORTAS, N.; Domingues, Á.; Cabral, J., **Políticas urbanas II – Transformações, regulação e projetos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ROWE, Colin e Koester Fred. **Ciudad collage**. Barcelona, G. Gili, 1981.

SITTE, Camillo, **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**, São Paulo, Ática, 1992

Nota- Consultar o Geoportal da CMOeiras

<http://geoportal.cm-oeiras.pt/>

Curso de Arquitectura do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Anexo D – Desenhos da Igreja de S. Pedro de Barcarena



Exma. Senhora
Arq.ª Mafalda Teixeira de Sampayo

ISCTE-Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Av. Das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
		SAI-CMO/2020/9273	05/05/2020

Assunto: #Igreja Paroquial de S. Pedro de Barcarena – solicitação de desenhos técnicos

Exma. Senhora,

Arq.ª Mafalda Teixeira de Sampayo

Através de ofício com o registo ENT-CMO/2020/17684 solicitaram a cedência de desenhos técnicos relativos à Igreja mencionada em epígrafe, que se destinam a investigação no âmbito de um mestrado Integrado em Arquitetura, que uma V. aluna está a frequentar.

Entretanto, com vista à satisfação do solicitado, reuniram-se aos desenhos em anexo que correspondem ao levantamento arquitetónico do edificado.

Deste modo e atenta indicação superior, enviam-se -se os referidos desenhos em conformidade com o V. pedido.

Com os melhores cumprimentos,

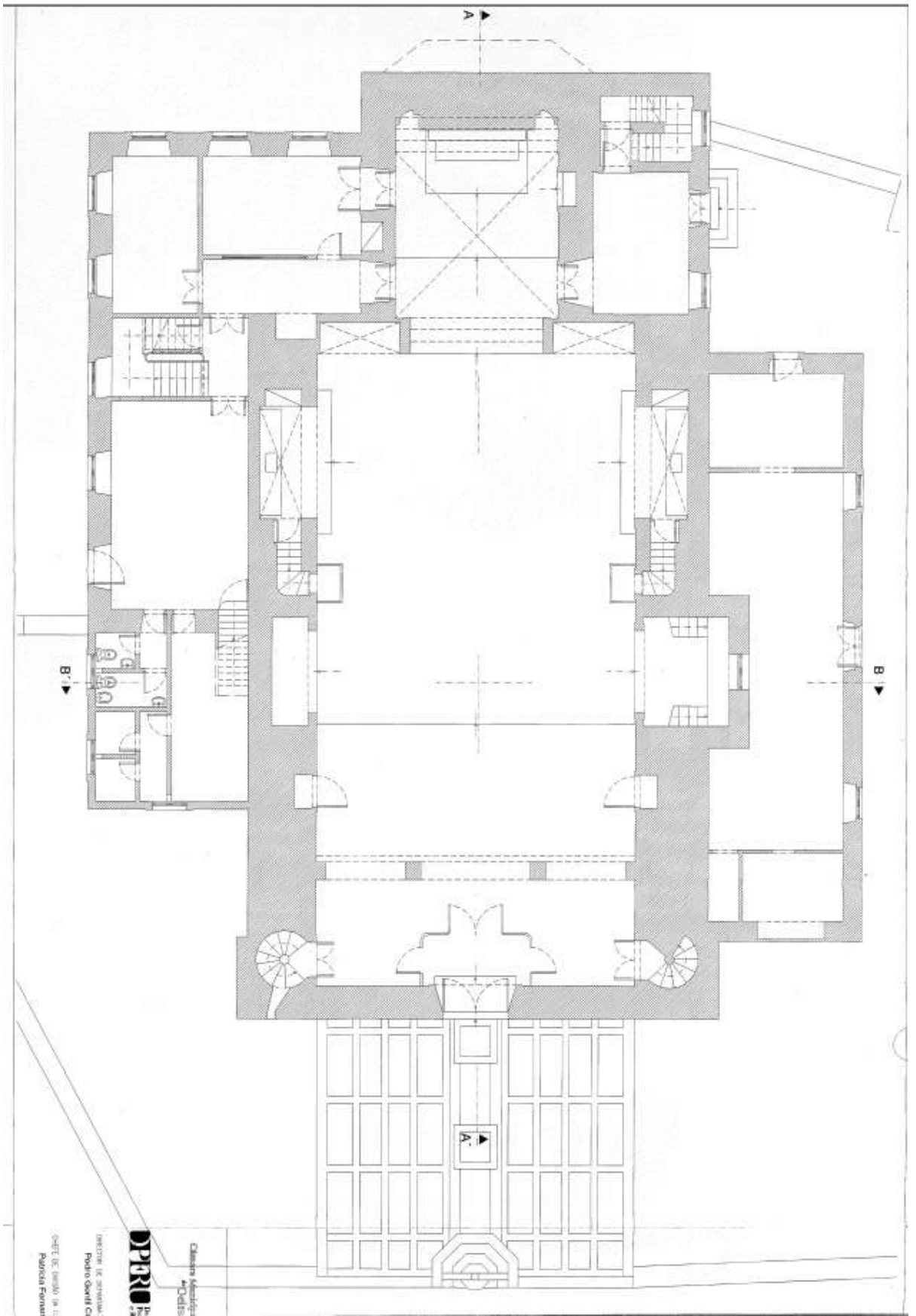
O Diretor do Departamento de Projetos Especiais e Reabilitação Urbana

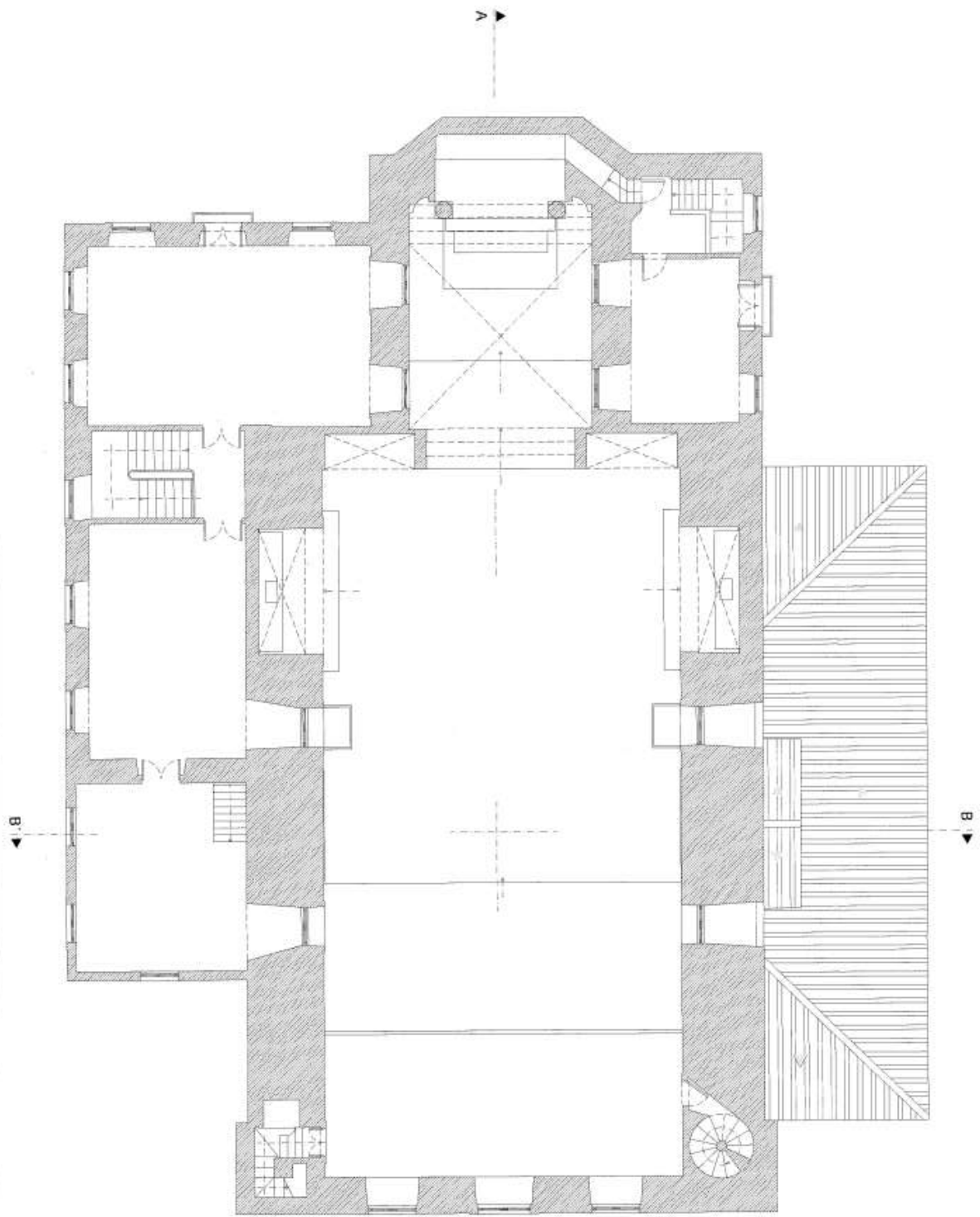
A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Pedro Gentil Carrilho', written over a horizontal line.

Arq.º Pedro Gentil Carrilho

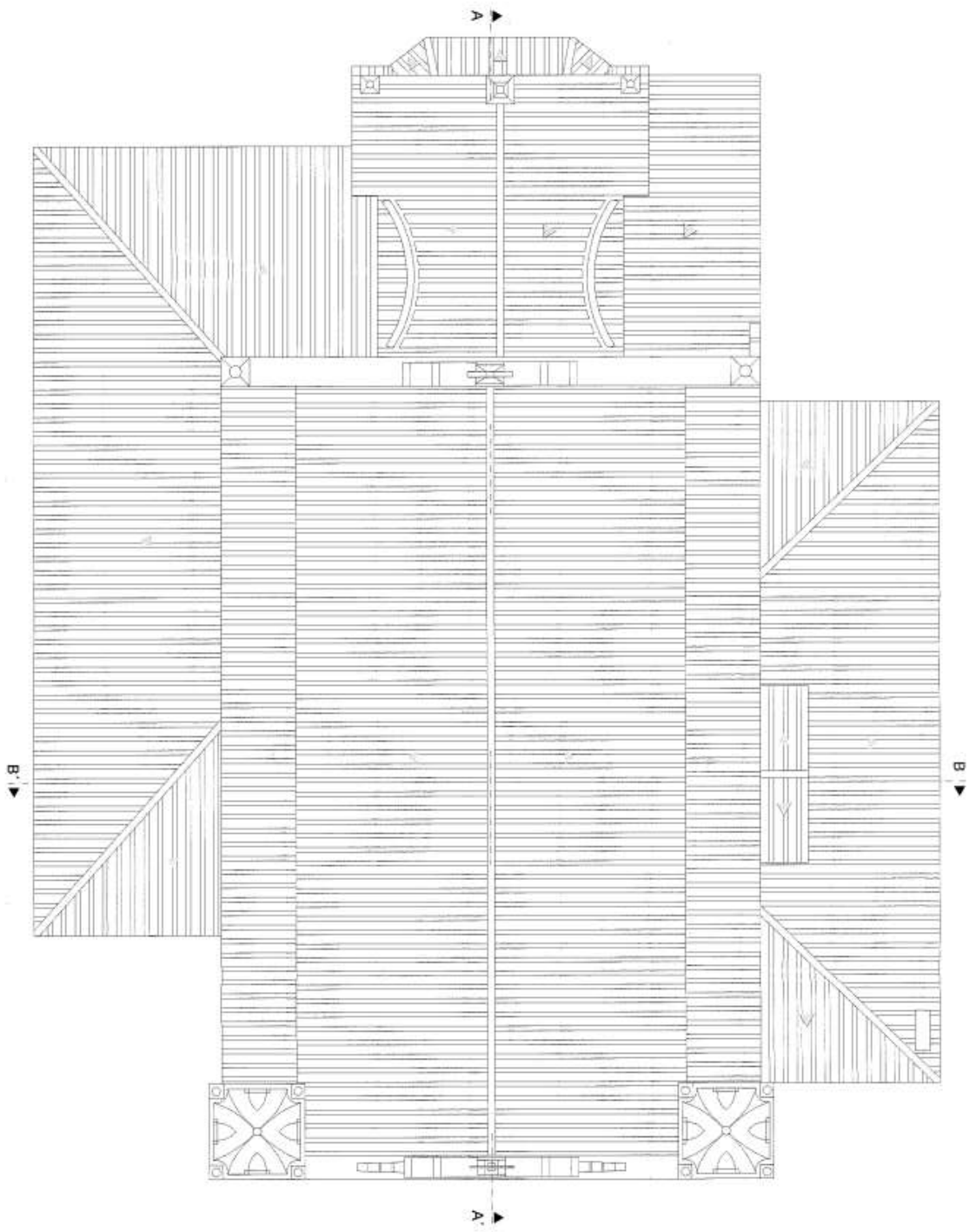
Mod. G-17/1

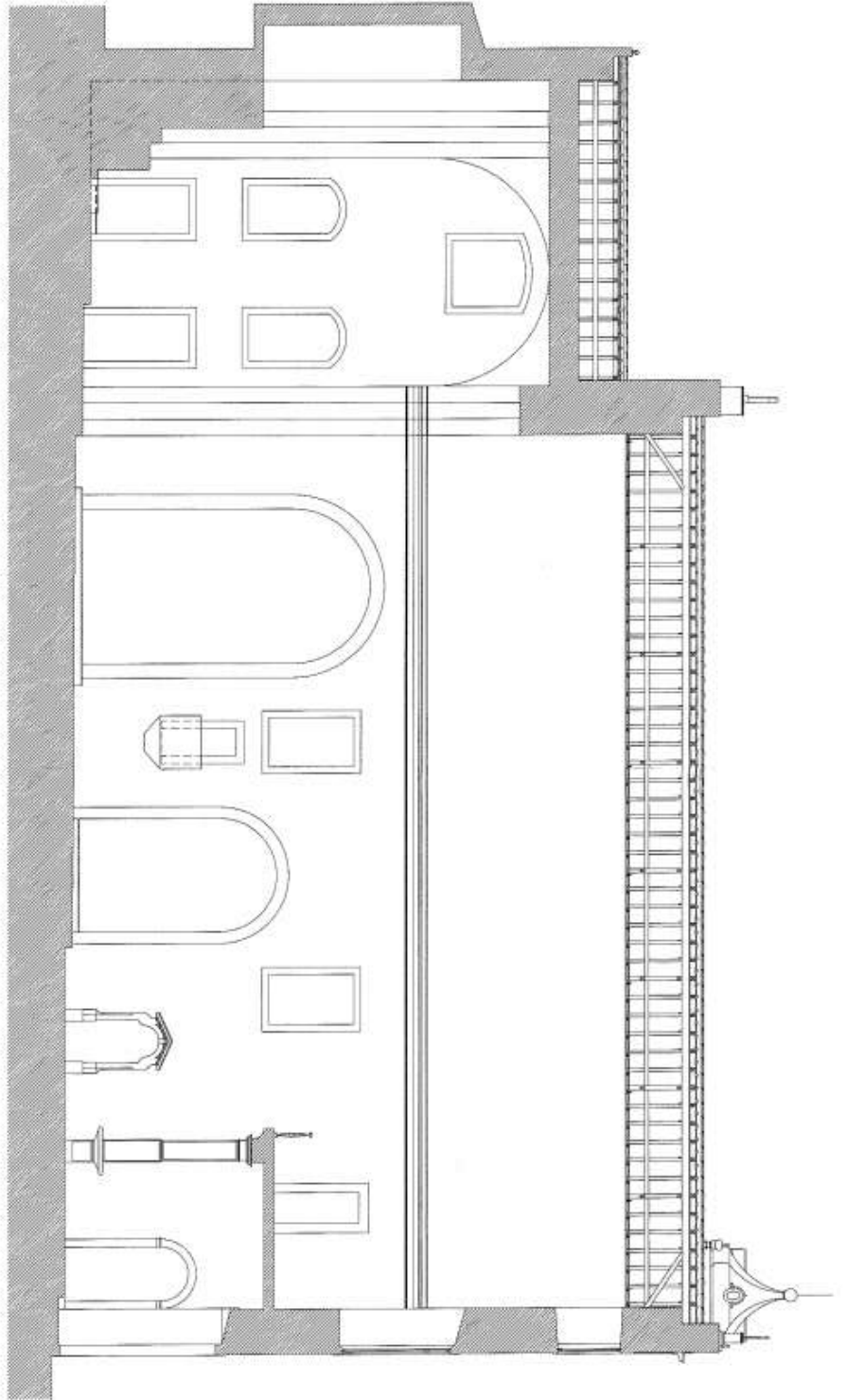






Architectural floor plan of a building, showing a central hall and various rooms.





Câmara Municipal
de Oeiras

OPRO Departamento de
Planeamento Urbano e
Arquitetura

DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Pedro Daniel Carrilho, arq.º

CHEFE DE SERVIÇO DA D.P.E.

Patrícia Fernandes, arq.ª

PROJETO

IGREJA S. PEDRO DE BARCARENA

FASE:

Levantamento de Arquitectura

SPECIALIDADE:

Arquitetura

TÍTULO:

Corte A-A'

DETERMINAÇÕES

Todas as medidas devem ser verificadas
no local antes e durante a obra

ESTRUT. DE PROJETO

Manuel Jorge Borriaga, arq.º

ARQUITETO

Nuno Freitas Lopes, arq.º

PROJETISTA DA EXECUÇÃO

Manuel Jorge Borriaga, arq.º

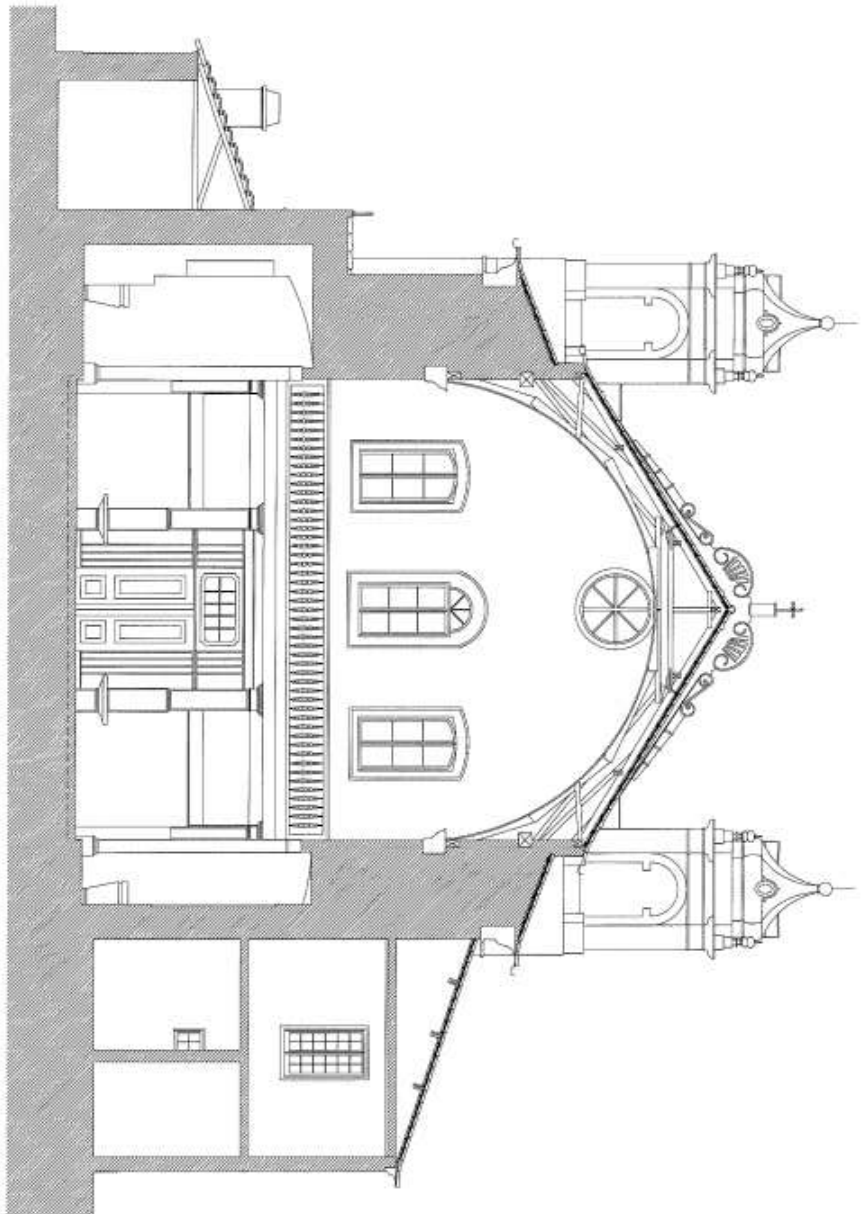
DESENHADOR

Francisco Frios

Escalado 1/100

05

Janário 2004



Câmara Municipal
de Oeiras



Direcção de Desenvolvimento
Urbano

DIRECÇÃO DE DESENVOLVIMENTO
PEDRO DEMÍLI CARVALHO, arqu.º

OFÍCIO DE DESENHO DA DPE
PATRÍCIA FERNANDES, arqu.ª

PROJETO
IGREJA S. PEDRO DE BARCARENA

FASE

Levantamento de Arquitectura

ESTRUTURAS

Arquitectura

TÍTULO

Corte B B'

OBSEVAÇÕES

Todas as medidas devem ser verificadas
no local antes e durante a obra.

SERVIÇO DE PROCESSO

MANUELO JORGE BERTOLUZZI, arqu.º

ASSISTENTE
NUNO FROSTAS LOPES, arqu.º

PROFESSORA DA ESCOLA SUPERIOR
MANUELO JORGE BERTOLUZZI, arqu.º

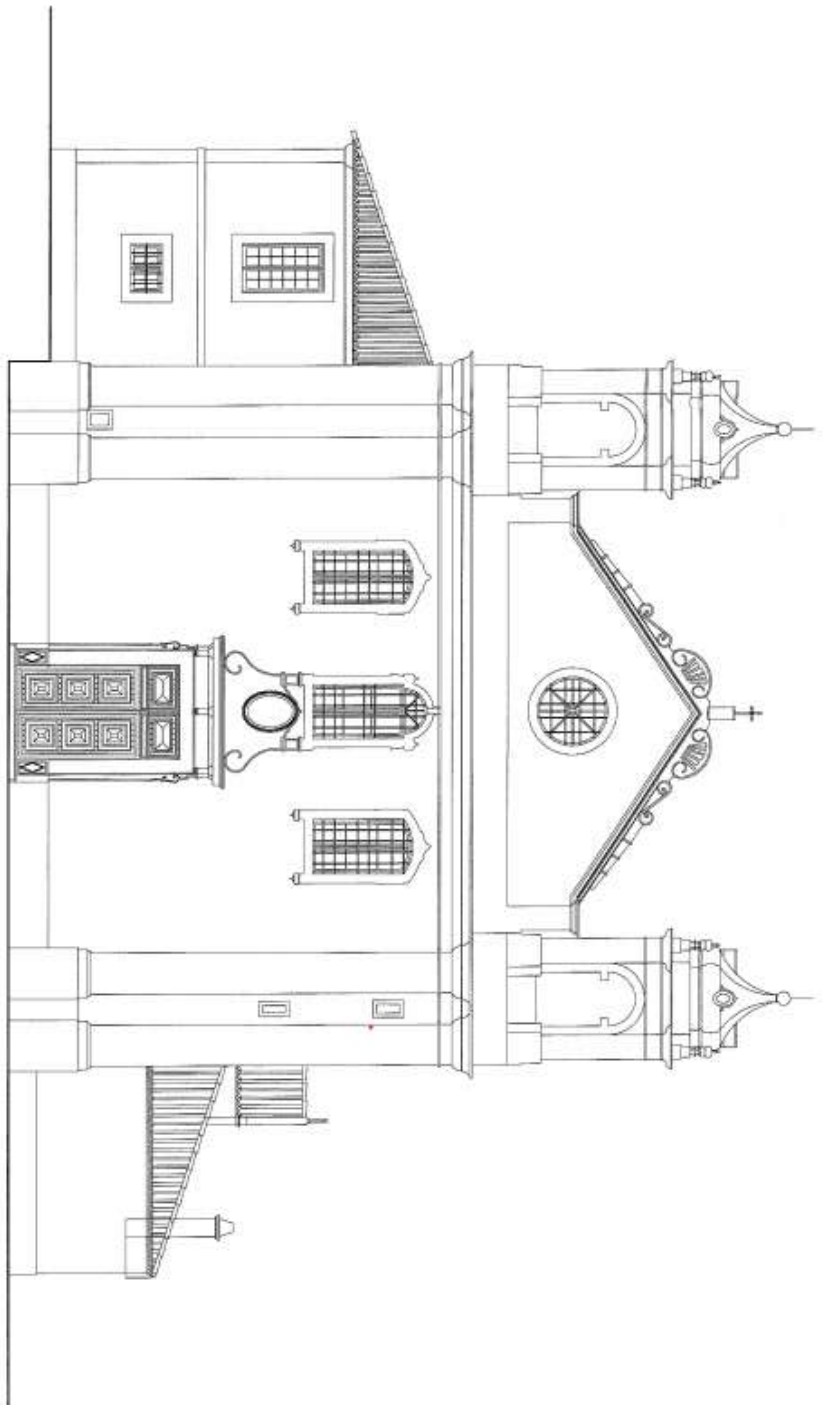
DIRETOR
FRANCISCO PIRES

ESCALA

1/100

FECHA
Janeiro 2004

06



ALÇADO SUDESTE



Câmara Municipal
de Oeiras



Departamento de
Projectos Especiais
e Realização de Obras

DIRECTOR DE DESENVOLVIMENTO

Pedro Denis Carricho, arq.º

DEFEZ DE SERVIÇO DA O.P.E.

Patrícia Fernandes, arq.º

PROJECTO
IGREJA S. PEDRO DE BARCARENA

FASE

Levantamento de Arquitectura

ESPECIALISE

Arquitectura

TÍTULO

Alçado Sudoeste

OBSERVAÇÕES

Todas as medidas devem ser verificadas
no local antes e durante a obra

DEFEZ DE PROJECTO

Martim Jorge Borfiga, arq.º

Nuno Freitas Lopes, arq.º

Martim Jorge Borfiga, arq.º

PROFESSOR DE ENFERMAGEM

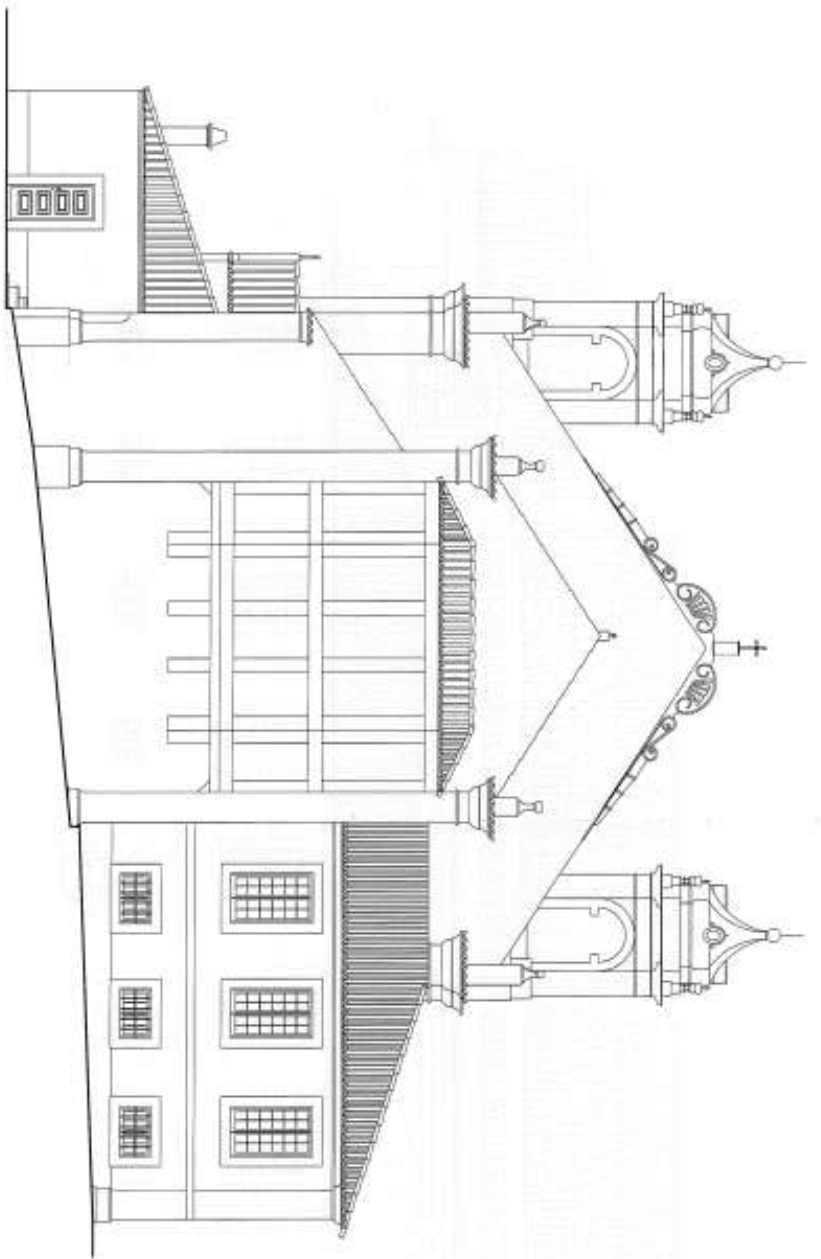
Francisco Freix

DESENHO


1/100


Janário 2004

07



ALÇADO NORESTE


 Câmara Municipal
 de Oeiras


DPERO Departamento
 de Projectos e Estudos Urbanos

DIRECTOR DE DEPARTAMENTO
 Pedro Carrié Caminho, arq.^o

CHEFE DE SERVIÇO DA U.P.E.
 Patrícia Fernandes, arq.^o

PROJECTO
IGREJA S. PEDRO DE BARCARENA

/ÁREA
 Levantamento de Arquitectura
 ESPECIALIDADE
 Arquitectura

TÍTULO
 Alçado Nordeste

OBSERVAÇÕES
 Todas as medidas devem ser verificadas
 no local antes e durante a obra

DATA DE INGRESSO
 2004/01/04

AUTORES
 Manuel Jorge Borfiga, arq.^o
 Maria Fátima Lopes, arq.^o
 Manuel Jorge Borfiga, arq.^o

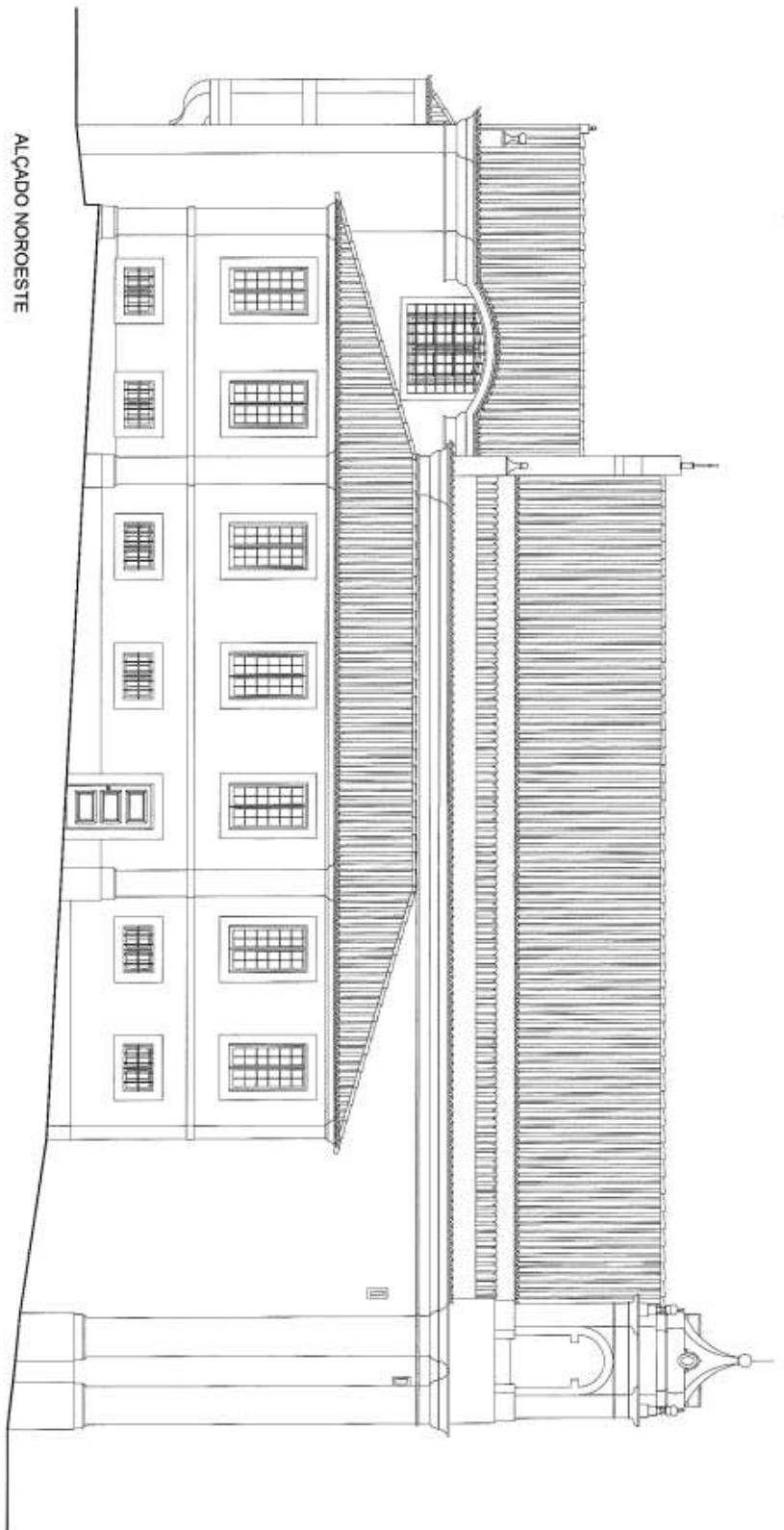
PROJECTO DA ESCALA GRÁFICA

EXECUÇÃO
 Francisco Pires


ESCALA
 1/100

DATA
 Janeiro 2004

08



ALÇADO NOROESTE


Câmara Municipal de Oeiras
 Direcção de Urbanismo
 Direcção de Engenharia
 Direcção de Arquitectura e Paisagem

PPRO Departamento de Projectos, Estudos e Arquitectura Urbanas

Direcção de Urbanismo
 Pedro Denis Carinho, eng.º
 Direcção de Engenharia
 Patrícia Fernandes, eng.º
 Direcção de Arquitectura e Paisagem

Nº 101
IGREJA S. PEDRO DE BARCARENA
 PROJECTO

TÍTULO
 Alçado Noroeste

DATA
 17/01/2004

RESPONSÁVEL
 Arquitectura

OBSERVAÇÕES
 Todas as medidas devem ser verificadas no local antes e durante a obra

DESENHADOR
 FRANCISCO PIRES

DESENHADO POR
 FRANCISCO PIRES

APROVADO POR
 Manuel Jorge Borfiga, eng.º
 Nuno Freitas Lopes, eng.º
 Manuel Jorge Borfiga, eng.º

ESCALA
 1/7,00

DATA
 Janeiro 2004

09